

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

PAULO ROBERTO TIGGES JÚNIOR

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO SÉCULO IV D.C.
LACTÂNCIO E A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM POLÍTICA CRISTÃ

Vitória, 2007

PAULO ROBERTO TIGGES JÚNIOR

HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE NO SÉCULO IV D.C.

LACTÂNCIO E A AÇÃO DA PROVIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA ORDEM POLÍTICA CRISTÃ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História – área de concentração História Social das Relações Políticas – sob orientação do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

S586h Tigges Júnior, Paulo Roberto, 1980-
História, memória e identidade no século IV d.C. Lactâncio e a ação da Providência na construção de uma ordem política cristã / Paulo Roberto Tigges Júnior. – 2007.
112 f.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Providência divina. 2. Roma - História - Império - 235-337. 3. Roma - História - Constantino - 270-337. 4. Roma - História - Lactâncio - 240-320. I. Silva, Gilvan Ventura da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História – área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____ de _____ de 2007

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva (Ufes) – Orientador

Profª. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves (UFG) – Membro

Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (Ufes) – Membro

RESUMO

Lactânncio, retórico cristão do Norte da África, é uma das mais importantes testemunhas do momento que abrange o final do século III e o início do IV. Suas obras, especificamente *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, são um relato dos debates filosóficos, teológicos e de alguns eventos de seu tempo. Influenciado pelo Antigo Testamento – no caso, Gênesis, Êxodo, Números e o livro de Josué – pela idéia de Providência, pela História e memória dos israelenses, Lactânncio constrói suas idéias acerca da Providência de Deus, além de uma História e memória para os cristãos nas obras *De ira* e *De mort.* Apesar da importância das duas obras, não encontramos indícios de que qualquer historiador tenha feito um estudo a respeito da construção e de como funciona a Providência de Deus na *De ira* e de sua aplicação na obra *De mort.* Este é o cerne de Nossa Dissertação de Mestrado, a construção e a explicação de como funciona a Providência de Deus em *De ira* – o debate com Epicuro de Samos acerca da existência da Providência – e sua aplicação na obra *De mort.*, especificamente no mundo político do Império Romano, na História (trajetória) dos cristãos, até o estabelecimento de uma nova ordem política cristã, quando do triunfo de Constantino sobre Maxêncio, no ano 312. A História (trajetória) dos cristãos fornece dados para a edificação de uma memória, sendo a memória o conhecimento de quem se foi no passado e de quem se é no presente. A memória fornece dados para a construção de uma identidade, sendo identidade três pontos principais: a) definição positiva de si; b) definição negativa dada ao outro – a diferença – e c) dependência entre o positivo – a identidade – e o negativo – a diferença. O cristão é o positivo – a identidade – e o pagão é o negativo – a diferença. Quanto à metodologia, nosso alicerce é Régine Robin. Tendo por base os princípios desenvolvidos por tal autora, analisamos palavras e expressões nas obras *De ira* e *De mort.*, descobrindo significados, num primeiro momento, ocultos. Finalmente, nosso propósito, por meio do estudo da construção e explicação de como a Providência funciona em *De ira* e seu emprego no mundo político do Império Romano em *De mort.*, é contribuir para o melhor entendimento político e religioso do final do século III e começo do século IV.

ABSTRACT

Lactantius, Christian rhetoric from the North of the Africa, is one of the most important witnesses of the moment between the end of the third century and the beginning of the fourth century. His works, specifically the *De ira Dei* and *De mortibus persecutorum* are a register of theological, philosophical disputations and some events of his time. Influenced by the idea of Providence, in case, for the Genesis, Exodus, Numbers and the book of Josue, – for the idea of Providence, History and memory from Israelis –, Lactantius builds his ideas about the Providence of God and a History and a memory to the Christians in *De ira* and *De mort.* works. Despite the importance of two works, we don't find indications that any historian did a study about the construction of the and how works the Providence of God in *De ira* and it application in *De mort.* This is the core of our research, the construction and the explanation how works the Providence of God in *De ira* – the dispute with Epicurus of Samos about the existence of the Providence – and it application in the *De mort.* work, specifically in the political world of the Roman Empire – in History (trajectory) of Christians –, until the establishment of a new political order, when of the victory of Constantine on Maxentius, in 312. The History (trajectory) of Christians gives elements to the edification of a memory, being the memory the conscience who was in the past and who is in the present. The memory of Christians gives elements to the construction of an identity, being identity three points: a) positive definition of yourself; b) negative definition given to the other and c) dependence between the positive – the identity – and the negative – the difference –. The Christian is the positive – the identity – and the pagan is the negative – the difference –. As for methodology, our foundation is Régine Robin. According to the principles developed by the author, we analyse words and expressions in *De ira* and *De mort.* works, revealing meanings, at the first moment, hidden. Finally, our intention, through the study of the construction and the explanation of how the Providence works in *De ira* and it application in the political world of the Roman Empire in *De mort.*, is to contribute to the best religious and political understanding of the end of the third century and beginning of the fourth century.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO PRIMEIRO	
CONSTANTINO E LACTÂNCIO, TESTEMUNHAS DE UM NOVO TEMPO.....	20
1.1 – <i>A nova ordem imperial</i>	20
1.2 – <i>Vida e obra de Lactâncio</i>	29
1.3 – <i>Natureza da documentação</i>	36
CAPÍTULO SEGUNDO	
A IDÉIA DE PROVIDÊNCIA EM LACTÂNCIO.....	48
2.1 – <i>Os precursores gregos: Protágoras, Epicuro e Zenão</i>	48
2.2 – <i>A defesa da concepção judaico-cristã de Providência</i>	57
2.3 – <i>Os julgamentos de Deus</i>	63
2.4 – <i>A ira de Deus</i>	68
CAPÍTULO TERCEIRO	
A CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL CRISTÃ.....	74
3.1 – <i>A vitória sobre os perseguidores</i>	74
3.2 – <i>A concepção triunfalista de história</i>	90
CONCLUSÃO.....	96

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
1 – <i>Documentação primária impressa</i>	102
2 – <i>Bibliografia instrumental</i>	103
3 – <i>Bibliografia sobre Lactâncio e Constantino</i>	106
4 – <i>Obras de História de Roma</i>	110
5 – <i>Bibliografia eletrônica</i>	111

INTRODUÇÃO

Lactâncio provavelmente nasce no início da década de 240 d.C. e morre no começo da década de 320. Em relação aos acontecimentos de sua vida, poucas são as fontes de informação, sendo a principal delas Jerônimo¹. Este, em suas obras intituladas *De viris illustribus* e *Chronicon* – que serão tratadas detalhadamente no tópico “Vida e obra de Lactâncio” –, manifesta que Lactâncio é originário do norte da África, nascido na província da Numídia, vem a ser aluno de Arnóbio (renomado professor de retórica da cidade de Sicca Veneria), é convidado pelo imperador Diocleciano para ser professor de retórica em Nicomédia, vivencia a Grande Perseguição (escapando fisicamente ileso), é chamado por Constantino para ser tutor de Crispo, e morre em idade avançada, em data e em lugar desconhecidos.

Em relação aos períodos da história romana, sabe-se que Lactâncio vivencia o final do Alto e o começo do Baixo Império, duas conjunturas importantes. No que diz

¹ Jerônimo nasce na década de 340 d.C., na cidade de Estridão, perto de Aquiléia. Crê-se que seus pais eram cristãos, prósperos – possuidores de casas e escravos – e mantinham contato com outras famílias cristãs ricas. Os pais de Jerônimo provavelmente morrem ao final da década de 370, em razão da invasão dos Godos que alcança a cidade de Estridão. No que diz respeito a sua vida acadêmica, Jerônimo, ainda novo, com menos de vinte anos, é enviado para Roma com objetivo de complementação dos estudos. Isto tem lugar no ano 366 (Wace & Piercy, 1994:460). No começo da década de 370, Jerônimo, acompanhado por alguns de seus amigos – Heliodoro, Inocêncio e Hilas – segue para a Palestina. No ano 374, quando com aproximadamente 28 anos, Jerônimo segue para o deserto de Cálcis, na Síria, local em que permanece durante quatro ou cinco anos. Levando uma vida de ermitão, Jerônimo habita uma cela, cultiva um jardim, fabrica cestas e copia livros. Ao final da década de 370, nos anos 378 ou 379, Jerônimo segue para Antioquia, onde se une ao partido de Paulino e é feito presbítero. Em 380, move-se para a cidade de Constantinopla, na qual se fixa por um ano (Wace & Piercy, 1994:461). É nessa cidade que Jerônimo traduz a obra *Crônica* de Eusébio de Cesaréia, do grego para o latim, e adiciona mais cinquenta anos de acontecimentos ao corpo da referida obra. Do ano 382 ao ano 385, encontra-se em Roma, local em que realiza estudos de escrituras e promove o ascetismo (Wace & Piercy, 1994:462). Em 386 Jerônimo e seus principais amigos fixam-se em Belém. Nesta cidade Jerônimo habita durante os 34 anos restantes de sua vida. Esses 34 anos são divididos em três momentos: a) do ano 386 ao ano 392; b) do ano 393 ao ano 404 e c) do ano 405 ao ano 420. De 386 a 392, um monastério e um convento são erguidos, ambos administrados por Jerônimo e Paula, uma rica seguidora dos ideais ascéticos de Jerônimo, além de construído de um local para o acolhimento de peregrinos (Wace & Piercy, 1994:464). De 393 a 404, Jerônimo é vítima de moléstias e mergulha na pobreza, em razão da utilização de toda a fortuna de Paula em obras de caridade (Wace & Piercy, 1994:465). Quanto ao terceiro momento, de 405 a 420, a Palestina é tomada pelos Isáurios, e os monastérios são cercados por fugitivos. No ano 420, Jerônimo falece, mantendo os estudos bíblicos e de escritos até o final da vida (Wace & Piercy, 1994:469).

respeito ao final do Alto Império, ele é testemunha da denominada Anarquia Militar ou Crise do Terceiro Século. Já no que tange ao início do Baixo Império, acompanha os governos de Diocleciano e Constantino até, pelo menos, 320.

O período da Anarquia Militar estende-se do ano 235 ao ano 284, começando com a ascensão de Maximino e prosseguindo até os governos de Carino (283) e Numeriano (284-285). A Anarquia Militar dura, portanto, cerca de cinquenta anos. No campo político, caracteriza-se pela atuação dos destacamentos do exército na escolha dos imperadores, pelas disputas civis e pela dificuldade em se estruturarem novas dinastias. Somado a isso, o imperador legítimo quase sempre é um usurpador vitorioso. No *limes*, invasores bárbaros atuam em diversas frentes, tanto no Ocidente quanto no Oriente. No plano econômico, aumentam-se os gastos com os efetivos militares, com a corte e a administração, os escravos diminuem (o que permite o estabelecimento do colonato), as cidades perdem habitantes e os aristocratas fogem da cobrança de tributos e do perigo das invasões (Gonçalves, 2006:187-8).

No domínio religioso, há a disseminação de cultos orientais, o aumento do número de cristãos, perseguições religiosas, busca por respostas e por salvação para os infortúnios experimentados pelas pessoas, como fome, guerras e doenças. Em relação à política religiosa do Estado romano nessa época, dois soberanos merecem destaque: Décio (249-251) e Valeriano (253-260). Décio promulga, já no começo de seu reinado, um edito em que declara que todos os habitantes do Império devem se apresentar perante os magistrados para a reverência aos deuses romanos, por meio de sacrifícios e libações. Dessa forma, Décio tem em mente que todos os romanos manifestem a sua fidelidade como membros da *Res Publica*. Essa é a primeira vez que o Estado romano oficializa uma ampla perseguição aos cristãos. A aplicação do edito é heterogênea entre as províncias, dependendo mais da postura dos governadores e comunidades locais do

que da vontade imperial (Silva, 2006:248). Por sua vez, Valeriano, após quatro anos de governo, envia uma missiva aos governadores de província, exigindo que os componentes do clero cristão sacrifiquem aos deuses de Roma perante os tribunais. Ao mesmo tempo, suspende as celebrações cristãs em igrejas e cemitérios. No ano seguinte, emite outra missiva, endurecendo os castigos aos cristãos. Como resultado, alguns sacerdotes são executados, os membros das ordens senatorial e eqüestre são privados de honra e posses, e funcionários da administração imperial são obrigados a prestar trabalho compulsório (Silva, 2006:249).

Com a ascensão de Diocleciano ao poder, em 284, inicia-se outro período na história do Império Romano, denominado Baixo Império. Diocleciano permanecerá no poder até 305. Uma das principais medidas políticas estabelecidas por ele é a criação da Tetrarquia. O primeiro a fazer parte desse novo sistema de governo é Maximiano, efetivado Augusto no ano 286. Na seqüência, Constâncio Cloro é proclamado César, em 292. O último a constituir a “administração dos quatro” é Galério, nomeado César, por Diocleciano, em 293. Diocleciano torna-se responsável pelo Oriente e pelo Egito. Maximiano converte-se em senhor da Itália e da África. Constâncio Cloro administra as províncias ocidentais e os Alpes Gálicos. Galério dirige a Grécia e as províncias danubianas (Mendes, 2002:140). Na esfera administrativa, afirma-se a tendência à especialização das atividades civis e militares. Tem-se o aumento no número de províncias, governadores e escritórios públicos. Para se ter uma idéia, a quantidade de províncias, de 42, na época de Trajano (97-117), salta para 100 (Mendes, 2006:144). No âmbito militar, é mais correto supor que o exército tenha sido multiplicado por dois e não quatro, como afirma Lactâncio em *De mortibus persecutorum* (VII. I.). O argumento de Mendes (2002) sobre o assunto baseia-se no aumento dos efetivos do exército, de 39 para 60. Provavelmente, os destacamentos militares, em conjunto, não

superaram os 500.000 combatentes. No plano econômico, os tributos aumentam, exigindo-se uma alta proporção sobre os rendimentos da terra. A nova estrutura fiscal caracteriza-se por uma crescente fixação do pagamento de impostos *in natura*, contribuindo para o enfraquecimento do comércio, da produção artesanal e do giro monetário (Mendes, 2002:156). Nota-se também a inconstância da moeda. Diocleciano põe em prática a reorganização do sistema monetário. No entanto, devido à contínua desestabilização econômica, um edito é aplicado em 301, estabelecendo um limite máximo para os preços dos bens, serviços e salários. O não cumprimento da lei trazia a pena de morte para os transgressores (Mendes, 2006:159), mas o edito foi, no fim das contas, ineficaz para conter a inflação.

No âmbito religioso, em 24 de fevereiro de 303, um edito é afixado no palácio de Diocleciano, na cidade de Nicomédia. O dia 24 de fevereiro de 303 é o do início da Grande Perseguição, o último e mais sangrento ataque oficial aos cristãos, que dura até o ano 311. Quatro são os editos promulgados por Diocleciano. De acordo com o primeiro edito, os cristãos que ocupavam funções oficiais deveriam entregar seus cargos, honras e posses. As igrejas, em todo o Império, deveriam ser derrubadas e as escrituras, queimadas. O segundo edito determinava ainda a prisão de todos os líderes eclesiásticos. O terceiro exigia o sacrifício aos deuses de Roma, sob pena de execução. No ano 304, é promulgado o quarto e último edito, que obriga todos os cristãos a sacrificar aos deuses do Império. De todos os membros da Tetrarquia, Constâncio Cloro, responsável pelas Gálias e pela Bretanha, não põe em prática, com todo o rigor, a perseguição aos cristãos. De fato, Constâncio Cloro permite a derrubada de algumas igrejas, mas preserva a integridade física dos cristãos (Silva, 2006:252).

Após a morte de seu pai, Constâncio Cloro, em 306, Constantino não apenas mantém a política de tolerância no que tange aos cristãos, como coloca em prática

medidas favoráveis à Igreja. Dentre os principais marcos de sua trajetória política estão: o comando das Gálias e da Bretanha, no ano 306; o triunfo sobre Maxêncio, em 312; o êxito sobre Licínio, em 324, e o governo exclusivo de 324 até 337. As medidas favoráveis à Igreja e a trajetória política de Constantino serão trabalhados de forma mais aprofundada no tópico intitulado “A nova ordem imperial”. Agora, gostaríamos de pontuar algumas outras características do reinado de Constantino, especificamente administrativas, militares e econômicas. Na esfera administrativa, destacamos: a) a instalação de um sistema administrativo composto pelas prefeituras do pretório, dioceses e províncias; b) que os prefeitos do pretório vêm a ser gestores financeiros, além de juízes, ocupando o posto mais alto da autoridade, depois do imperador, e c) a cidade de Roma perde o posto de núcleo administrativo a partir da desagregação do corpo de defesa pretoriano, em 313.

No plano militar, três grandes mudanças tomam lugar entre os anos 312 e 315: a) a formação de um vasto grupo móvel de soldados, preparado para atuar rapidamente numa parte ou noutra do território; b) a reformulação da autoridade militar: no cume da autoridade, os chefes não são mais os prefeitos do pretório ou os vicários, mas o *magister equitum* e o *magister peditum*, e c) a maior presença de não romanos entre os soldados, em virtude da ausência de novos recrutas (Silva & Mendes, 2006:208). No âmbito econômico, diversas medidas têm de ser realçadas: a) o estabelecimento do *glebalis census*, tributo que determina de forma mais exata as riquezas dos senadores; b) a criação de um novo tributo em ouro, o *follis senatorius* ou *glebalis collatio*; c) a instituição do crisárgiro, taxa paga em ouro ou em prata, a cada quatro ou cinco anos, contribuição avaliada segundo a riqueza dos bens materiais dos contribuintes, e d) o estabelecimento do *solidus*, um medalhão de ouro com o carimbo imperial que

permanece valorizado e se converte no modelo monetário do Império Bizantino (Silva & Mendes, 2006:212-213).

Como visto acima, no período da Anarquia Militar, Lactâncio presencia a intervenção do exército na escolha dos imperadores, as guerras civis internas, a dificuldade de estruturação de novas dinastias no poder, as constantes invasões nas partes Ocidental e Oriental do Império, a multiplicação dos gastos com o exército, a corte e a administração, a diminuição gradual de escravos, o abandono das cidades, a diminuição do número de habitantes, o avanço dos cultos orientais, a multiplicação de cristãos e as duas primeiras perseguições de Décio e Valeriano. Já no que diz respeito ao início do Baixo Império, ao governo de Diocleciano, Lactâncio acompanha a reorganização dos efetivos militares, a estabilização da situação política e militar interna – por meio da instituição da Tetrarquia –, o fortalecimento das fronteiras, até mesmo a cessação das invasões em algumas partes do território, a redução do número de escravos, a reconstrução e repovoamento das cidades, a amplificação da tributação, a Grande Perseguição, as prisões, os exílios, os assassinatos, as torturas e os confiscos de bens dos cristãos.

Acerca do governo de Constantino, Lactâncio vivencia o aperfeiçoamento do sistema administrativo, o ganho de poder dos prefeitos do pretório, a desagregação do corpo de defesa pretoriano, em 313, a formação de batalhões especiais preparados para atuar rapidamente em qualquer parte do território, a reformulação da autoridade militar, a maior presença de não romanos entre os soldados e as medidas econômicas que visam a arrecadar mais tributos e alcançam o maior número de grupos sociais possível. Para nós, o principal valor de Lactâncio reside no fato de ele ter sido uma testemunha de época, registrando muitos dos acontecimentos que presenciou. Por outro lado, o valor das obras, em nossa opinião, está no fato de auxiliarem na constituição de uma história,

memória e identidade para os cristãos no início do século IV. Após essa breve exposição dos acontecimentos presenciados por Lactâncio no período da Anarquia Militar – final do Alto Império –, no começo do Baixo Império, de seu valor como testemunha de época e do fato de que suas obras auxiliam na constituição de uma História, memória e identidade para os cristãos no início do século IV, passaremos para nosso objeto de estudo.

Nosso objeto de estudo é a construção da idéia de Providência – na obra *De ira Dei* – e sua aplicação na constituição de uma nova ordem política cristã – na obra *De mortibus persecutorum*. Num primeiro momento, a Providência, em outras palavras, a ação de Deus na realidade, é estruturada e justificada na obra *De ira Dei*. Num segundo momento, em *De mortibus persecutorum*, a Providência é empregada no mundo político do Império Romano, sendo responsável pela eliminação dos imperadores pagãos perseguidores, de seus familiares e pela edificação de um novo mundo político e religioso, após o triunfo de Constantino sobre Maxêncio, em 312. Definido nosso objeto de estudo, passemos para nossa hipótese.

Nossa hipótese é a de que Lactâncio constrói uma História – no sentido de trajetória – para os cristãos, no Império Romano, desde a crucificação de Jesus até o triunfo de Constantino, o que possibilita a presença de uma memória – conhecimento de quem se foi no passado e de quem se é no presente – que auxilia na criação de uma identidade. Tratemos, então, dos elementos dessa hipótese: História, memória e identidade.

Segundo Le Goff (1990), a noção de História, presente em vários autores cristãos do Baixo Império Romano, provém do Antigo Testamento, principalmente do Gênesis e do Êxodo. No Antigo Testamento, Javé atua e intervém na História dos

israelenses – sua trajetória no mundo –, sendo Providência, juízo e ira em relação a todos os indivíduos adversários. A trajetória dos israelenses abrange desde Noé – fuga do Dilúvio – até Moisés – fuga do Egito e deslocamento para a terra prometida. A Providência é a atuação no plano político do mundo terrestre. O juízo é o julgamento feito com base nas atitudes dos indivíduos. A sentença pode ser a recompensa – por meio da manifestação de afeições positivas, tal qual bondade – ou a punição – por meio da manifestação de afeições negativas, tal qual a ira.

Apesar de não ser citado por Le Goff, dentre os autores cristãos que foram influenciados pela idéia de Providência do Antigo Testamento, Lactâncio desenvolve com detalhes – em *De ira Dei* – a noção de um Deus que é Providência, juízo e ira, de um Deus atuante no plano político e religioso. Também gostaríamos de complementar que Lactâncio é influenciado pelos livros do Gênesis, Êxodo, Números e pelo de Josué. A construção de Deus enquanto Providência, juízo e ira tem lugar em *De ira Dei*. Os três debates mais importantes são com Epicuro de Samos, Protágoras de Samos e Zenão de Cício. Num primeiro momento, em altercação com Epicuro de Samos, afirma que Deus se preocupa com os assuntos humanos, agindo no mundo por intermédio de Sua Providência. Num segundo momento, em debate com Protágoras de Samos, Lactâncio argumenta que Deus e Sua Providência existem, sendo possível a captação de ambos por intermédio da observação da ordem com que o mundo e os seres são regidos. Num terceiro e último instante, em discussão com Zenão de Cício, afirma que Deus exprime tanto ira quanto bondade. Por sua vez, a aplicação da Providência, do juízo e da ira se dá em *De mortibus persecutorum*. As três são aplicadas nos indivíduos definidos como malévolos e perseguidores dos cristãos, no caso, os soberanos pagãos e seus familiares, que são destruídos por Deus. Além disso, a referida obra compreende a História (trajetória) triunfalista cristã, desde a época de Nero até Constantino, sendo o principal

exponente da nova ordem política e religiosa que se instala a partir do ano 312, o imperador Constantino. Este, em seguida a seu triunfo sobre Maxêncio, põe fim à perseguição aos cristãos na porção ocidental do Império Romano, além de colocar em prática várias medidas favoráveis a eles. Agora, abordaremos que a História – no sentido de trajetória política e religiosa – possibilita a existência da memória.

Acerca da memória, Le Goff (1990) informa que a memória que os israelenses têm de si provém de sua História – trajetória acompanhada e conduzida por Javé – no Antigo Testamento, desde quando eram um povo sem território fixo e perseguido por inimigos até quando vêm a constituir um povo, num território fixo, e não mais perseguido. O historiador francês menciona alguns cristãos do Império Romano que tiveram o Antigo Testamento como fonte de inspiração para a construção de uma memória cristã. Mais uma vez, não cita Lactâncio. Por isso, inserimos Lactâncio na lista de cristãos do Império Romano que tiveram o Antigo Testamento como obra de inspiração para a edificação de uma memória. Lactâncio compõe uma obra que é fonte de inspiração para a fabricação de uma memória cristã: *De mortibus persecutorum*, que fornece os dados necessários para a estruturação de uma memória para os cristãos no século IV, de forma que eles sabem quem foram no passado e quem são no presente. A dita obra relata a trajetória dos cristãos no Império Romano, no plano político e no plano religioso, desde o momento em que são perseguidos até o momento em que não são mais perseguidos e passam a viver em segurança e paz. Por sua vez, História e memória auxiliam na construção de uma identidade.

Silva (2000) é um dos autores que trabalham com os conceitos de identidade e diferença. A respeito de ambas, a identidade e a diferença possuem três pontos principais: a) a identidade é uma positividade, independente, autônoma, é aquilo que nos define enquanto indivíduos; b) a diferença é o inverso, é a definição dada a outro

indivíduo; c) finalmente, são dependentes. Trazendo o primeiro ponto para o campo das obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, percebemos que Lactâncio edifica uma identidade cristã positiva, sendo os cristãos relacionados apenas a elementos positivos. No que concerne ao segundo ponto, o pagão é caracterizado como o diferente, relacionado somente a elementos negativos. No que tange ao terceiro e último ponto, o cristão só tem consciência de sua identidade por ter consciência da diferença que o pagão representa. Ao mesmo tempo, a diferença representada pelo pagão só faz sentido quando confrontada com a identidade do cristão. Questões outras referentes à História, à memória e à identidade serão trabalhadas quando da análise da obra *De ira Dei* e da *De mortibus persecutorum*, no segundo e no terceiro capítulos.

No que concerne à metodologia, observamos os princípios desenvolvidos por Régine Robin (1977). A autora argumenta que a explicação dos comportamentos humanos também é possível de ser alcançada se conhecemos o vocabulário de que os indivíduos fazem uso em seu tempo histórico. A análise desse vocabulário possibilita a explicação de suas condutas e a compreensão das ligações que mantêm com o seu contexto. De acordo com a historiadora francesa (1977:77), todo documento, todo texto, é portador de uma ordem de mundo que lhe é exclusiva, de uma ordem a ser decifrada. Para se alcançar tal ordem de mundo, três operações devem ter lugar: a) a extração ou abstração – necessidade de desestruturar o texto, de romper com a ordem e a disposição do discurso, como forma de extrair palavras e noções; b) a análise dos contextos – o contexto intratextual, por meio do qual a palavra reveste-se de sentido, e o contexto extratextual, que estabelece o funcionamento social do sentido, e c) a confrontação – confrontação entre objetos da mesma natureza. No que tange à nossa dissertação, as obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum* portam uma ordem de mundo a ser decifrada, a intervenção de Deus – a Providência – no mundo político do Império

Romano, como maneira de garantir uma organização política cristã. Retornando às três operações necessárias para se alcançar a já mencionada ordem de mundo, colocaremos em prática: a) a desestruturação do texto, o rompimento da disposição do discurso, a extração de novas noções das palavras; b) a análise dos contextos intratextual – os trechos dos parágrafos – e extratextual – a obra como um todo, e c) a comparação entre objetos da mesma natureza. Após as considerações em torno da metodologia que será utilizada, trataremos a seguir da estrutura da dissertação.

No que tange à estrutura da dissertação, no primeiro capítulo, denominado “Constantino e Lactâncio: testemunhas de um novo tempo”, trabalharemos a nova ordem imperial a partir da ascensão do soberano Constantino, a vida e a obra de Lactâncio e a natureza da documentação, a saber: *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*. No segundo capítulo, intitulado “A idéia de Providência em Lactâncio”, abordaremos as concepções de Providência dos filósofos Protágoras de Samos, Zenão de Cício e Epicuro de Samos, além da Providência, do julgamento e da ira de Deus, segundo Lactâncio, na obra *De ira Dei*. No terceiro capítulo, designado “A construção da ordem imperial cristã”, trataremos da destruição dos imperadores pagãos perseguidores, de seus familiares e também da História triunfalista cristã, na obra *De mortibus persecutorum*.

Capítulo 1

CONSTANTINO E LACTÂNCIO, TESTEMUNHAS DE UM NOVO TEMPO

1.1 – A nova ordem imperial

Constantino vive do início da década de 270 até o ano 337. Nasceu na cidade de Naisso – localidade militar próxima ao Danúbio – e morreu em Nicomédia. Seu pai, Constâncio Cloro, presume-se que tenha nascido na província da Dacia Ripensis. A data de nascimento não é conhecida. Sobre sua carreira militar, entre os anos 271 e 272, serve sob Aureliano, no Oriente, como membro dos *protectores*, momento em que obtém o título de tribuno. Entre os anos 284 e 285, Constâncio Cloro vem a ser *praeses*, governador provincial na Dalmácia. Em seguida, acredita-se que tenha sido prefeito do pretório de Maximiano, entre os anos 288 e 293. Em 293, Constâncio é proclamado César, função que exerce até a morte, treze anos depois (Pohlsander, 1996:13). Esses são os dados que possuímos sobre Constâncio Cloro. No que tange à mãe de Constantino, Helena, provavelmente ela é originária da cidade de Drepânio, localizada a noroeste da Ásia Menor. As evidências numismáticas apontam que Helena provavelmente nasceu na década de 250. Em relação a sua condição social, Pohlsander (1996:12-13), citando Ambrósio de Milão, informa que Helena era uma *stabularia*, uma criada de taverna ou hospedaria. Num primeiro momento, nossas fontes não fornecem informações acerca das primeiras duas décadas de vida de Constantino. Até 293 há um hiato nos registros sobre a existência de Constantino. Num segundo momento, de acordo com as fontes, após a investidura de Constâncio Cloro como César, no começo da década de 290, Constantino é mandado para a corte de Diocleciano. Constantino encontra-se no Oriente, do começo da década de 290 até a metade da década de 300. O primeiro serviço militar de Constantino é o acompanhamento de Diocleciano numa

campanha contra o usurpador Aquileu, no Egito, no ano 296. No ano seguinte, já na corte de Galério, Constantino luta na guerra contra os persas. Ele permanece no Oriente enquanto seu pai luta na Gália e na Britânia (Wace & Piercy, 1994:204).

Em 305, quando da abdicação de Diocleciano e Maximiano, Constantino move-se da corte de Galério para o Ocidente, a fim de unir-se ao seu pai, Constâncio Cloro, responsável pelos territórios da Bretanha, das Gálias e da Espanha, que se encontra, naquele momento, em luta contra os pictos. Após o falecimento do pai, em 25 de julho de 306, Constantino é proclamado imperador pelos efetivos militares. Já de início segue com o princípio de tolerância para com os cristãos ao determinar o término da perseguição em suas possessões. Somado a isso, repara completamente os danos causados pelos saques às igrejas e concede aos cristãos o privilégio de criar normas no que diz respeito aos assuntos de sua crença. Ainda no ano de 306, no dia 28 de outubro, Maxêncio surge como usurpador em Roma, tornando-se senhor da Península Itálica e do Norte da África, com o apoio da guarda pretoriana (Barnes, 1981:30). No que toca à política religiosa, num primeiro instante, Maxêncio adota medidas restritivas em relação aos cristãos do Norte da África, devido à usurpação de Domício Alexandre (308-311). Num segundo instante, após a vitória sobre o rival, Maxêncio ordena a devolução dos bens das igrejas africanas que tinham sido apreendidos pelo Estado (Silva, 2006:252). Durante os seis anos de reinado de Maxêncio, não constatamos quaisquer indícios de perseguições aos cristãos em suas áreas e nem quaisquer conflitos com Constantino.

No ano 312, os rumos dos acontecimentos mudam, pois Maxêncio e Constantino entram em conflito aberto. Crê-se que Constantino, ao empreender a guerra contra Maxêncio, tinha em mente dois objetivos: tornar-se o único soberano da parte ocidental do Império Romano e estender sua proteção aos cristãos por todo o Ocidente. Apesar de seu efetivo militar inferior, ele possivelmente confiava em sua habilidade como

estrategista, em sua força de comando e na capacidade de luta de seus combatentes. Em compensação, Maxêncio contava com efetivos maiores. Zózimo², no segundo livro de sua obra intitulada *A Nova História*, informa que Constantino computava cerca de 90.000 soldados de infantaria e 8.000 combatentes a cavalo. Já Maxêncio, contava com entre 100.000 e 170.000 soldados de infantaria e 18.000 combatentes a cavalo. Constantino, no momento em que se considera preparado para lutar contra Maxêncio, desloca-se da região dos Alpes em direção à Península Itálica, invadindo-a e alcançando Roma. Maxêncio apronta-se para o cerco do exército de Constantino, ordenando que seus soldados derrubem a ponte Mílvia, além de todas as outras pontes sobre o rio Tibre, e determinando a construção de uma ponte temporária de embarcações sobre o rio Tibre. Dessa maneira, seus soldados poderiam deslocar-se para combater os soldados de Constantino, além de que poderia transferir rapidamente sua mulher e seu filho do palácio real para uma casa particular. Em 28 de outubro, Maxêncio sai de Roma, atravessa o Tibre e enfrenta Constantino. O conflito é rápido, provavelmente devido ao melhor preparo dos soldados de Constantino e à tática por ele empregada. Os combatentes de Maxêncio decidem então retornar para Roma. Devido ao peso das tropas, a ponte feita de embarcações rui. Maxêncio cai no rio juntamente com alguns dos seus. De acordo com Barnes (1981:43), vestindo uma armadura pesada e montando seu cavalo. De qualquer forma, Maxêncio perece nesse local.

Maxêncio não é traído pelos seus no momento decisivo, como tantas vezes se viu em se tratando de usurpadores. Segundo Burckhardt (1945:06), Maxêncio perde a batalha para Constantino em virtude de sua incompetência estratégica e de sua negligência. Por sua vez, ainda para Burckhardt, Constantino triunfa em razão do bom

² Smith (1870:1334), citando Evágrio, manifesta que Zózimo foi um historiador grego, dos séculos V e VI d.C. Zózimo escreveu a *História do Império Romano* em seis livros, possivelmente entre 450 e 500. Acredita-se que esse recorte temporal seja mais seguro pelo fato de Zózimo trazer algumas informações acerca do Império Grego no referido recorte temporal. A respeito do segundo livro, que é aquele que nos interessa, registra a história do Império Romano no século IV d.C.

desempenho de seus comandados e de sua personalidade. Assim, Constantino incorpora a Península Itálica e a África do Norte. Em outras palavras, toda a porção ocidental do Império Romano. Conforme Silva (2005:02), após a entrada triunfal em Roma, Constantino toma várias medidas: a supressão da memória de Maxêncio; a desmobilização do corpo de soldados pretorianos e a edificação de uma igreja no Célio, local de reunião da guarda pretoriana, pondo assim um ponto final na interferência dos pretorianos nos assuntos políticos do Império. Dentre outras medidas tomadas por Constantino, estão também o acordo com Licínio³, tendo por meta a exclusão de Maximino Daia⁴, e o fortalecimento dos vínculos que ligam o imperador à comunidade dos cristãos.

Em fevereiro de 313, Constantino e Licínio reúnem-se na cidade de Milão fixando os fundamentos do pseudo-Edito de Milão. Por meio de um acordo político-religioso, principal símbolo da aliança entre ambos, o cristianismo converte-se em *religio licita* e universaliza-se a liberdade de culto. Constantino também escreve ao procônsul da África determinando a devolução aos cristãos das propriedades confiscadas no período da Grande Perseguição (303-311) e concede uma vultosa quantia em dinheiro como maneira de cooperar com as obras de caridade realizadas pela igreja de Cartago (Silva, 2006:254). Na corte, o imperador encontra-se rodeado de cristãos, designando Óssio de Córdoba seu conselheiro particular para questões

³ Nasce por volta do ano 250, na província da Dácia Ripensis, atualmente região ao sul do Danúbio. Poucas são as informações acerca de sua trajetória militar. A respeito de sua trajetória militar, auxilia Galério durante o conflito contra os persas – no ano 297 – e na defesa da fronteira do Danúbio. Sabe-se também que é nomeado imperador, após a morte de Severo, em 11 de novembro de 308, tornando-se responsável pela porção territorial localizada entre os Alpes e o Danúbio (Bunson, 1995:237).

⁴ A partir do ano 311, em função da morte de Galério, Maximino Daia e Licínio tornam-se os únicos soberanos no Oriente. No ano 312, após a vitória sobre Maxêncio, Constantino vem a ser soberano único do Ocidente. Até o ano 313, o Império encontra-se controlado por Constantino, Maximino Daia e Licínio, quando Constantino decide realizar uma aliança com Licínio. Os motivos pelos quais Constantino decide realizar essa aliança são desconhecidos. De qualquer maneira, Constantino e Licínio constituem uma aliança. Em contrapartida, Maximino Daia possivelmente percebe que a aliança entre Constantino e Licínio tem por um dos objetivos afastá-lo de uma futura partilha do Império. Sendo assim, inicia os ataques militares – atravessa o Bósforo e ocupa as cidades de Bizâncio e Eracléia – contra Licínio, já em 313.

religiosas (Simon, 1987:194). Ainda no ano 313, outro acontecimento muda o cenário político imperial. Em 30 de abril, Licínio vence Maximino Daia, numa batalha no Campus Ergenus, na Trácia. Licínio e Maximino Daia eram senhores do Oriente desde 308. Em virtude desta vitória, Licínio torna-se imperador único no Oriente.

Pietri (1995:219), tendo por referência a obra *Divinae Institutiones* de Lactâncio, argumenta que, em 13 de maio de 315, Constantino põe em prática um plano contra a pobreza por meio da distribuição de donativos pelo erário público e pelo tesouro privado do príncipe aos pais desprovidos de recursos para o sustento de seus filhos. Sete anos depois, observa-se a expansão do sistema para o território africano. Tal medida também visa a amparar aquelas crianças cujos progenitores não têm meios de garantir as condições mínimas de sobrevivência. O ano de 315 é também o da primeira ruptura entre Constantino e Licínio. Silva (2005:06), fazendo menção à obra *Origo Constantini*, aponta que Licínio aproxima-se de Bassiano⁵ com o objetivo de persuadi-lo a executar Constantino. Revelado o conluio, Bassiano é aniquilado. Senécio, seu irmão, co-responsável pela trama, abriga-se no Oriente. Constantino exige que Licínio lhe entregue Senécio. A resposta do soberano do Oriente é a recusa.

Em 8 de outubro de 316, Constantino investe contra Licínio em Cibale, na província da Panônia, saindo vitorioso. Tem lugar a celebração de um tratado por intermédio do qual a Europa passa a ser controlada pelo vencedor, com exceção da Trácia, da Mésia e da Cítia Menor. Outrossim, o tratado determina a indicação de Crispo, Constantino II e Liciniano como Césares (Silva, 2005:06). Nesse momento, Constantino transfere para as igrejas uma parcela dos bens destinados aos templos

⁵ Marido de Anastásia, irmã de Constantino, provavelmente no ano 315, é apontado por Constantino como César da Itália e das províncias do Danúbio. Licínio enxerga tal decisão de Constantino como uma maneira de afastá-lo do poder. Sendo assim, Licínio mantém contatos secretos com Bassiano, encorajando-o a se revoltar contra Constantino e se tornar soberano único no Ocidente. No entanto, Constantino descobre a trama, rompe a conduta de não agressão em relação a Licínio e ordena a execução de Bassiano.

pagãos. Igualmente, Constantino certifica que os prelados que governam bispados têm autoridade para tornar livres os escravos, elimina a crucificação como penalidade jurídica em razão do respeito à morte de Jesus e obsta a prática de se marcar o rosto de escravos e condenados, por considerar a face uma expressão da beleza divina. Em contrapartida, Licínio toma, em seus domínios, uma série de atitudes restritivas em relação aos cristãos. Os cristãos são excluídos do palácio, impede-se o livre deslocamento dos bispos, a realização de concílios e a celebração de cultos por homens e mulheres em grupo (Silva, 2005:06).

Em Roma, Constantino prossegue com a sua política religiosa pró-cristã. Em carta dirigida ao prefeito de Roma, Septímio Basso, em 23 de maio de 318, ataca aqueles que fazem uso das artes mágicas para fins maléficis, como o atentado contra as vidas das pessoas e a corrupção de mentes para a libertinagem. O soberano entende que os saberes mágicos divinatórios devem ser usados para fins positivos. Em 15 de maio de 319, por meio de outra carta, Constantino dirige-se aos arúspices e aos sacerdotes, proibindo-os de entrar em residência de particulares e impedindo as visitas entre si (Curran, 1996:70).

Ao longo da década de 320, Constantino dedica-se à construção de igrejas em várias partes do território romano. Ele é responsável pela edificação de diversas igrejas na cidade de Roma, como as de San Giovanni in Laterano, San Lorenzo Fuori le Mura e Santa Croce in Gerusalemme. Helena, sua mãe, empreende uma romaria à Palestina, devotando-se a recuperar os locais sagrados e a construir igrejas às expensas do Estado. O auxílio imperial à fé cristã se dá especialmente pelo custeio na edificação de sacrários e de lugares de realização de culto.

Em 321, Licínio rompe com a conduta favorável ao cristianismo, por meio de diversas ações. Num primeiro momento, edifica, na província da Mésia, um templo ao

sol. Num segundo momento, exclui os cristãos da administração do Estado, expulsa os bispos da residência imperial, afasta as mulheres do ensino dos catecúmenos, proíbe as assembleias presididas por bispos e transfere as cerimônias cristãs para além do perímetro urbano (Silva, 2006:255-256). Dois anos depois, a invasão dos Sármatas, na Mésia, proporciona a desculpa para Constantino adentrar o território do concorrente. Licínio reage, cessando nas províncias orientais a circulação das moedas comemorativas do sucesso de Constantino contra os Sármatas. A cisão política entre Constantino e Licínio está declarada. Em 18 de setembro de 324, inicia-se a luta armada. Constantino vence o oponente na batalha de Crisópolis. Licínio é assassinado um ano depois. Ainda de acordo com Silva (2005:07-08), houve ultrajes tanto da parte de Constantino quanto da parte de Licínio, não havendo como definir o principal responsável pelo conflito.

Cerca de dois meses depois da vitória sobre Licínio, em 8 de novembro de 324, Constantino começa a expansão das muralhas de Bizâncio. Num primeiro momento, é provável que tenha pretendido efetuar trabalhos de embelezamento na antiga fortaleza de Licínio (Silva, 2006:60). Num momento posterior, após a celebração das Vicensálias em Roma, o que acontece em julho de 326, decide-se que Bizâncio se tornaria a “Nova Roma” (Silva, 2006:61). A decisão de Constantino em transformar Bizâncio na “Nova Roma”, na capital oriental do Império, deve ser localizada entre 327 e 328. Não há dúvidas de que a escolha de Constantino em fazer de Constantinopla a sede do Oriente teve um significado religioso (Silva, 2006:62). Constantinopla é inaugurada em 11 de maio de 330. É a mesma data de comemoração do festival em glória a São Mécio, um mártir de Bizâncio na época de Diocleciano ou Licínio. A dedicação da nova capital ao Deus cristão parece exprimir o desejo imperial de edificar uma cidade completamente cristã, ausente de qualquer característica pagã (Silva, 2006:64). Apesar disso, os indícios apontam para uma cidade que convive, ao longo de toda sua existência, com

elementos pagãos e cristãos. Talvez os maiores propósitos de Constantino tenham sido a eternização de seu nome e a constituição de uma nova monarquia, além da possibilidade de o cristianismo desenvolver-se sem entraves. Dentre outras razões para o deslocamento definitivo do núcleo decisório do Ocidente para o Oriente, poderíamos citar a neutralização do passado pagão de Roma sobre o poder imperial, o aproveitamento das condições geográficas que favorecem a defesa e o comércio e a preocupação com o desenvolvimento econômico, já que o comércio é tradicionalmente mais ativo no Oriente.

Na década de 330, mais especificamente em 334, Constantino estabelece uma norma em favor dos menos favorecidos, determinando que os julgamentos de ações judiciais envolvendo viúvas, órfãos, escravos, devem ser realizados nas províncias. A mesma regulamentação oficial prescreve que o proprietário não pode usar de autoridade, de maneira desmedida, para castigar por meio de tortura ou aniquilar fisicamente um escravo (Pietri, 1995:218). Muitas disposições legais de Constantino beneficiam não somente os cristãos como também os indivíduos marginalizados no mundo romano. O auxílio aos desamparados é, no século IV, uma importante característica da doutrina cristã e vemos a mesma preocupação reproduzir-se em nível imperial.

É inegável a inclinação de Constantino para o cristianismo, já a partir do ano 306. Suas medidas em prol dos cristãos dão-se por razões políticas e religiosas. Essas decisões auxiliam na consolidação de sua autoridade e do cristianismo enquanto crença que aspira a tornar-se dominante. No ano 306, ao suceder o pai, Constantino inicia a carreira como imperador, dando seqüência à política de tolerância de Constâncio Cloro. Os “perseguidos” são poupados nas Gálias, na Bretanha e na Espanha. De 306 até 312, Constantino busca fortalecer seu exército e promove a estabilização da situação interna em seus territórios. Em 312, sente-se suficientemente fortalecido para enfrentar seu

único empecilho na anexação do Ocidente, Maxêncio. Nos anos 312 e 313, Constantino controla o Norte da África e a Península Itálica. No que tange aos anos 318 e 319, com base na reprovação daqueles que se utilizam dos conhecimentos das artes mágicas para fins nocivos, além das proibições voltadas aos arúspices e sacerdotes, nota-se claramente o desconforto de Constantino em relação a tais práticas e indivíduos. A partir de 324, ele tem por meta consolidar-se como soberano único do Império. Para tanto, é necessário derrotar seu único adversário político e militar à época, Licínio, o que se dá em Crisópolis. Na seqüência, inicia sua maior obra, Constantinopla. Mais que a construção de uma nova capital para as províncias orientais, Constantino pensa em eternizar em pedra seu governo. Uma cidade cristã, para os futuros soberanos cristãos, que expressa a união entre o Estado e a Igreja. Inverte desse modo o centro de poder, do Ocidente para o Oriente, pretendendo deixar para trás toda influência pagã sobre o poder imperial. De 324 até sua morte, fortalece seu poder e multiplica suas ações de apoio à Igreja. Por um lado, as inúmeras medidas tomadas a favor dos seguidores da “nova crença” permitem que a Igreja passe a atuar em outras esferas, como a econômica, a política e a social.

A Igreja então amplia seus poderes. Aos poucos, consolida-se como uma instituição de amparo aos necessitados. A Igreja dissemina o hábito da doação de esmolas, o que favorece o giro da riqueza (Morais da Silva, 2005:77). No campo político, os bispos operam na mediação de discussões. Lutam não somente em benefício das associações cristãs, mas igualmente dos demais habitantes dos centros urbanos (Morais da Silva, 2005:77). Na perspectiva social, os bispos amparam aqueles que vivem em situação de penúria e pobreza. A partir de Constantino, os bispos adquirem maior importância no Império Romano. Ao mesmo tempo, a Igreja se fortalece material e doutrinariamente. Por outro lado, ao longo de seus trinta anos de governo, Constantino

reprime práticas que reputa completamente inconciliáveis com a moral cristã, como, por exemplo, os sacrifícios sangrentos e a prostituição cerimonial. Mesmo assim, os pagãos puderam manter seus templos, túmulos e bosques sagrados (Silva, 2006:259). Por todos os fatores aqui apresentados, é plausível considerarmos o surgimento de uma nova ordem imperial com Constantino.

Após os apontamentos sobre Constantino e a nova ordem imperial por ele possibilitada, na seqüência, trataremos da vida e obra de Lactâncio, um dos principais artífices dessa nova ordem estabelecida com Constantino.

1.2 – Vida e obra de Lactâncio

Lúcio Cecílio Firmino Lactâncio nasceu, possivelmente, na década de 240. Jerônimo, a fonte de dados mais segura a respeito dele, não nos fornece o exato ano de nascimento. Por sua vez, os historiadores apontam os anos de 240, 241 ou 242, não chegando a um consenso. Sabe-se que Lactâncio é originário do Norte da África, tendo nascido provavelmente na cidade de Cirta – localizada na província da Numídia –, a qual abrangia uma extensa faixa do local onde hoje se encontra a Argélia. Sua onomástica em latim aparece como *Lucius Caecilius Firmianus Lactantius* ou, às vezes, como *Lucius Caelius Firmianus Lactantius*.

Pouco é informado sobre seus anos de aprendizado. Jerônimo, em *De viris illustribus* (80), aponta que Lactâncio é instruído em retórica. Posicionamo-nos ainda mais longe, uma vez que, com base nos dados fornecidos por Jerônimo sobre escritos outros que não sobreviveram ao tempo, tais quais *Festim*, *O Filólogo*, *Para Asclepiades* (dois livros), *Epístolas para Probo* (quatro livros), *Epístolas para Severo* (dois livros), *Epístolas para seu Pupilo Demétrio* (dois livros), propomos que Lactâncio teve uma

educação erudita e que provavelmente provinha de uma família pagã de posses. Quanto a sua conversão ao cristianismo, duas são as hipóteses: a) ter-se-ia convertido ao cristianismo ainda no Norte da África, antes de ser convocado por Diocleciano para lecionar em Nicomédia e b) sua conversão ao cristianismo teria ocorrido no Oriente, quando professor de retórica. No que diz respeito aos ofícios que exerce, assim como Perrin (1983:144), consideramos que Lactânncio pode ser definido como doxógrafo⁶ e eclético. No entanto, adicionamos que ele é, além de doxógrafo e eclético, um apologista, conjugando as três aptidões não somente em *De ira Dei*, como o faz Perrin, mas também em *De opificio Dei*, em *Divinae Institutiones* e em *De mortibus persecutorum*. Da mesma forma que um apologista, Lactânncio, nas obras *Divinae Institutiones*, *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, profere discursos em defesa e para a glória dos cristãos, por acreditar que eles são o “povo de Deus”. Como um doxógrafo, reúne o pensamento de filósofos antigos e, igual a um ecletista, apresenta debates entre diferentes correntes de pensamento, tomando para si aquilo que parece ser mais consistente em cada corrente. As atividades de doxógrafo e ecletista exerce nas obras *De opificio Dei*, *Divinae Institutiones* e *De ira Dei*.

Retomando os anos de aprendizado de Lactânncio, de acordo com Jerônimo, em suas obras *De viris illustribus* e *Chronicon*⁷, Arnóbio foi o tutor de Lactânncio. Jerônimo, em *De viris illustribus*, traz informações sobre as vidas de célebres cristãos. O cristão de número 79 é Arnóbio. A citação referente a tal personagem é de apenas duas linhas. O que se tem é que Arnóbio era um pagão, professor de retórica na cidade de Sicca Veneria – África Pró-consular – (onde hoje é a Tunísia), na época de Diocleciano. No que tange ao *Chronicon*⁸, no ano 2340 d.C., Jerônimo informa que Arnóbio ensinava

⁶ Cada um dos compiladores gregos que coligiam extratos dos filósofos antigos (Ferreira, 1999:703).

⁷ Tradução para o latim da obra *Chronicon* de Eusébio de Cesaréia.

⁸ Disponível em: http://www.tertullian.org/fathers/jerome_chronicle_03_part2.htm. Acesso em 24 de maio de 2006.

aos jovens da cidade de Sicca Veneria a arte da declamação. Arnóbio seguramente era pagão, pois, no capítulo 39 do primeiro livro de sua obra *Adversus Gentes*, ao ridicularizar a adoração dos ídolos, declara que fora pagão, num momento desconhecido de sua vida, tendo sido convidado num sonho a converter-se ao cristianismo. A partir desse momento, começa a escrever uma obra como maneira de provar sua fé e assim merecer a conversão ao cristianismo. A obra é composta de sete livros e denomina-se *Adversus Gentes*, não se podendo datar com exatidão os anos em que os livros foram escritos. No entanto, é provável que seu quarto livro tenha sido escrito no ano 303, já que, no capítulo 36, Arnóbio faz referência a alguns acontecimentos envolvendo o primeiro edito de perseguição aos cristãos, promulgado por Diocleciano no ano 303⁹. É possível que Arnóbio tenha nascido na década de 240 e falecido na década de 320, e que Lactâncio possa ter sido aluno de Arnóbio em Sicca Veneria. Ainda segundo Jerônimo, em *De viris illustribus*, Lactâncio é convocado oficialmente durante o governo de Diocleciano, juntamente com Flávio, o Gramático, para lecionar retórica na cidade de Nicomédia. Em virtude da carência de alunos, uma vez que Nicomédia era uma cidade grega, Lactâncio dedica-se a escrever. Em relação à informação de que Lactâncio é convocado para lecionar retórica em Nicomédia, cremos que ele era um homem célebre por um motivo: pelo fato de ser conhecido e chamado de uma região distante do Império – o Norte da África – para ensinar numa das principais cidades do Oriente.

De seu nascimento até a metade da década de 280, Lactâncio deve ter permanecido no Norte da África. Tanto é assim que Jerônimo, em *De viris illustribus*, argumenta que Lactâncio teria composto um *Itinerarium* em versos hexâmetros, narrando sua viagem da África até Nicomédia, quando do convite para ensinar retórica em tal cidade. A impressão é de que, como assinala Ffoulkes (1994:639), pela primeira

⁹ Disponível em: <http://www.ancientlibrary.com/smith-bio/0357.html>. Acesso em 20 de julho de 2006.

vez em sua vida, Lactâncio deixava o Norte da África. Infelizmente, o referido *Itinerarium* não sobreviveu ao tempo. No que tange aos locais do Império em que Lactâncio esteve presente, Barnes (1981:291), baseado na análise de trechos da obra *Divinae Institutiones*, propõe que Lactâncio volta para a África quando Galério torna-se senhor da Ásia Menor, em 305. Ainda por meio da análise de passagens da *Divinae Institutiones*, Barnes sugere que Lactâncio termina a referida obra na África, na época da usurpação de Domício Alexandre (308-311). Com base em tais suposições, Lactâncio encontra-se na África entre 305 e 311. Além disso, Barnes, baseado na análise da *De mortibus persecutorum*, sugere que, entre 311 e 313, Lactâncio encontra-se no Oriente, provavelmente na província da Bitúnia. No entanto, Davies (1989:76) estabelece os anos 313-314 para o retorno de Lactâncio à Bitúnia – ao Oriente –, suposição que parece mais plausível, pois o capítulo 44 de *De mortibus persecutorum* relata a batalha da Ponte Mílvia entre Constantino e Maxêncio, ocorrida em 312, de maneira bastante detalhada. Assim, no ano 312, Lactâncio ainda estaria no Ocidente. Já nos anos 313 e 314, é possível que tenha estado no Oriente, uma vez que relata de maneira detalhada os acontecimentos envolvendo Licínio, ao final de *De mortibus Persecutorum*.

Davies (1989:81) supõe que Lactâncio assume o cargo de tutor de Crispo após ter escrito *De mortibus persecutorum*, entre 313 e 315. Em outras palavras, a obra teria agradado Constantino, uma vez que, em *De mortibus persecutorum*, Lactâncio celebra o imperador como representante do Deus cristão sobre a terra, responsável pela consolidação da religião divina no Império Romano. Jerônimo, em *De viris illustribus*, observa que Lactâncio já se encontra em idade avançada na época em que se torna tutor de Crispo, nas Gálias. De fato, considerando que tenha nascido no começo da década de 240, Lactâncio deveria estar perto de seus oitenta anos. Dessa forma, consideramos a

datação de Davies plausível. Sabe-se que Lactâncio morreu no início da década de 320. O ano exato de sua morte não é conhecido. Por fim, entre a metade da década de 310 e o início da de 320, os dados são insuficientes para o estabelecimento da localização de Lactâncio no Império.

No que diz respeito à atuação literária, a primeira obra de Lactâncio denomina-se *De opificio Dei*, que conta com vinte capítulos, sendo o primeiro capítulo uma dedicatória a Demétrio, o qual parece ter sido aluno de Lactâncio ou uma pessoa muito próxima a ele. Na seqüência, do segundo ao quarto capítulos, fazem-se presentes citações de filósofos e poetas greco-romanos. Do quinto ao décimo quinto capítulos, há a descrição detalhada e a apresentação das funções de muitos órgãos externos e internos do corpo humano. Do décimo quinto ao décimo nono capítulos, fazem-se presentes novas citações de filósofos e poetas greco-romanos. O vigésimo capítulo traz uma nova dedicatória a Demétrio. Por fim, no que tange à datação de *De opificio Dei*, como não há quaisquer evidências de perseguições religiosas, acreditamos que a obra tenha sido escrita e terminada num momento de paz, antes de 303, ano de eclosão da Grande Perseguição de Diocleciano. Após essas breves considerações sobre a obra *De opificio Dei*, agora analisaremos a obra *Divinae Institutiones*.

A obra *Divinae Institutiones* abrange um total de sete livros, sendo que o primeiro deles, *De falsa religione*, possui vinte e três capítulos. *De falsa religione* destaca a presença da Providência nas questões humanas, o fato de que o Deus único quem governa o universo já tinha sido prenunciado pelos profetas, os testemunhos de Apolo e dos deuses, a vida e morte de Hércules, a vida e ações de Esculápio, Apolo, Netuno, Marte, Mercúrio e Baco, os nomes e as mortes de Júpiter, Saturno e Urano, os deuses peculiares aos romanos e algumas divindades peculiares aos bárbaros. O segundo livro, *De origine erroris*, em vinte capítulos, destaca a razão que torna os

homens desconhecedores do verdadeiro Deus, a causa primeira da fabricação de imagens, as imagens e os ornamentos dos templos, a adoração de somente um Deus e não de seus elementos como os corpos terrestres, a utilização da razão na religião e que os animais não foram produzidos espontaneamente, mas que fizeram e fazem parte do arranjo divino. O terceiro livro, *De falsa sapientia*, conta com trinta capítulos e destaca o paralelo entre a verdade e a eloquência, a filosofia natural, a filosofia moral, o bom dirigente, os equívocos de Lucrecio e Cícero, o equívoco de Sêneca na filosofia, Sócrates e seus conhecimentos em filosofia e o sistema de Platão e a derrubada dos Estados. O quarto livro, *De vera sapientia et religione*, também possui trinta capítulos, nos quais se destacam o motivo da encarnação de Jesus, o nascimento de Jesus da Virgem, sua vida, sofrimento, morte, milagres e ressurreição, Jesus como árbitro entre Deus e os homens e a união de Jesus com o Pai. O quinto livro, *De iustitia*, é composto de vinte e quatro capítulos e destaca a verdade cristã atacada por homens impetuosos, as infrações dos perversos e a tortura infligida aos cristãos, a crueldade dos pagãos contra os cristãos, a resistência dos cristãos, a justiça e a paciência dos cristãos, além da vingança divina aplicada aos torturadores dos cristãos. No sexto livro, *De vero cultu*, em vinte e cinco capítulos, destacam-se a adoração do verdadeiro Deus e dos falsos deuses, a opressão aos cristãos, a concepção dos estóicos sobre as afeições, os prazeres dos brutos e dos homens, os prazeres dos olhos, os prazeres dos ouvidos, o paladar e o cheiro. O sétimo e último livro, *De vita beata*, apresenta vinte e sete capítulos. Neles, destacam-se a condenação dos estóicos e epicuristas, o arranjo do mundo e do bom dirigente, as razões pelas quais o mundo e os homens foram criados e a regeneração do mundo.

Em relação à datação de *Divinae Institutiones*, no início do primeiro livro, Lactâncio aponta que Constantino teve um excelente começo político, ao fazer presente

a restauração da justiça que tinha sido sobrepujada por outros imperadores, e manifesta que a maldade ainda reina em outras regiões do mundo romano. Com base no início do primeiro livro, a obra provavelmente foi escrita do ano 303, quando eclode a Grande Perseguição de Diocleciano, até o ano 311 – quando Constantino ainda não é soberano absoluto no Ocidente e se fazem presentes soberanos perseguidores dos cristãos em outras regiões do mundo romano.

As obras seguintes compostas por Lactâncio são *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, que constituem a base documental a ser utilizada nesta pesquisa. *De ira Dei* possui 23 capítulos. No que diz respeito ao momento em que é escrita, Barnes (1981:292), baseado em Stevenson, propõe que isso acontece após junho de 313. De acordo com Barnes, o capítulo 16 possibilita tal datação, embora o autor não ofereça maiores explicações. Analisando o capítulo 16, temos que Deus põe em prática sua ira contra os perversos que mancham todas as coisas por intermédio de sua luxúria, molestam, fraudam, saqueiam, não poupando de suas maldades nem mesmo pais ou parentes. Parece que Lactâncio trata aqui dos imperadores pagãos. Ao final do capítulo 16, ele informa que o momento em que escreve é um momento em que a perversidade recebe a sua punição, o bom espera por ajuda, os aflitos buscam por auxílio, há espaço para as virtudes e os crimes são mais raros. Consideramos que essa descrição corresponde a um possível triunfo do cristianismo sobre o paganismo, o que acontece nos anos 312 e 313, quando Constantino e Licínio vencem seus adversários políticos e militares, Maxêncio e Maximino Daia, respectivamente. Lactâncio, no entanto, não cita quaisquer nomes de imperadores pagãos ou faz qualquer referência ao ano em que compõe a obra. Dessa maneira, encaramos como insuficiente apenas a análise do referido capítulo para o estabelecimento de uma data segura de confecção da *De ira Dei*.

No que diz respeito a *De mortibus persecutorum*, a obra contém 52 capítulos. De acordo com Stevenson (1955:676), *De mortibus persecutorum* é concluída antes do início das hostilidades de Licínio contra os cristãos, em 315, pois não há qualquer referência de atos de Licínio desfavoráveis aos cristãos. Com base no capítulo inicial da obra, Lactâncio parece escrever num momento em que a perseguição aos cristãos é recém-concluída. O último perseguidor dos cristãos é Maximino Daia, derrotado por Licínio em 313. Nossa suposição é que *De mortibus persecutorum* tenha sido composta quase ao mesmo tempo que *De ira Dei*, pois uma não pode ser compreendida sem a outra. Há uma forte impressão de que ambas se complementam. Sendo assim, *De mortibus persecutorum* e *De ira Dei* são escritas, muito provavelmente, entre 313 e 315.

Após as considerações em torno da vida e obra de Lactâncio, trabalharemos a seguir o debate acerca de *De mortibus persecutorum* e de *De ira Dei*, principais fontes para a nossa pesquisa.

1.3 – Natureza da documentação

A maioria dos estudos referentes às obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum* é encontrada em revistas especializadas, sob formato de artigos, não havendo provavelmente nenhum trabalho que analise ambas integralmente. De qualquer maneira, na realização desta dissertação, deparamo-nos com a constatação de que a historiografia, mesmo a mais recente, não faz um estudo conjunto das obras. De fato, de todos os artigos lidos, nenhum trabalha com a associação que propomos. Sempre há a priorização de uma obra ou de outra, predominando análises de trechos e palavras. Nós propomos que *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum* complementam-se. Enquanto na primeira constroem-se as idéias acerca e justifica-se a aplicação da Providência, do

juízo e da ira de Deus, na segunda, emprega-se a Providência, o juízo e a ira de Deus no desenvolvimento histórico do Império Romano. Além disso, argumentamos que as duas obras são compostas praticamente no mesmo contexto, ou seja, no de afirmação de uma nova ordem imperial, após a vitória de Constantino sobre Maxêncio, em 312.

É restrita a diferença no número de autores que discutem as duas obras, havendo uma quantidade ligeiramente maior de artigos relacionados à *De mortibus persecutorum*. De fato, os especialistas concedem um pouco mais de atenção a essa última, devido ao relato dos eventos dos governos de Diocleciano e Constantino. Em contrapartida, existe uma quantidade ligeiramente menor de artigos referentes a *De ira Dei*, em razão de essa obra ser encarada como um tratado filosófico. Trataremos agora da opinião de diversos autores em relação às obras, começando por *De ira Dei*.

Pizzani (1977:147-8-9) informa que, ao se analisar mais atentamente o capítulo quatorze, evidencia-se que Lactâncio absorveu idéias provenientes de fontes pagãs e cristãs. Em primeiro lugar, quando argumenta que Deus criou o mundo por causa do homem e que criou o homem para que domine todas as outras criaturas, tais idéias apresentam semelhanças com trechos das obras *De legibus, Tusculanae* e *De natura deorum*, compostas por Cícero, além de similaridades com o livro do Gênesis, do Antigo Testamento. Em segundo lugar, quando afirma que se deve honrar a Deus como Pai e amar os homens como irmãos e que a justiça é honrar a Deus como Pai e amar os homens como irmãos, fazem-se presentes semelhanças com os escritos do evangelista Mateus.

Quanto ao referido capítulo 14, este trata da criação do homem, sendo nove as principais bases: a) Deus criou o mundo por causa do homem; b) Deus configurou o homem por conta própria; c) Deus concedeu ao homem inteligência e razão; d) Deus

criou o homem para que domine todas as outras criaturas; e) Deus encontra-se unido aos homens na participação da justiça; f) o homem foi feito por causa da religião e da justiça; g) todos os homens são fruto da justiça; h) deve-se honrar a Deus como Pai e amar os homens como irmãos; i) a justiça é honrar a Deus como Pai e amar os homens como irmãos. Acerca do primeiro ponto, consideramos plausível a explicação de que Lactâncio toma emprestado de Cícero e do Gênese – no caso, do Antigo Testamento – as noções de que Deus criou o mundo por causa do homem e que criou o homem para que domine todas as outras criaturas. No que concerne ao segundo ponto, também consideramos plausível a explicação de que Lactâncio toma emprestado de Mateus as noções de que se deve honrar a Deus como Pai e amar os homens como irmãos, além de que esta é a verdadeira justiça. As comparações entre alguns extratos do capítulo quatorze e trechos das obras de Cícero e da Bíblia, feita por Pizzani, em seu artigo, permitem-nos crer na absorção de outras idéias e de outros autores por Lactâncio.

Casey (1980:210) argumenta que Lactâncio faz referência à concepção epicurista de Deus. Sendo assim, o deus epicurista, por ser perfeito e encontrar-se num nível superior ao dos seres humanos, não manifesta bondade, ira ou quaisquer outros sentimentos, além de que não se importa com os assuntos humanos. Se o deus epicurista não se importa com os assuntos humanos, não há Providência, em outras palavras, atuação no mundo. Em segundo lugar, alguns autores argumentam que Lactâncio foi epicurista antes de sua possível conversão ao cristianismo. Para Casey, essa suposição afigura-se incerta. No que diz respeito à concepção epicurista de Deus, realmente, em diversos capítulos da obra, como os capítulos 1, 4 e 8, Lactâncio não concorda com a idéia de Deus para os epicuristas. Para o retórico cristão, Deus manifesta bondade e ira, dependendo das ações dos indivíduos, não encontrando satisfação em estar em repouso, em não ouvir as orações ou em fechar os olhos para seus devotos. Além disso, nada é

mais importante que a Providência. Em outras palavras, o estar em movimento constante, prestar atenção e observar tudo aquilo que é obra Sua. Deus é dinâmico e interfere nas questões humanas sempre que acha que a desordem pode se fazer presente em sua criação. Em relação ao fato de Lactâncio ter sido epicurista antes de sua possível conversão ao cristianismo, é provável que isso não seja correto, uma vez que sua formação em retórica possivelmente tenha compreendido o contato com a filosofia grega e suas diversas correntes, razão pela qual faz uso das citações de Epicuro a fim de reforçar sua idéia acerca de um Deus que é Providência, atuação no mundo.

Perrin (1983:142-3) destaca que Lactâncio, no capítulo 10, declara que, para a maioria dos filósofos gregos, excetuando Epicuro e seus discípulos, a Providência governa a totalidade dos seres existentes, assegurando a harmonia do cosmos. Para Lactâncio, tudo o que existe no universo envolve, de uma maneira ou de outra, a atuação da Providência. De acordo ele, os sábios da Grécia (Aristóteles, Pitágoras, Platão, Sócrates) compartilhavam da mesma opinião em relação à Providência, o que fortalece sua proposição. Tais características conferem um cunho apologético à obra *De ira Dei*. Realmente, nos capítulos 10 e 11, Lactâncio informa que a Providência administra o conjunto dos seres existentes. A Providência assegura a ordem e a harmonia do cosmos. Igualmente, concordamos com a definição da obra como sendo uma apologia, por ser um discurso de glorificação a Deus, em especial, a sua Providência.

Ffoulkes (1994:640) caracteriza *De ira Dei* como um tratado contra os estóicos e os epicuristas, sendo sua função comprovar que Deus é capaz de ira, compaixão e piedade. Em relação à caracterização de *De ira Dei*, optamos por defini-la como um debate filosófico/teológico entre Lactâncio, Protágoras de Samos, Zenão de Cicio – fundador do estoicismo – e Epicuro de Samos – fundador do epicurismo. Por sua vez,

acerca da função de comprovar que Deus é capaz de ira, compaixão e piedade, assinalamos que Lactâncio pretende muito mais. Em sua altercação com Protágoras de Samos, discorda da noção de que Deus e Sua Providência não podem ser conhecidos. De acordo com Lactâncio, Deus e Sua Providência podem ser conhecidos, seja pela análise de Suas obras – como exemplo, os planetas e os animais – seja pelo entendimento da ordem e da harmonia com que o mundo e o universo são governados. Seu debate com Zenão de Cício gira em torno da concordância da Providência como ação responsável pela estruturação e manutenção da ordem do universo. Somado a isso, faz-se presente a discordância de que Deus expressa ira, mas não bondade. Segundo o retórico cristão, Deus expressa ambas. Finalmente, seu debate com Epicuro de Samos gira em torno da discordância de que Deus encontra-se afastado das questões humanas, não expressando bondade ou ira em virtude de Sua Suprema Perfeição. De acordo com Lactâncio, Deus é ira para os maus e bondade para os bons, e, como administrador de Sua criação, age a todo o momento no mundo.

Por fim, Loi (2002:805) argumenta que, em *De ira Dei*, faz-se presente a concepção de que Deus expressa benevolência para com os justos e exprime cólera no que tange aos pecadores. No entanto, Deus não exprime cólera em relação a todos os pecadores, mas somente àqueles que repetem seus erros e infligem castigos aos cristãos. Somado a isso, antes de expor tal idéia, Lactâncio entra em debate com os estóicos – os quais defendem uma Providência benévola – e com os epicuristas – os quais argumentam a indiferença de Deus e dos deuses em relação aos assuntos humanos. De fato, *De ira Dei* informa que os bons são presenteados por Deus enquanto os maus contam com punição. Os maus, os quais são punidos, são os pecadores que sempre cometem os mesmos erros. No que diz respeito aos estóicos, Lactâncio concorda com a concepção de uma Providência benévola, que atua em favor das boas pessoas. Em

contrapartida, em relação aos epicuristas, não concorda com a concepção segundo a qual Deus não se importa com os assuntos humanos. A partir desse momento, acompanharemos o que os autores nos informam sobre a obra *De mortibus persecutorum*.

Labriolle (1924:288-289) considera a já mencionada obra uma narrativa a respeito da legitimidade da cólera divina, a qual contém a queda dos adversários dos cristãos. Segundo o autor, do capítulo 1 ao capítulo 6, são descritos os primeiros perseguidores dos cristãos, imperadores que são vítimas de mortes cruéis e prematuras. Por sua vez, do capítulo 7 até o capítulo 52, fazem-se presentes os acontecimentos da época de Diocleciano, além de outros imperadores perseguidores que também são punidos por Deus. Sobre *De mortibus persecutorum* ser uma narrativa a respeito da legitimidade da cólera divina, consideramos que é mais que uma narrativa, é o local de aplicação da Providência (sabedoria na condução do universo e na atuação no universo), do julgamento e da ira de Deus em favor dos cristãos. No que tange às personagens contidas nos seis primeiros capítulos e nos quarenta e cinco restantes, Labriolle está correto. Até o sexto capítulo, os imperadores pagãos vítimas da ira divina são aqueles do século I ao século III. Do sétimo capítulo até o final da obra, a ênfase de Lactâncio realmente é o governo do soberano Diocleciano. Finalmente, os imperadores pagãos vítimas da ira divina são aqueles do século IV.

Burckhardt (1945:277) propõe que o capítulo 10 de *De mortibus persecutorum* começa com uma falsidade conhecida. Um ritual haruspicino executado na presença de Diocleciano é prejudicado por cortesãos cristãos que fazem o sinal da cruz e afugentam os espíritos pagãos. Irritado, Diocleciano ordena que todos os cortesãos sacrifiquem aos deuses, estendendo tal determinação aos efetivos militares. Burckhardt considera esse relato uma fraude, uma das mentiras narradas por Lactâncio. Outra mentira à qual

Burckhardt (1945:278) faz referência diz respeito à influência de Galério sobre Diocleciano, sugerindo que os encontros entre Diocleciano e Galério, nos anos 302 e 303, na cidade de Nicomédia, registrados por Lactâncio, são falsos. Por fim, Lactâncio é denominado por Burckhardt de “amante das ficções dramáticas”.

Em relação ao ritual de haruspício executado na presença de Diocleciano, é provável que o acontecimento seja verdadeiro. Ao contrário do que afirma Burckhardt, em primeiro lugar, os rituais pagãos de sacrifício e de exame das vísceras eram comuns na corte. Em segundo lugar, é mais que provável que os cristãos considerassem os rituais pagãos de sacrifício e exame das vísceras como impuros e, dessa maneira, tenham se mantido inquietos durante a realização do ritual de exame das vísceras. Isso pode ter, de alguma maneira, incomodado os sacerdotes e Diocleciano. Em consequência, medidas punitivas podem ter sido tomadas contra os cristãos. Outra questão é que o rótulo de “mentiroso” atribuído por Burckhardt a Lactâncio é altamente tendencioso e discutível.

No que tange à relação entre Galério e Diocleciano, é possível que Galério tenha influenciado Diocleciano no episódio da Grande Perseguição. A Grande Perseguição (303-311) é mais severa nas regiões orientais dominadas por Diocleciano, Galério e Maximino Daia (Silva, 2006:252). Sendo assim, um dos dois imperadores (Galério ou Diocleciano) pode ter exercido maior influência sobre o outro. Acredita-se que Lactâncio esteja em Nicomédia nos anos 302 e 303. Tanto é assim que, no capítulo 13, ele nos informa detalhadamente diversos acontecimentos relacionados à perseguição, tais como os editos de Diocleciano e as torturas infligidas aos cristãos. Desse modo, a expressão “amante das ficções dramáticas”, atribuído por Burckhardt a Lactâncio, simplesmente retira qualquer credibilidade do testemunho histórico do autor.

Barnes (1973:32) propõe que a maior parte de *De mortibus persecutorum* foi escrita entre o final de 314 e o início de 315, argumentando também que Lactâncio compõe a referida obra como se a perseguição aos cristãos tivesse acabado há pouco tempo. Lactâncio registra a morte de Diocleciano e não faz quaisquer referências aos desentendimentos entre Constantino e Licínio. Assim, Lactâncio finaliza a obra no outono de 314, ou, mais tardiamente, no inverno de 315. No que concerne ao momento em que *De mortibus persecutorum* é escrita, entre o final de 314 e o início de 315, Lactâncio narra as mortes de Diocleciano e Maximino Daia (313), não fazendo referência ao primeiro conflito entre Licínio e Constantino (315-316). As mortes de Diocleciano e Licínio encontram-se registradas nos capítulos 42 e 59, respectivamente. Em compensação, até o último capítulo, o de número 52, nada é dito em relação a um possível conflito entre Licínio e Constantino. Por tais motivos, consideramos que a obra é escrita entre os anos de 313 e 315.

Momigliano (1983:145-6), por sua vez, define *De mortibus persecutorum* como um “horível panfleto”, pois exprime a ira de um homem que fala no lugar de Deus. Ao contrário de Momigliano, não consideramos a referida obra como um “horível panfleto”. Essa expressão diminui a importância da obra e de seu autor, razão pela qual consideramos mais adequado qualificá-la como uma “apologia”. Além disso, Lactâncio tem por objetivo expressar sua opinião a respeito dos acontecimentos de sua época, o que torna *De mortibus persecutorum*, em certo sentido, uma crônica das perseguições vivenciadas pelos cristãos e acerca da ascensão de Constantino.

Adams (1988:522) destaca que Lactâncio é bastante erudito, a ponto de ser conhecedor do jargão médico da Antigüidade, já que faz uso de diversos termos clínicos em *De mortibus persecutorum*. A moléstia de Galério, por exemplo, é explicada de maneira bem detalhada. No capítulo 33, a partir da linha 7, há um princípio encontrado

em escritos médicos que indica que o tratamento, em seu início, de uma moléstia externa, pode fazê-la voltar-se para dentro e adquirir efeitos mais graves. Ainda para Adams, Lactâncio era familiarizado com os tratados médicos de Celso¹⁰, sendo que as semelhanças entre Lactâncio e Celso vão além do uso do jargão médico. Essas semelhanças compreendem um grupo de sentenças e idéias, de maneira que Lactâncio certamente teve contato com as descrições médicas relacionadas às feridas pustulentas¹¹. Após os argumentos de Adams, apontamos que a formação intelectual de Lactâncio ultrapassa o conhecimento das escolas filosóficas greco-romanas, dos livros que compõem a Bíblia e dos apologistas pagãos e cristãos. A formação intelectual de Lactâncio compreende um saber médico muito anterior ao seu tempo. Com a finalidade de obter bases mais sólidas para seu discurso, ele consulta autores das mais diferentes áreas do conhecimento.

Zecchini (1988:13-15) afirma que, em *De mortibus persecutorum*, se nota a influência do Antigo Testamento sobre Lactâncio. A morte do imperador Galério, o qual é devorado por vermes em razão de uma moléstia desconhecida, possivelmente foi escrita com base na morte de Antíoco Epifânio, por sua vez, relatada no segundo livro dos Macabeus. Além disso, o autor italiano aponta um gênero literário encontrado em *De mortibus persecutorum*, o *exitus uirorum inlustrum*, que celebrava a morte dos justos em um fundo de pessimismo histórico. No que tange às semelhanças entre a morte do rei sírio Antíoco IV Epifânio e do imperador Galério, ambos devorados por

¹⁰ *Aulus Cornelius Celsus* nasce em algum lugar do norte da Espanha ou na Galia Narbonensis, regiões em que seus parentes – os *Cornelii* – habitavam. Apesar de possivelmente não ter sido formado em medicina numa escola, por meio da análise de seus livros, tem-se a impressão de que Celso detinha bastante experiência prática. Sua obra mais célebre é *De Medicina libri VIII*, oito livros sobre medicina (Souza, 2005:84-85). Disponível em: <http://www.dlc.ua.pt/classicos/De%20medicina.pdf>. Acesso em 19 de julho de 2006.

¹¹ Lactâncio e Celso convergem em vários pontos: a) a úlcera brota para fora; b) a úlcera como uma enfermidade que toma conta da região genital do corpo; c) o sangue flui do machucado; d) a intervenção cirúrgica e cauterização são realizadas; e) a cicatriz irrompe; f) um cheiro peculiar exala da ferida aberta. Outras expressões manifestam o contato de Lactâncio com as obras e o vocabulário de Celso, no quarto parágrafo do mesmo capítulo: a) a utilização do mesmo verbo em latim na referência ao câncer e b) a expressão *periculum mortis* é citada (Adams, 1988:524, 525,526).

vermes, achamos segura a hipótese de que Lactâncio tenha sido influenciado pela leitura do Antigo Testamento. Como bom cristão que era, conhecia a referida obra profundamente. Sobre o gênero literário conhecido por *exitus uirorum inlustrum*, Lactâncio narra e enaltece o perecimento dos justos (dos cristãos) diante de seus perseguidores, num fundo de pessimismo histórico. Este só termina quando da ascensão do soberano Constantino ao poder, no ano 312. Sendo assim, é muito provável que Lactâncio tenha tido contato com o referido gênero literário.

Perrin (1991:89-93) destaca dois pontos acerca da *De mortibus persecutorum*: a) a diferença entre as imagens de Diocleciano e Constantino e b) a influência dos dois livros dos Macabeus, do Antigo Testamento, sobre Lactâncio, na produção da referida obra. De acordo com o autor francês, em relação ao primeiro ponto, Diocleciano é caracterizado como um espírito fecundo em invenções e maquinações celeradas, obstinado em tudo destruir, além de ser aquele que levanta as mãos contra Deus. Já Constantino é descrito como o protegido por Deus, sendo corajoso e avisado por Deus antes da batalha decisiva da ponte Mílvia. As duas imagens, distintas, expressam, por um lado, a figura do imperador desmerecedor do poder, o pagão, no caso, Diocleciano, e, por outro lado, a figura do imperador ideal, o cristão, Constantino. O segundo ponto é que *De mortibus persecutorum* foi composta com base nos dois livros dos Macabeus. O primeiro livro relata os eventos ocorridos entre 175 – ascensão de Antíoco Epífanes ao poder – e 134 a.C. – morte de Simão e começo do governo de João Hircano. O segundo livro relata os eventos vivenciados pelos israelenses na Judéia, entre os anos 175 – o final do reinado de Seleuco IV – e 161 a.C – a derrota de Nicanor, anteriormente à morte de Judas Macabeu. Nos dois livros, Iavé atua em benefício de Seu povo, infligindo punições e derrotas aos inimigos.

A respeito das imagens dos imperadores Diocleciano e Constantino, concordamos com Perrin, mas nos situamos além. De fato, Constantino é protegido por Deus, é tido como corajoso, além de avisado por Deus antes da batalha da ponte Mílvia. Mais que avisado, aliás: Deus intervém em favor de Constantino durante a batalha, de maneira que Maxêncio morre afogado. Constantino é o protótipo do imperador ideal, caracterizado apenas positivamente. Já Diocleciano é um espírito fecundo em invenções e maquinações celeradas, obstinado em tudo destruir, e também aquele que levanta as mãos contra Deus. Diocleciano é um dos soberanos desmerecedores do poder, sendo caracterizado apenas negativamente. No entanto, gostaríamos de pontuar que há imperadores pagãos ainda mais malévolos que Diocleciano, definidos de maneiras ainda piores, o que abordaremos no terceiro capítulo da dissertação. No que concerne à suposição dos livros dos Macabeus ter influenciado a composição de *De mortibus persecutorum*, consideramos a suposição válida. Tendo em vista que o Antigo Testamento é conhecido por Lactâncio, cremos que *De mortibus persecutorum* também pode ter sido escrita com base na trajetória dos israelenses na Palestina, no século II a.C., como relatam o primeiro e o segundo livros dos Macabeus.

Ffoulkes (1994:639-640) argumenta que Lactâncio escreveu *De mortibus persecutorum* antes do rompimento das hostilidades entre Constantino e Licínio, tendo sido a obra publicada quando do deslocamento do autor da cidade de Nicomédia para a Gália. Além disso, ele define a obra como uma coleção de fatos históricos cuja tendência é mostrar que todos os imperadores que perseguiram os cristãos morreram de maneira humilhante. Sobre os argumentos de que tenha sido composta antes do rompimento das hostilidades entre Constantino e Licínio e que tenha sido publicada quando do deslocamento de Lactâncio para a Gália, por volta da segunda metade da década de 310, consideramos ambas plausíveis. Em primeiro lugar, a obra não traz o

conflito entre Constantino e Licínio, o qual teria eclodido por volta dos anos 315 e 316. Sendo assim, ela foi terminada antes. Em segundo lugar, sabe-se que Lactâncio dirige-se para a Gália na década de 310, convidado por Constantino para ser tutor de Crispo, o que possibilita a publicação de *De mortibus persecutorum* nesse período. No que diz respeito à referida obra como uma coleção de fatos históricos, cuja tendência é mostrar que todos os imperadores perseguidores de cristãos morreram de maneira humilhante, posicionamo-nos além. O objetivo de Lactâncio não é apenas mostrar que os imperadores pagãos perseguidores são vítimas do julgamento e da ira divinos, mas também que Deus intervém no mundo político do Império Romano em favor dos cristãos, implantando uma nova ordem política e religiosa no começo do século IV.

Finalmente, Loi (2002:806) assinala que *De mortibus persecutorum* é um testemunho, para as futuras gerações, da justiça vingadora de Deus, a qual aniquila todos os príncipes perseguidores dos cristãos. Acerca de tal ponto, a obra é mais que um testemunho, expressando o triunfo definitivo do cristianismo – a única e verdadeira religião – perante o paganismo.

Após a apresentação da natureza da documentação, da opinião de diversos autores em relação às obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, no capítulo segundo, trabalharemos as vidas, os principais fundamentos das doutrinas filosóficas, as concepções sobre Deus e a Providência de Protágoras de Samos, Zenão de Cício e Epicuro de Samos. Na seqüência, trataremos da Providência, do julgamento e da ira de Deus, em Lactâncio.

Capítulo II

A IDÉIA DE PROVIDÊNCIA EM LACTÂNCIO

2.1 – Os precursores gregos: Protágoras, Epicuro de Samos e Zenão de Cício

Em razão da predominância do pensamento de Epicuro de Samos e de Zenão de Cício, instituidores do epicurismo e do estoicismo, respectivamente, além da presença de Protágoras, filósofo sofista, em *De ira Dei*, de Lactâncio, trataremos das vidas dessas personagens, dos principais fundamentos de suas doutrinas filosóficas, de suas concepções a respeito de Deus e da Providência. A principal fonte de informações sobre Epicuro de Samos e Zenão de Cício é a obra *Vidas, opiniões e sentenças dos filósofos mais ilustres*, um conjunto de dez livros escrito pelo compilador grego Diógenes Laércio¹². No que concerne a Protágoras, encontramos alguns dados em Platão e Diógenes Laércio.

Protágoras nasceu no ano 490 a.C., possivelmente na cidade de Abdera. Seu pai pode ter sido Artemão ou Meandro (*Vidas, opiniones y sentencias de los filósofos más ilustres, IX, I*). Filóstrato, compilador grego dos séculos II e III d.C., informa que o pai de Protágoras chamava-se Meandro e que era um homem muito rico da região da Trácia (*Vida de los sofistas, I, X*). Sobre sua mãe, nada foi registrado. Em relação à infância e à educação recebida por Protágoras, os dados são mínimos e incertos. De sua vida adulta, os indícios informam que foi professor, tendo organizado disputas oratórias e lecionado a respeito da arte do discurso (*Vidas, IX, II*). Já quanto a um dos locais em que teria estado muitas vezes, Bellido (1996:78) aponta a cidade de Atenas em razão de ser o

¹² Segundo Smith (1870:1022), Diógenes Laércio provavelmente era originário da Cilícia, pelo fato de haver uma cidade de nome Laércio em tal região. Entretanto, dados relacionados a sua vida, seus estudos ou sua idade não sobreviveram ao tempo. No que tange à época em que pode ter vivido, uma vez que Diógenes Laércio cita autores como Plutarco, Sexto Empírico e Saturnino, essa pode ter sido o século II d.C.

principal ou um dos principais pontos de encontro entre os filósofos no século V a.C. De sua velhice, aquilo que temos é que vem a ser acusado de impiedade por Pitodoro¹³ no começo da década de 410. Protágoras escapa da perseguição de seu rival, possivelmente falecendo na viagem marítima decretada após seu banimento de Atenas.

Naquilo que toca às principais bases de sua doutrina filosófica, pouco do que foi escrito por Protágoras resistiu ao tempo, além de que a maior parte de seus ensinamentos esteve ligada ao aperfeiçoamento do discurso oral. Como argumenta Woodruff (2003:290), muito do que se acredita ser dos sofistas, especificamente de Protágoras, resulta de Platão. O problema é que são fábulas compostas cinquenta anos ou mais após a morte de Protágoras. De qualquer maneira, não cabe nesta dissertação a análise de tais fábulas. Dos escritos de Protágoras, Broadie (1999:80) informa que apenas duas sentenças, ambas prefácios de livros, são conhecidas. Uma pertence ao livro *Verdade ou Refutações*. A outra pertence ao livro *Sobre os deuses*. É deste que provém a sentença segundo a qual não é possível saber acerca da forma que os deuses possuem e se os deuses existem ou não. Por sua vez, é da *Verdade ou Refutações* que provém a máxima de que o ser humano é a medida de todas as coisas.

No que concerne ao conceito de um deus e sua Providência, parece que Protágoras acreditava ser impossível saber da existência de um deus – enquanto fonte de onde todos os deuses se originam – e de sua Providência. Em relação aos deuses, Protágoras afirmava ser impossível saber se existiam ou não, em razão de dois fatores: a) da obscuridade do assunto e b) da brevidade da existência do homem. Por nutrir semelhante opinião, foi banido da cidade de Atenas, sendo seus livros recolhidos e queimados em praça pública (*Vidas, IX, I*). Dessa maneira, se é impossível saber se os deuses existem ou não, supõe-se que é igualmente impossível ter conhecimento de Deus

¹³ Um dos indivíduos que participaram do golpe de estado, na cidade de Atenas, na década de 410.

e de sua Providência. É nesse ponto que Lactâncio discorda de Protágoras, como pode ser observado em *De ira Dei* (IX, I-II). Lactâncio argumenta que é possível o conhecimento de Deus por meio da análise de Suas obras – os planetas, os animais, dentre outras – e o conhecimento de Sua Providência por intermédio da compreensão da ordem e da harmonia com que o mundo e o universo são regidos. Em seguida, apresentaremos as informações a respeito de Epicuro de Samos.

A principal fonte de informações sobre Epicuro também é o compilador grego Diógenes Laércio. Como nos informa Brun (1961:07), de tudo o que Epicuro escreveu, muito pouco sobreviveu, de maneira que Diógenes Laércio traz alguns dados referentes à vida de Epicuro, além de três cartas endereçadas a Heródoto, Pitócles e Menaceu.

Epicuro nasceu na ilha de Samos,¹⁴ provavelmente no início da década de 340 a.C., como informa Diógenes Laércio, baseado na obra *Crônicas*, de Apolodoro, sete anos depois do falecimento de Platão, no décimo sexto ano do governo de Alexandre da Macedônia – e morreu na década de 270. Diógenes Laércio, em seu décimo livro, mencionando o escrito *Da nobreza*, de Metrodoro, assinala que Epicuro era filho de Néocles e Cherestrata, sendo natural da cidade de Gargeto. Gassendi (2001:129), baseado em Estrabão, indica que o pai de Epicuro é um dos dois mil cidadãos que os atenienses enviam para Samos como colonos, após o triunfo dos atenienses diante da rebelião posta em prática pelos habitantes da referida ilha. Hicks (1937:325) afirma que o pai de Epicuro vem a ser mestre de escola e trabalhador rural, enquanto sua mãe vem a ser uma espécie de sacerdotisa, realizadora de ritos religiosos de purificação. Epicuro possivelmente viveu até os dezoito anos na ilha de Samos, quando, pela primeira vez, se deslocou para a cidade de Atenas, na época em que Xenócrates leciona na Academia e

¹⁴ A ilha de Samos, território ateniense, é tomada pelo general espartano Lisandro, no ano 404, sendo retomada pelo general ateniense Timóteo, no ano 363. A partir de então, os atenienses enviam colonos para a ilha de Samos, em três períodos: num primeiro período, no ano 365; num segundo período, no ano 362; num terceiro e último período, nos anos 352/351. Num desses três períodos é que o pai de Epicuro instala-se em Samos (Fustegièrre, 1968:25).

Aristóteles leciona em Calcídia (*Vidas, X, I*). No que tange aos possíveis irmãos, Gassendi (2001:129), fazendo referência a Suídas, assinala que Epicuro tinha dois irmãos: Néocles e Caridemo respectivamente. Ainda segundo Gassendi, Diógenes Laércio acrescenta mais um irmão. De fato, Diógenes Laércio, citando o livro *Catálogo de filósofos*, de Filodemo, indica que Epicuro tinha três irmãos: Néocles, Caridemo e Aristóbulo (*Vidas, X, II*).

Epicuro inicia sua formação filosófica aos doze anos, tornando-se dirigente de uma escola própria aos trinta e dois. Ele pode ter sido introduzido na filosofia por um platônico de Samos, tendo possivelmente seguido o ensinamento de Xenócrates em Atenas, na época de prestação do serviço militar, na década de 320. Após a prestação do serviço militar, Epicuro volta para Samos. Ainda na década de 320, o macedônio Pérdicas decreta que os colonos atenienses retirem-se da ilha de Samos e que os antigos colonos de Samos retomem suas terras, momento em que Epicuro e sua família deslocam-se para Colofão, localidade ao norte da ilha de Chipre. Naquele momento, Epicuro estuda em Teos, com um filósofo de certa envergadura, Nausífanés, com quem descobre o atomismo (Lacks, 2001:504-505). Na seqüência, dirige-se para as cidades de Mitilene e Lampsaco. Entre ambas permanece por um período total de cinco anos. Somente então é que se encaminha para Atenas. Segundo Dumont (2004:516), num primeiro momento, provavelmente no ano 310, Epicuro institui seus fundamentos intelectuais na cidade de Mitilene. Logo após, o filósofo move-se para a cidade de Lampsaco, possivelmente nos anos 307 ou 306. Num terceiro momento, Diógenes Laércio, citando Apolodoro, informa que Epicuro compra um jardim na cidade de Atenas (*Vidas, X, VII*). De acordo com Joyau (1910:22), é no ano 306, nesse jardim, que

Epicuro se estabelece definitivamente. No que diz respeito às obras¹⁵ que compôs, sabe-se que foram muitas, embora apenas os títulos tenham sobrevivido ao tempo.

Em relação à morte de Epicuro, Joyau (1910:26) indica o ano 270, o segundo ano da Olimpíada de número 127, quando o filósofo tem entre 70 e 80 anos. Diógenes Laércio, citando Hemarco, indica que Epicuro morre em razão de uma complicação renal, e que sua morte acontece no décimo quarto dia de tal enfermidade. Diógenes Laércio, baseado em outro relato, mencionando Hermipo, indica que, tendo sido imerso numa tina de bronze repleta de água quente, Epicuro bebe vinho puro e, em seguida, falece (*Vidas*, X, X). Após a morte de Epicuro, Hemarco torna-se responsável pela direção da escola filosófica localizada no jardim.

Diógenes Laércio informa que Epicuro divide sua filosofia em três partes: a) canônica ou lógica; b) física e c) moral. A canônica ou lógica trata da diferenciação do verdadeiro do falso, sendo descrita em seu livro intitulado *Cânone*. A física trata da contemplação da natureza, sendo descrita ao longo dos 37 livros da obra denominada *Da natureza*. A moral trata da escolha e da fuga, sendo descrita nos livros da obra *Das vidas* (*Vidas*, X, XXII). Uma vez que muito pouco das obras ou livros de Epicuro tenha sobrevivido ao tempo, o que sabemos sobre as principais partes de sua filosofia é o que nos informa Diógenes Laércio.

Diógenes Laércio, baseado na Carta para Meneceu escrita por Epicuro, informa que, para este, Deus é um ser imortal e bem-aventurado (*Vidas*, X, XCI). Somado a isso,

¹⁵ Em relação aos escritos, Epicuro compõe muitos livros, dentre os quais: *Da natureza* – obra dividida em 37 livros; *Dos átomos e do vácuo*; *Do amor*; *Epítome dos escritos contra os físicos*; *Dúvidas contra os megáricos*; *Sentenças selecionadas*; *Das seitas*; *Das plantas*; *Do fim*; *Do critério ou regra*; *Cheredemo ou dos deuses*; *Das vidas* – obra dividida em quatro livros; *Das obras justas*; *Néocles, para Temista*; *Convite*; *Para Metrodoro*; *Da visão*; *Do ângulo do átomo*; *Do tato*; *Do destino*; *Opiniões acerca das paixões*; *Para Timócrates*; *Prognóstico*; *Das imagens mentais*; *Da fantasia*; *Aristóbulo*; *Da música*; *Da justiça e das demais virtudes*; *Dos dons e das graças*; *Polímedes*; *Timócrates* – obra dividida em três livros; *Metrodoro* – obra dividida em cinco livros; *Antídoro* – obra dividida em três livros; *Opiniões acerca das enfermidades*, endereçado a Mitra; *Do reino*; *Anaxímenes e Epístolas* (*Vidas*, X, XIX). Como acontece com as obras de Zenão de Cicio, Diógenes Laércio somente registra os nomes das obras de Epicuro. Não há maiores dados sobre tais obras.

além de Deus há os deuses, seres também perfeitos e imortais que habitam num local inalcançável pelos seres mortais. Sendo assim, em Epicuro, Deus e os deuses não exprimem ira ou bondade, encontram-se em eterno descanso, não se preocupam e nem são atingidos pelos acontecimentos humanos, de maneira que nada de bom é concedido e nada de mal é aplicado aos seres mortais. No que diz respeito à relação entre o pensamento de Lactâncio e o de Epicuro, o debate entre ambos dá-se no âmbito do afastamento de Deus do mundo, que é o que Epicuro afirma, além da argumentação do filósofo grego de que Deus não expressa bondade ou ira – o Ser Supremo não detém emoções. Em relação ao afastamento de Deus do mundo, Lactâncio não concorda com tal afirmação de Epicuro, tendo em vista que Deus tanto se preocupa quanto age nas questões humanas todas as vezes que é necessário. Já no que concerne às afeições divinas, o retórico cristão manifesta que Deus é tanto bondade quanto ira, dependendo das ações dos indivíduos. Após essas considerações em torno da vida, dos principais fundamentos intelectuais e da noção de Providência em Epicuro de Samos, trataremos agora de alguns dados acerca de Zenão de Cício, fundador do estoicismo.

Os dados referentes aos pais de Zenão são escassos e imprecisos. Acredita-se que seu pai foi comerciante ou colono de origem fenícia estabelecido em Cício. Segundo Reale (1994:261), o pai de Zenão chamava-se Mnasea e viajava entre as cidades de Chipre e Atenas. Em relação à mãe de Zenão, nada se sabe. Zenão, provavelmente nasceu na década de 330 a.C. na cidade de Cício, localizada na ilha de Chipre, e morreu, possivelmente, na década de 260, na cidade de Atenas (Inwood, 2003:09). No que diz respeito ao aprendizado filosófico de Zenão, Diógenes Laércio, baseado em Demétrio de Magnésia, indica que ele tem contato com livros socráticos trazidos por seu pai, comprados na cidade de Atenas (*Vidas, VII, XXIV*). Zenão inicia seus estudos de filosofia com Crates, após o naufrágio de um carregamento de púrpura

adquirido na Fenícia. O referido carregamento teria naufragado no porto do Pireu, o principal porto de Atenas. Conta-se que Zenão, tendo subido a cidade de Atenas em busca de seu carregamento de púrpura, senta-se sob a tenda de um mercador de livros, pondo-se a ler o livro *Comentários* de Xenofontes. Tendo demonstrado interesse em conhecer alguns filósofos gregos, o negociante de livros aponta-lhe Crates, no momento em que esse passa perante o mercado. Desde tal momento, Zenão vem a ser discípulo de Crates, um filósofo da escola cínica (*Vidas, VII, III*). Diógenes Laércio informa que, na época em que é aluno de Crates, Zenão escreve os seguintes livros: *Da vida segundo a natureza; Da natureza do homem; Das paixões; Da lei; Da educação grega; Da visão; Do universo; Dogmas pitagóricos; Universais; Das dicções; Dos problemas homéricos* – um tratado em cinco livros; e *Discursos poéticos* (*Vidas, VII, IV*). No que diz respeito às obras compostas por Zenão enquanto discípulo de Crates, somente os títulos sobreviveram ao tempo.

Em seguida ao abandono de seu mestre, Crates, Zenão tem contato com outros filósofos gregos. Não sabemos informar quais são esses filósofo,s uma vez que os dados são imprecisos. Por sua vez, entre os anos 310 e 300, Zenão estabelece uma escola filosófica em Atenas. Abbagnano (1982:356) indica o ano 300 como o de fundação da escola filosófica. Já Franca (1928:58), indica o ano 310 como o de fundação dessa escola. Devido à incerteza de datação por parte dos autores, dos quais Abbagnano e Franca são dois exemplos, consideramos o período entre 310 e 300 para a fundação da referida escola filosófica. Sabe-se que Zenão pronunciava seus ensinamentos sob um pórtico da cidade de Atenas, e que tal pórtico, na época dos trinta tiranos, tinha sido o local de massacre de mil e quatrocentos cidadãos. Num primeiro momento, os discípulos de Zenão são denominados zenonianos, uma clara referência ao nome de seu mestre. Num segundo momento, seus discípulos são denominados de estóicos (*Vidas,*

VII, V). Em relação à designação de estóicos, Reale (1994:270) argumenta que Zenão lecionava num pórtico, sendo que, em grego, “pórtico” escreve-se *Stoa*.

Com referência à morte de Zenão, os dados são também bastante imprecisos. Bréhier & Schuhl (1962:26), mencionando Diógenes Laércio, o qual faz referência à obra *Lições de moral* de Perseu, informam que Zenão morreu aos 72 anos. Mais uma vez Bréhier & Schuhl, citando Diógenes Laércio, informam que Zenão morreu aos 58 anos, após o término de um dia de ensino em sua escola filosófica. Devido às versões conflitantes, é difícil estabelecer a data da morte de Zenão, mas provavelmente é na década de 260. Após a morte de Zenão, quem assume a direção da escola filosófica estóica é Cleanto de Assos, aluno de Zenão durante quase vinte anos e dirigente da escola filosófica da década de 260 até a década de 230 (Reale, 1994:270).

No que concerne aos princípios da filosofia de Zenão de Cício, Diógenes Laércio, baseado no livro *Do discurso* de Zenão, manifesta que a filosofia é dividida em três partes: a) natural ou física; b) moral e c) racional ou lógica. A filosofia é comparada a um animal, a um ovo e a um campo fértil. Quando comparada a um animal, a alma é a natural ou a física. Em segundo lugar, a carne é a moral. Em terceiro lugar, os ossos e os nervos são a lógica. Semelhante ao ovo, o que há no centro é a natural ou a física. A clara é a moral. A casca é a lógica. Na comparação com o campo fértil, o solo em que foram plantadas as árvores é a física. A fruta é a moral. A sebe ao redor do campo é a lógica (*Vidas, VII, XXX*). Por sua vez, Dumont (2004:574), citando Aécio¹⁶ ou Pseudo-Plutarco, define as três partes da filosofia de Zenão da seguinte maneira: a) a natural ou física trata da inquirição e da discussão sobre o mundo e as coisas nele contidas; b) a moral trata da bondade ou da maldade da vida humana e c) a

¹⁶ Segundo Smith (1870:53), Aécio foi um médico grego, cujas datas de nascimento e morte não são conhecidas. Proveniente de Amida, cidade localizada na Mesopotâmia, estudou em Alexandria. Possivelmente foi o primeiro médico grego cristão e escritor. Acredita-se que muito de seu conhecimento médico, registrado ao longo de várias obras, provenha de autores anteriores cujas obras foram perdidas.

racional ou lógica trata do que cabe à razão discorrer. Ainda sobre as partes da física de Zenão, a natural, a moral, a racional ou lógica, Diógenes Laércio não fornece maiores detalhes.

No que tange à noção de Providência de Zenão, Diógenes Laércio não nos fornece uma idéia definida. Assim, antes de supormos qual é a noção de Providência de Zenão, argumentaremos o que é Deus para o referido filósofo, o que é definido por Diógenes Laércio. Dessa maneira, Deus é um ser imortal, racional, perfeito ou inteligente em sua felicidade, incapaz de receber algum dano, um soberano cuidadoso do mundo. Em relação a como governa, não é revelado. Somado a isso, Deus encontra-se disseminado por todo o universo enquanto substância (*Vidas, VII, C*). Diógenes Laércio não define que substância é essa, para Zenão.

Reale (1994:307) aponta que, em Zenão, Deus é *physis* e *logos*, sendo a *physis* dividida em duas porções: a) substância e b) ação que faz tudo brotar, desenvolver e ser. Em contrapartida, o *logos* é o princípio de inteligência e racionalidade. Assim, pode-se considerar que a Providência de Deus é substância; ação e inteligência. A Providência de Deus é o pensamento da substância, produzindo tudo o que existe, e regendo a ordem do universo. Em outras palavras, Deus é Providência, é a atuação na construção e na manutenção da ordem do universo. Além disso, em Zenão, Deus expressa somente bondade, pelo fato de ser o Bem Supremo. O mal nEle não se encontra, pelo fato de que é incapaz de nutrir afeições negativas. Por um lado, Lactâncio identifica-se com a noção de Providência de Zenão, uma vez que considera a Providência como a ação responsável pela estruturação e pela manutenção da boa disposição do universo. Conseqüentemente, Deus intervém nos assuntos humanos. Por outro lado, Lactâncio rebate a concepção do estoicismo segundo a qual Deus exprime bondade, mas não ira. Segundo o retórico cristão, Deus manifesta-se enquanto bondade e ira, sendo esta pura

em sua fonte – diferente da ira do homem, malévola em razão da fraqueza da carne. Ele é bondade para aqueles que praticam o bem e ira para aqueles que praticam o mal.

Uma vez que, nas páginas anteriores, expusemos as informações que restam a respeito das noções de Deus e de Providência em Protágoras, Epicuro de Samos e Zenão de Cício, abordaremos agora, por meio de passagens da obra *De ira Dei*, a idéia de Providência segundo Lactâncio.

2.2 – A defesa da concepção judaico-cristã de Providência

Antes da análise da idéia de Providência em Lactâncio, discorreremos sobre como se apresenta a Providência de Deus (Javé) no Antigo Testamento. Enfatizaremos, do Antigo Testamento, o Gênesis, o Êxodo, o Números, o Deuteronômio e o livro de Josué. No Gênesis (I.6;II.12-19-20-32-35;III.39-46-47), a Providência de Deus, a intervenção de Deus no mundo, apresenta-se em diversos momentos: a) no envio do dilúvio como punição para a condição corrupta dos homens; b) no envio de graves doenças para o faraó do Egito e sua corte, em razão do interesse do faraó por Sara, mulher de Abraão; c) na destruição das cidades de Sodoma e Gomorra, em virtude de sua corrupção; d) na esterilização de todas as mulheres da casa de Abimelec, rei que esposa Sara, mulher de Abraão; e) quando Jacó recebe, de Javé, o nome de Israel; f) no deslocamento de Jacó para Betel e no terror divino que se abate nas cidades circunvizinhas; g) na proteção de Javé a José, quando este encontra-se no Egito; h) no deslocamento de Israel, seus filhos e seus criados para o Egito e i) na obtenção de propriedades e na multiplicação dos israelenses. No Êxodo (I.3-4-7-8-9-10-11-12-14), a ação de Deus no mundo encontra-se: a) no envio de Moisés para a libertação dos israelenses do domínio dos egípcios; b) na morte de todos aqueles que atentam contra a

vida de Moisés; c) nas dez pragas lançadas sobre o Egito; d) na libertação dos israelenses, depois da décima praga; e) na morte dos soldados do faraó, quando são engolidos pelo mar, e na movimentação de Moisés e seu povo para a terra prometida por Javé.

Em Números (VII.21;IX.31), a atuação de Deus no mundo se faz quando: a) Seon, rei dos amorreus, depois de combates, é morto e perde suas terras para os israelenses e b) os israelenses eliminam os reis de Madiã, Evi, Recém, Sur, Hur e Rebe. No Deuteronômio (I.2-3), Deus age no mundo quando: a) Seon, rei de Hesebon, é derrotado e perde suas posses para os israelenses e b) Og, rei de Basã, também é vencido, sendo seu reino conquistado pelos israelenses. Finalmente, no livro de Josué (I. 3-6-10-11;II.13), Deus intercede em favor dos Seus: a) na travessia de Josué e dos israelenses, momento em que as águas do rio Jordão param de correr, permanecendo o solo seco; b) na conquista da cidade de Jericó, de forma que, em seguida ao grito do povo de Israel, os muros da referida cidade caem; c) lançando pedras sobre os reis amorreus; d) no triunfo de Josué sobre os cinco reis amorreus; e) na obtenção do sul de Canaã pelo povo de Israel; f) na conquista do norte de Canaã pelo povo de Israel e g) na partilha da Terra Prometida entre as tribos israelenses.

Argumentamos que Lactânncio, seguramente um profundo conhecedor do Antigo Testamento, utiliza-se da idéia de Providência contida no Gênesis, no Êxodo, em Números, no Deuteronômio e no livro de Josué, de um Deus que age e intervém na História (trajetória) política e religiosa de Seu povo, eliminando Seus rivais políticos e religiosos. Como veremos mais adiante, Lactânncio relata que Deus opera e intercede na História (trajetória) política e religiosa de Seu povo, no caso, os cristãos, exterminando Seus adversários políticos e religiosos. Agora, veremos como Lactânncio aborda a Providência em *De ira Dei*.

Na obra *De ira Dei*, a primeira vez que Lactâncio trata da Providência é no quarto capítulo, quando da refutação do pensamento de Epicuro de Samos, primeiro filósofo a ser contradito. De autoria de Epicuro, são expostas as seguintes concepções: a) Deus encontra-se em perpétuo descanso, não sendo movimento; b) Deus não se preocupa com os assuntos humanos e c) Deus não manifesta Providência.

[...] Disto, Epicuro diz: Ele (Deus) é feliz e incorrupto, por que se importa acerca de nada, e tampouco se incomoda com outros acontecimentos. Logo, Ele não é Deus, se Ele é nenhum movimento, o qual é característica peculiar de um ser vivente, e nem faz qualquer coisa impossível para o homem, o que é peculiar a Deus, pelo que Ele não tem vontade de modo algum, nenhuma ação, em resumo, nenhuma administração, a qual é digna de Deus. O que de mais nobre, o que mais valioso que a administração poder ser atribuída a Deus, do que o governo do mundo, e, especialmente, da raça humana, se todas as coisas terrestres estão a Ele (Deus) submetidas? (*De ira*, IV.).

A resposta de Lactâncio é dada em três pontos: a) Deus é movimento, apesar de Sua suprema perfeição; b) Deus presta atenção nos acontecimentos humanos, preocupando-se com os assuntos humanos e c) Deus é Providência.

No capítulo dezessete, faz-se presente nova contestação do pensamento de Epicuro de Samos. Aqui, excepcionalmente, inverteremos a posição de um dos trechos como maneira de facilitar a compreensão do assunto.

Diz Epicuro: Deus, nada observa. Por essa razão, Ele (Deus) não tem poder. Pelo que ele quem tem poder deve necessariamente prestar atenção aos assuntos humanos. Pelo que, se Ele (Deus) tem poder, e não utiliza esse poder, que grande motivo há que, eu não direi nossa raça humana, mas mesmo o universo em si, ser desprezível em Sua mira? Sobre esse relato, Epicuro diz que Ele (Deus) é puro e feliz já que está sempre em repouso. Para quem, então, a administração de tão grandes assuntos foi confiada, se essas coisas que vemos serem governadas pelo mais alto julgamento são negligenciadas por Deus? (*De ira*, XVII).

A passagem acima não corrobora as seguintes idéias de Epicuro de Samos: a) de que Deus está sempre em descanso; b) de que Deus não se preocupa com os assuntos humanos e c) de que Deus não é Providência. Lactâncio reapresenta as seguintes concepções: a) Deus é movimento; b) Deus presta atenção nos e conduz os assuntos humanos e c) Deus é Providência. Dessa maneira, no capítulo dezessete, Lactâncio retoma e reforça os argumentos expostos no capítulo quatro.

O segundo filósofo cujo pensamento é contestado por Lactâncio é Protágoras, que argumenta não ser possível saber se os deuses existem ou não existem, por dois motivos: a) pela falta de clareza do assunto e b) pela vida breve do ser humano. Conseqüentemente, não é possível saber se Deus e Sua Providência existem.

Quando os filósofos dos tempos antigos concordaram em suas opiniões com respeito à Providência, e não houve dúvida exceto se o mundo era ordenado por Deus assim como pela razão, e era governado também pela razão, Protágoras, nos tempos de Sócrates, foi o primeiro de todos quem disse que não estava claro para ele se existia qualquer divindade ou não. E essa sua controvérsia foi julgada tão impiedosa, e tão contrária à verdade e à religião que os Atenienses igualmente baniram-no de seus territórios e queimaram numa assembléia pública aqueles seus livros em que essas declarações encontravam-se contidas [...]. (*De ira*, IX).

Na passagem acima, pressupõe-se que os homens sábios – filósofos gregos – das épocas mais remotas aceitam a existência de um Deus e de Sua Providência. A única discordância é se o mundo é ordenado por Deus e também pela razão – lê-se Providência –, no caso, sendo ordenado por ambos. No entanto, Protágoras é o primeiro filósofo que diz que não está seguro da existência de um Deus. Tal contestação é encarada como ímpia – contrária à religião cívica – de maneira que Protágoras é expulso de sua cidade e seus livros são destruídos. Em outras palavras, para os atenienses a

negação da existência de Deus é considerada uma opinião inaceitável. O que Lactâncio quer enfatizar, ao citar Protágoras, é que a inexistência de Deus e Sua Providência é tão absurda, que mesmo os gregos pagãos consideravam tal opinião inaceitável. Conseqüentemente, a inexistência de Deus acarreta a não Providência.

Na seqüência, Lactâncio não concorda com a opinião de que o mundo foi e é formado pela união de átomos ao acaso, como afirmava Demócrito, principal expoente da teoria atomista. Na concepção do autor cristão, tudo o que existe, em razão de seu desenho e de sua condução perfeitos, foi criado e é administrado pela Providência de Deus, como vemos a seguir:

[...]. Pelo que nós vemos que há nada em todo o mundo que não tenha em si um grandioso e maravilhoso desenho. E desde que isto está acima do sentido e da capacidade do homem, pelo que isto pode ser mais acertadamente atribuído que para a divina Providência? [...] Que artífice poderia ter fabricado o coração do homem, ou a voz, ou mesmo sua sabedoria? Entretanto, faz qualquer homem de mente sadia pensar que aquilo que o homem não pode fazer por razão e julgamento, pode ser efetuado por uma união de átomos em toda parte aderindo uns aos outros? Você vê dentro de que loucos delírios eles caíram, enquanto eles estão com relutância de atribuir a Deus a criação e o cuidado de todas as coisas [...].

[...]. Desde que, em conseqüência disso, com a exceção de dois ou três vãos caluniadores, é estar de acordo sobre que o mundo é governado pela Providência, como também foi feito, e não há ninguém o qual se arrisque a preferir a opinião de Diágoras e Teodoro, ou a ficção vazia de Leucipo, ou a leviandade de Demócrito [...].

[...] Por conseguinte, há uma Divina Providência, como aqueles homens os quais eu nomeei perceberam, e por meio de Sua energia e poder todas as coisas que vemos foram feitas e são governadas. Por tão vasto sistema de coisas tal arranjo e tal regularidade vêm preservando e estabelecendo ordens e tempos, poderia nem – em primeiro – ter nascido sem um artífice providente, ou ter existido tantas eras sem um habitante poderoso, ou ter sido perpetuamente governado sem um dominador hábil e inteligente, e a razão em si declara isto. Por que tudo o que existe tem razão, tem de ter nascido da razão. [...] Assim

sendo, o mundo, desde que tem razão, pela qual é governado e mantido unido, por conseguinte foi feito por Deus (*De ira*, X).

Nessa passagem, faz-se presente a idéia de que o desenho do mundo só pode ter sido produzido por alguém ou algo superior ao homem, em capacidade e em sentido. Esse alguém é Deus enquanto esse algo é Sua Providência. Mais uma vez, Lactâncio contesta a opinião defendida por alguns filósofos gregos, especialmente Demócrito¹⁷, de que tudo o que existe foi e é feito de átomos, partículas invisíveis que se chocam e se unem ao acaso. Tais filósofos, defensores de que tudo o que existe foi e é feito de átomos, são caracterizados como loucos mergulhados em delírios, além de caluniadores. Lactâncio argumenta que o mundo foi feito e é governado pela Providência, que Deus é projetista, criador, governador, atuante e unificador do conjunto da criação.

O último parágrafo da *De ira Dei* parece evocar a Providência para a purificação do Império Romano, como pode ser captado abaixo:

Deixe a impiedade e a discórdia serem removidas. Deixe as desavenças turbulentas e mortais serem apaziguadas, por meio das quais as sociedades humanas e a divina união da liga pública são perturbadas, divididas e dispersadas. Tão longe quanto nós possamos ir, deixe-nos apontar para o bom e o generoso (*De ira*, XXIII.).

¹⁷ Nascido possivelmente na década de 460 a.C., em Abdera, cidade litorânea localizada entre a Macedônia e a Trácia, de pais desconhecidos (*Vidas*, IX, I). Os dados apontam que teve três irmãos, sendo ele o menor dos três. Nomes e informações outras de seus irmãos não são sabidas (*Vidas*, IX, II). Sobre os estudos de Demócrito, num primeiro momento, Diógenes Laércio, citando Heródoto, informa que recebeu ensinamentos em teologia e astrologia. Num segundo momento, Diógenes Laércio, fazendo referência a Demétrio, manifesta que Demócrito deslocou-se por várias regiões do mundo, tendo estabelecido contato com egípcios e caldeus. De todos esses dados, é mais seguro que tenha sido aluno do filósofo Leucipo, especificamente em razão de sua teoria atomista, a qual foi discutida anteriormente por Leucipo (*Vidas*, IX, I). No que toca aos livros que compôs, esses abordavam diversas temáticas: a) a moral; b) a física; c) a matemática; d) a música e e) a arte. Por fim, sobre a morte de Demócrito, acredita-se que tenha falecido na década de 370. No que concerne aos fundamentos intelectuais, Demócrito afirmava que tudo que havia eram partículas não visíveis e não divisíveis, os átomos. Estes, infinitos em quantidade, giravam pelo universo, também infinito, agrupando-se e originando tudo o que existe. Dessa maneira, o giro – a denominada necessidade – seria o motivo da reunião ou do afastamento dos átomos (*Vidas*, IX, IX). Finalmente, segundo tal pensamento acerca do universo, não há um Deus, nem uma Providência.

O fechamento de *De ira Dei* convoca a ação de Deus contra a impiedade e a discórdia em favor do apaziguamento das desavenças turbulentas e mortais que desordenam, fragmentam e dispersam as sociedades humanas. Em outras palavras, é o pedido da intervenção de Deus no mundo político e religioso do Império Romano. Tal solicitação parece abrir caminho para o que tem lugar em *De mortibus persecutorum*, na qual os imperadores pagãos perseguidores e seus familiares – definidos como imorais e malévolos – são varridos do Império, seguindo-se uma purificação com a ascensão do imperador Constantino e o estabelecimento definitivo do cristianismo.

Como explicado, de acordo com Lactâncio, a Providência é a ação de Deus no universo e a condução do universo por Deus. A seguir, trataremos do julgamento de Deus, o qual se dá em consequência dos atos dos indivíduos e do desenrolar dos eventos do mundo.

2.3 – Os julgamentos de Deus

No Antigo Testamento, destacamos o julgamento de Deus no Gênesis, no Êxodo, em Números, no Deuteronômio e no livro de Josué. No Gênesis (I.6-7;II.18-20), Deus é juiz e julga: a) os indivíduos, antes de castigá-los com o dilúvio; b) os habitantes das cidades de Sodoma e Gomorra, como injustos e impuros e c) Abimelec, cujas mulheres são castigadas com a esterilidade. No Êxodo (I.7-8-9-10-12-14), Deus é juiz e julga: a) os egípcios, que perseguem e oprimem os israelenses, decretando as pragas e a morte dos soldados do faraó e b) aqueles que querem matar Moisés, em razão do assassinato do soldado egípcio, os quais são eliminados. Em Números (VII.21;IX.31), Deus é juiz e julga: a) Seon, rei dos amorreus, por não permitir que os israelenses atravessassem por suas terras e b) os reis de Madiã, Evi, Recém, Sur, Hur e Rebe, por

não permitirem a passagem dos israelenses em seus territórios. No Deuteronômio (I.2-3), Deus é juiz e julga: a) Seon, rei de Hesebon, igualmente por não possibilitar a passagem dos israelenses por suas terras e b) Og, rei de Basã, por guerrear contra os israelenses. Por fim, no livro de Josué (I.10), Deus é juiz e julga: a) os cinco reis amorreus – o de Jerusalém, o de Hebron, o de Jarmut, o de Laquis e o de Eglon. Todos os cinco reis perecem e o controle de Jerusalém é entregue aos israelenses.

Acerca do julgamento de Deus no Gênesis, no Êxodo, em Números, no Deuteronômio e no livro de Josué, informamos que esse julgamento se faz sobre os atos dos indivíduos, sendo duas as conseqüências. Em primeiro lugar, as atitudes justas são premiadas. Em segundo lugar, as atitudes injustas são punidas. Assim, sustentamos que Lactâncio absorve da tradição hebraica a concepção de um Deus que julga as ações dos indivíduos, posteriormente recompensando-os ou punindo-os. Àqueles que merecem recompensas, Deus exprime afeições positivas, tal qual a bondade. Em contrapartida, àqueles que merecem punição, Deus exprime afeições negativas, tal qual a ira. A seguir, trataremos do julgamento de Deus em *De ira Dei*.

Na obra *De ira Dei*, no capítulo dezenove, Deus é definido como juiz bem depois da apresentação do funcionamento de Seu julgamento – capítulo cinco. Nesse ponto, excepcionalmente, inverteremos a posição de um dos trechos como maneira de facilitar a compreensão do assunto.

[...]. Mas Deus pode perdoar, por que Ele é em si o árbitro e o juiz de Sua própria lei, e quando ele estabeleceu esta, Ele seguramente não se privou de todo o poder, mas Ele tomou a liberdade de conceder o perdão (*De ira*, XIX.).

A passagem anterior traz a definição de Deus como árbitro e juiz de Sua lei. A lei em questão é aquela segundo a qual os indivíduos devem ser bons e sábios. Além

disso, se Deus é um juiz, conseqüentemente estabelece sentenças sobre os atos dos indivíduos.

A explicação a respeito do funcionamento do júizo de Deus começa quando da fábula do amo e de seus dois servos. Ao servo bom e obediente, o amo confere recompensas. Em contrapartida, ao servo mau e desobediente, o amo dirige sua insatisfação, aplicando castigos. A decisão do amo dá-se em razão dos atos praticados pelo servo, estabelecendo-se a recompensa ou a punição. O julgamento de Deus põe-se em movimento da mesma maneira. Após a sentença, ao bom, expressa Seu contentamento, por meio de recompensas. Já ao mau, expressa Seu descontentamento por meio de penalidades.

Se qualquer amo tem em seu lar e suas atividades um bom e um mau servo, é evidente que ele não odeia a ambos, ou confere para ambos benefícios e honras; mas se ele faz isto, ele é para ambos injusto e tolo. Mas ele se remete àquele quem é bom com palavras amigáveis e com todos seus afazeres; puni aquele mau com censuras, com chicotadas, com nudez, com fome, com sede, com grilhões – de forma que mais tarde possa se tornar um exemplo para os outros, como forma de mantê-los longe do pecado, e o anterior para conciliá-los – e assim o medo pode coibir alguns, e a honra pode estimular outros [...]. (*De ira*, V)

No trecho acima, Lactâncio faz uso do conto do amo e de seus dois criados. O amo estabelece julgamento a partir dos atos de seus criados. Em seguida, premia-os ou pune-os. Ao bom criado, apresenta-se por meio de palavras amigáveis e dá-lhe maiores responsabilidades. Ao mau criado, castiga com chicotadas, nudez, fome, sede e grilhões. Deus segue o mesmo caminho que o amo. Após formar opiniões sobre as atitudes de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos, aos bons, concede compensações. Já aos maus, aplica penas.

Agora se tem que o julgamento de Deus é anterior a qualquer manifestação de afeição tal qual bondade ou ira. Além disso, retoma-se o argumento de que Deus nunca deixa de fazer juízo sobre o mal, empregando-se a referida idéia na realidade do Império Romano, abordando-se que os maus na mira de Deus são os imperadores romanos pagãos.

[...]. Conseqüentemente, há uma razão por que Deus pode e deve favorecê-los. Pelo que nada há de tão adequado para Deus quanto a bondade, e nada há tão inadequado para Seu caráter quanto ser ingrato, é necessário que Ele deva conceder algum retorno para os serviços daqueles que são excelentes, e que lideram para a vida sagrada [...]. Mas, pelo contrário, outros são desafiadores e pecaminosos, que corrompem todas as coisas com suas luxúrias, atormentam com matanças, praticam fraude, saques, realizam falsos juramentos, nem poupam parentes ou pais, negligenciam as leis, e mesmo Deus em Si [...].

[...] Pelo que Ele (Deus) não está ligado a essas, por que são afeições viciosas, mas está ligado àquelas as quais pertencem à virtude, a ira em direção ao malvado, a recompensa em direção ao bem, piedade para o aflito [...]. [...] E se Ele (Deus) não é possuidor delas, a vida do homem será lançada na confusão, e a condição das coisas virá a ser tal perturbação que as leis serão desprezadas e subjugadas [...]. Dessa maneira, toda a terra será assolada, como o foi, por um roubo universal. Mas agora, desde que o maldoso conta com punição, o bom espera por benefício, e o aflito procura por ajuda, há lugar para virtudes, e crimes são mais raros (De ira. XVI.).

Os indivíduos bons são aqueles que vivem corretamente, que não transgridem as regras estabelecidas pelos mensageiros divinos, especificamente os mensageiros cristãos, Jesus e seus apóstolos. Aqueles que vivem corretamente, avaliados como bons por Deus, recebem algum retorno positivo. Os indivíduos maus são os desafiadores e pecaminosos, corruptores de todas as coisas por intermédio da libertinagem, praticantes de carnificinas, de fraudes, de saques, perpetradores de falsos juramentos, assassinos de parentes ou pais e desrespeitadores das leis. Por tais atitudes, consideradas imorais por

Deus, esses indivíduos devem ser castigados. Nesse momento, consideramos importante salientar que a diferença pagã, em oposição à identidade cristã, começa a ser construída aqui, quando da utilização de palavras e expressões de cunho negativo que definem os imperadores pagãos perseguidores, ou os usurpadores do poder imperial. Expressões utilizadas para definir os usurpadores do poder imperial são: desafiadores – *facinerosi* –, nefastos – *nefarii* –, libidinosos – *libidinibus* –, atormentam com matanças – *caedibus uexent* –, fraudadores – *fraudent* –, realizam falsos juramentos – *rapiant* –, não poupam parentes ou pais – *nec consanguineis nec parentibus parcant* – e desrespeitadores de leis – *leges neglegant*.

Outra questão que se põe aqui é a seguinte: por que o indivíduo tido como bom é premiado e tratado com amabilidade enquanto o indivíduo tido como mau é vítima da cólera divina? A resposta é: se após o julgamento, Deus não exprimisse afeições em relação aos atos praticados pelos indivíduos, a desordem tomaria conta do mundo, conseqüentemente a vida e as leis nada significariam. Por essa razão, pela manutenção da ordem do mundo, da vida e das leis, as afeições têm lugar em Deus, sendo o bom premiado e tratado com amabilidade e o mau atingido pela cólera. Por fim, tratando dos acontecimentos do seu próprio tempo, Lactâncio argumenta que, agora, há espaço para as virtudes e os crimes são mais raros, que o juízo de Deus funciona, que as compensações ou punições ocorrem no momento apropriado. Ainda no que se refere às declarações de que o mau é punido, parece haver uma referência ao final da Grande Perseguição, que tem lugar em 311, com a publicação do edito de Galério.

No próximo excerto, fazem-se presentes as noções de que ninguém pode fugir do julgamento de Deus e de que Suas penas são aplicadas tanto aos vivos quanto aos mortos.

[...] É o fim que prova a felicidade, e ninguém é capaz de escapar ao julgamento de Deus, vivo ou morto. Ele (Deus) tem poder de abater os vivos do alto e punir o morto com eternos tormentos (*De ira*, XX).

A maior punição que um indivíduo vivo pode ter é a perda da vida. Em compensação, a maior punição que alguém morto pode ter são os suplícios que não têm fim. O juízo de Deus envolve as duas penalidades. O que Lactâncio procura enfatizar é que mesmo aqueles indivíduos que em vida não foram castigados, não escaparão à sentença estabelecida quando mortos.

Apesar da existência de outras passagens da obra que abordam o julgamento de Deus, observa-se uma repetição do tema. Na seqüência do julgamento de Deus, após a sentença definida com base nos atos das pessoas, ocorre a manifestação das afeições divinas. Estas podem ser positivas, tal como a amabilidade, ou negativas, tal como a ira. É das afeições, especificamente da ira, que trataremos a seguir.

2.4 – A ira de Deus

A respeito da ira de Deus, salientamos o Gênesis, o Êxodo e o Levítico. No Gênesis (II.12-19-35), Deus exprime Sua ira: a) contra o faraó do Egito e sua corte; b) no aniquilamento das cidades de Sodoma e Gomorra e c) no terror que se abate nas cidades circunvizinhas a Betel, onde se estabelece Jacó. No Êxodo (I.7-8-9-10-11-12), Deus expressa Sua ira: a) na conversão das águas do Nilo em sangue; c) na invasão das rãs; d) na epidemia de moscas que toma conta da moradia do faraó; e) na grave peste que ataca os rebanhos dos campos; f) nos tumores que atacam homens e animais; g) na chuva de pedras; h) nos gafanhotos que devoram todos os frutos das árvores; i) nas trevas palpáveis, que se disseminam por todo o Egito e j) na morte de todos os primogênitos do Egito, desde os homens até os animais. No Levítico (IV.17-19-20-26),

Deus é ira contra aqueles que: a) rompem com as proibições sexuais b) cometem faltas morais; c) cometem faltas culturais e c) desrespeitam a família. Em outras palavras, Deus é ira contra aqueles que transgridem suas leis.

Com base no Gênesis, no Êxodo e no Levítico, percebemos que Deus manifesta ira contra os inimigos de Seu Povo ou contra aqueles que rompem Suas leis, especificamente, Seus mandamentos. Lactâncio absorve do Gênesis, do Êxodo e do Levítico a noção de um Deus que também é ira. Esta manifesta-se em tramas, traições, doenças, sofrimentos e mortes, envolvendo os imperadores pagãos perseguidores e seus familiares, os quais praticaram atos contra o povo escolhido, os cristãos.

No preâmbulo de *De ira Dei*, tem-se a exposição de algumas opiniões sustentadas pelos filósofos estóicos e epicuristas, opiniões acerca da presença ou não da bondade ou da ira em Deus, da existência ou não do bem e do mal em Deus.

Eu tenho frequentemente observado, Donato, que muitas pessoas mantêm essa opinião, a qual alguns filósofos também têm mantido, de que Deus não está sujeito à ira, desde que a natureza divina é – para ambos – completamente benéfica, bem como é inconsistente com Seu (de Deus) inigualável e eminente poder causar ferimento em qualquer um, ou, de qualquer maneira, Ele (Deus) não nos observa de modo algum, de modo que nenhum ganho venha para nós de Sua bondade, e nenhum mal de Sua ira. Mas o engano desses homens, já que isto é muito importante, e tende a arruinar a condição da vida humana, tem de ser refutado por nós [...].

[...]. Ele (Deus) é o Pai do mundo e o moldureiro de todas as coisas, Quem não é visto com os olhos, e é raramente distinto pela mente, cuja religião está acostumada a ser atacada, de muitas formas, por aqueles que nem têm sido capazes de alcançar a verdadeira sabedoria, nem compreender o sistema de grandeza e celestialmente secreto (*De ira*, I).

Lactâncio critica determinados pontos que são defendidos pelos filósofos, especificamente os estóicos e os epicuristas: a) Deus não exprime ira; b) Deus exprime apenas o bem e não é capaz de provocar ferimento a qualquer um; c) Deus não se

interessa pelos assuntos humanos; d) a bondade de Deus não concede nada de positivo aos indivíduos e e) a ira de Deus não concede nada de negativo aos indivíduos. Todos esses cinco pontos são recusados e serão derrubados por Lactâncio, como veremos adiante. Outro ponto que merece destaque é que, na opinião do autor, a religião de Deus, o cristianismo, é constantemente atacada por indivíduos que não são capazes de alcançar a verdadeira sabedoria e não são capazes de compreender o real funcionamento das coisas. Não somente tendo por base o primeiro capítulo, mas a obra em seu todo, cremos que tais indivíduos que atacam a religião de Deus e não são capazes de alcançar a verdadeira sabedoria e nem compreender o real funcionamento das coisas são os filósofos gregos.

Na seqüência, faz-se presente o debate entre Lactâncio e os estóicos – especificamente Zenão de Cício – acerca de quais afeições são manifestadas por Deus.

Os estóicos e alguns outros é suposto terem nutrido muito melhor os sentimentos em relação à natureza divina, os quais dizem que há bondade em Deus, mas não ira. Um discurso muito agradável e popular, de que Deus não está sujeito a tal pequenez da mente como imaginar que Ele é injuriado por qualquer um, desde que é impossível para Ele ser injuriado [...]. Mas, se a ira é inadequada para um homem, uma vez que ele é provido de sabedoria e autoridade, quanto mais é então a violação das regras uma variação inadequada para Deus! E se o homem, quando tem autoridade e poder, inflige dano por meio da ira, derrama sangue, derruba cidades, destrói comunidades, reduz províncias à desolação, quanto mais tem de ser acreditado que Deus, desde que ele tem poder sobre toda a raça humana, e sobre o Universo em si, teria sido a respeito de destruir todas as coisas se ele estivesse irado. (Cap. V)

Segundo Zenão de Cício, Deus, devido a Sua suprema perfeição, não pode ser ofendido. Em virtude de não poder ser ofendido, não exprime ira, vindo a ser o bem absoluto. Lactâncio discorda de Zenão, argumentando que Deus é o bem, a ira e a Providência. Por ser Providência, por agir sobre e conduzir todo o universo, tem de

expressar o bem e a ira. Somente assim mantém tudo em ordem. No entanto, há diferença entre a ira do homem e a ira de Deus. Aquela provém da imperfeição e da fraqueza do homem, resultando em destruição e desordem. Esta provém da fonte pura da justiça, resultando em destruição e desordem que vem a ser reconstrução e ordem.

Em seguida ao debate com Zenão de Cício, sobre quais afeições são manifestadas por Deus, o mesmo debate é travado com Epicuro de Samos:

Aquilo que segue é concernente à escola de Epicuro, de que como não há ira em Deus, então na verdade também não há amabilidade. Ao passo que Epicuro pensou que era inconsistente com Deus ferir e infligir mal, os quais em geral surgem da emoção da ira, ele (Epicuro) também lhe eliminou a prática do bem, desde que viu que seguia que Deus tem ira, ele também tem de ter bondade [...].

[...]. Pelo que a primeira opinião foi que a ira não era consistente com o caráter de Deus. E quando isto apareceu para ele (Epicuro) ser verdadeiro e inatacável, foi incapaz de recusar as conseqüências. Por que uma afeição sendo removida, a necessidade, por si própria, obrigou-lhe a remover de Deus as outras afeições também. Dessa maneira, ele que não está sujeito à ira está claramente livre da influência da bondade, que é o sentimento oposto da ira. Agora, se nem há ira e nem bondade nele, manifesta-se que há nem medo, nem alegria, nem mágoa, nem piedade. (Cap. IV)

Segundo Epicuro, Deus é incapaz de aplicar penas ou de expressar ira. Conseqüentemente, é incapaz de favorecer alguém ou exprimir bondade. Lactâncio não concorda com tal opinião de Epicuro. Como abordamos anteriormente, o autor argumenta que Deus é Providência (ação no universo e condução do universo), é juiz (observa as ações dos indivíduos e compensa-os ou pune-os), além de ser a fonte pura de todas as afeições, incluindo a bondade e a ira.

Outra preocupação de Lactâncio é a distinção da ira do homem da ira de Deus, como se sucede:

[...]. Eu tenho de dizer que a ira do homem deve ser reprimida, desde que ele é freqüentemente ira injustamente, e ele tem emoção imediata, por que é somente por algum tempo [...]. Mas Deus não é ira por um curto tempo, desde que Ele é eterno e de virtude perfeita, Ele nunca é ira a não ser merecidamente [...].

Mas como eu havia dito, que a ira de Deus não é apenas por um tempo, como é o caso da ira do homem, quem vem a ser inflamado por meio de um excitação imediato, por causa de sua fragilidade é facilmente incapaz de governar a si, nós temos de entender que, desde que Deus é eterno, Sua ira também permanece pela eternidade. (Cap. XXI).

A ira do homem é injusta. Assim o é pelo fato de que é fruto de sua imperfeição e fraqueza, além de que abrange um breve período de tempo. Em contrapartida, a ira de Deus é justa. Assim o é pelo fato de que é fruto de Sua justiça e perfeição, além de que é eterna.

Após a análise da *De ira Dei*, tendo por objetivo a definição da idéia de Providência, como se dá o julgamento de Deus e por que e quando Deus vem a ser ira para Lactâncio, podemos destacar que: a) a Providência é a ação de Deus no mundo; por meio da ação, Deus interfere no curso dos acontecimentos mundanos; b) Deus presta atenção aos atos dos indivíduos, realizando julgamentos, aplicando recompensas ou penalidades e c) Deus preocupa-se com os acontecimentos humanos, exprimindo tanto bondade quanto ira, de maneira que a bondade é aplicada aos bons e justos enquanto a ira é aplicada aos maus e injustos.

Diante do exposto, podemos concluir que, em primeiro lugar, Lactâncio discorda de Epicuro, pois este argumenta que Deus e os deuses não se importam com os assuntos humanos e não interferem neles. Em segundo lugar, Lactâncio não concorda com Protágoras, alegando que é possível o conhecimento de Deus mediante a observação de Suas obras, e o conhecimento de Sua Providência por intermédio do entendimento da ordem e da harmonia com que o mundo e o universo são governados. Em terceiro lugar,

Lactânncio concorda com Zenão de Cício, com a presença da Providência – da ação – e da intervenção de Deus no mundo.

No próximo capítulo, trataremos de duas temáticas presentes na obra *De mortibus persecutorum*: a) a vitória sobre os perseguidores e b) a concepção triunfalista de História. No que tange à vitória sobre os perseguidores, Deus, por meio de Sua Providência, julgamento e ira, intervém no mundo político do Império em favor dos cristãos. Os imperadores pagãos perseguidores dos cristãos – os usurpadores do poder imperial – são vítimas de Sua justiça, sendo destituídos do governo. Seus familiares, possíveis usurpadores do poder imperial, também são eliminados. Já sobre a concepção triunfalista de História, desde o começo de *De mortibus persecutorum*, Lactânncio anuncia o triunfo do Deus cristão e de Seu representante na Terra perante os inimigos – os pagãos. No caso, o imperador Constantino é tal representante, vindo, mediante o auxílio divino em dados momentos de sua vida, a ser imperador e concretizando o estabelecimento de um Império cristão.

Capítulo III

A CONSTRUÇÃO DA ORDEM IMPERIAL CRISTÃ

3.1 – A vitória sobre os perseguidores

Nosso objetivo, neste capítulo, é analisar a aplicação da Providência, do juízo e da ira de Deus no mundo político do Império Romano e a conseqüente eliminação dos imperadores pagãos perseguidores e de seus familiares. Neste tópico, é importante observar que todos os imperadores pagãos perseguidores, além de seus familiares, são definidos de maneira negativa, por meio de palavras e expressões pejorativas. Outro fator que deve ser levado em consideração é a análise das palavras e das expressões presentes em *De mortibus persecutorum*, que estabelecem os pagãos como o elemento de alteridade diante dos cristãos.

A partir do segundo capítulo de *De mortibus persecutorum*, Deus expressa Sua Providência, Seu juízo e Sua ira contra os soberanos pagãos, intervindo no mundo político do Império Romano em favor dos cristãos. Nero¹⁸ é o soberano pagão definido como o primeiro perseguidor de cristãos e a primeira vítima da punição de Deus:

¹⁸ Nero assume o poder na década de 50 d.C., permanecendo até o ano 68, quando se suicida. No que toca a sua relação com os cristãos, num primeiro momento, até o ano 62, os cristãos vivem sem maiores perturbações na capital do Império, a cidade de Roma. A referida tranqüilidade dos cristãos explica a liberdade de pregação dos apóstolos Pedro e Paulo, além das conversões de romanos célebres ao cristianismo. Num segundo momento, entre o final de 62 e o começo de 63, tem-se a modificação do relacionamento entre as autoridades romanas e a crença cristã. Tal alteração de comportamento não deve ser vinculada apenas aos cristãos, como o incêndio de Roma, que teria sido por eles provocado, de maneira que outras informações precisam ser consideradas: a) o assassinato do prefeito do pretório Afrânio Burro; b) a retirada de Sêneca da cena pública; c) a não aceitação de Otávia por Nero, sob argumentação de que ela era estéril e d) a absorção cada vez maior dos atributos orientais de poder, por Nero. Em outras palavras, um conjunto de fatores de natureza política e pessoal influenciou Nero a mudar sua maneira de proceder para com os cristãos. Sobre o incêndio que tem lugar em Roma no ano 64, que teria sido provocado pelos cristãos, e que teria sido o estopim da perseguição que sofreram, Tácito é o único autor a vincular os cristãos ao citado incêndio. Outra fonte dos séculos I e II, Suetônio, não faz qualquer vinculação entre o incêndio de Roma e o início da perseguição aos cristãos. Outros escritores, Eusébio de Cesaréia, Tertuliano e Lactânio, consideram Nero como sendo o primeiro perseguidor dos cristãos, não relatando o incêndio de Roma como o provável motivo para a perseguição. Há a convergência entre Suetônio e os autores cristãos de que os motivos que fizeram Nero perseguir os cristãos foram religiosos. Ainda sobre o incêndio de Roma, existem duas suposições: a) Nero, querendo

[...] Nero já era imperador, quando o apóstolo Pedro veio a Roma. Vários milagres que ele cumpriu em virtude do poder de Deus, De Quem ele tinha recebido delegação, lhe fizeram operar numerosas conversões para a fé dos justos [...]. Instruído desse fato e observando que, não somente em Roma, mas por toda a parte, uma imensa multidão afastava-se a cada dia do culto dos ídolos e, sem levar em conta a antiga religião, abraçava a nova. Nero, tirano execrável e nocivo que era, apressa-se em assaltar, para derrubá-lo, o templo celeste; e a fé dos justos, para apagá-la da Terra. Ele foi o primeiro de todos aqueles que perseguiram os servidores de Deus: ele fez crucificar Pedro e decapitar Paulo.

Mas isto não foi impunemente, tendo em vista que Deus levou em consideração os sofrimentos de seu povo. Também, este tirano desenfreado, decaído do poder supremo, derrubado do alto de sua grandeza, desapareceu repentinamente: não se pôde mesmo descobrir sobre a terra a sepultura dessa besta malfazeja. (*De mort.*, II)

No trecho acima, Nero é responsabilizado pelos assassinatos dos apóstolos Pedro e Paulo. Aquele foi crucificado enquanto este foi decapitado. O referido imperador também é descrito como “tirano execrável e nocivo” – *execrabilis ac nocens tyrannus* –, além de “besta malfazeja” – *malae bestiae*. Deus atua em benefício dos cristãos e castiga o imperador de duas maneiras: a) derrubando-o do poder subitamente e b) escondendo o local de sua sepultura. Em relação ao local de sepultura, uma vez que este é sagrado, não ter sepultura é o mesmo que nunca ter existido.

Domiciano¹⁹, outro soberano do século I, é o próximo a perseguir os cristãos e a ser vítima da intervenção de Deus, como se segue:

silenciar os rumores de que seria o responsável pelo incêndio que havia destruído parte de Roma, decidiu incriminar os cristãos e b) o incêndio de Roma, marca, aos olhos das autoridades romanas, o reconhecimento de que os cristãos constituem um grupo religioso separado do judaísmo (Chevitarese, 2006:164-5-6-7). De qualquer maneira, após o incêndio de Roma, por razões políticas e religiosas, cristãos são perseguidos e mortos.

¹⁹ Domiciano vem a ser soberano no começo da década de 80, permanecendo em tal posto até o ano 96. A relação de seu governo com os cristãos compreende duas fases. Num primeiro momento, mantém relações amistosas com os cristãos. Num segundo momento, por volta do ano 93, altera seu relacionamento para com eles, perseguindo-os. As razões da perseguição ainda são obscuras, sendo possível supor que a conduta de Tito Flávio Clemente, quando cônsul em 95, assassinado no mesmo ano, tenha despertado em Domiciano uma reação violenta contra os cristãos. É possível que Tito Flávio

Alguns anos após Nero apareceu outro tirano não menos cruel: Domiciano. Se bem que o poder que ele exercia foi odioso, ele o fez pesar bem longamente sobre seus súditos e reinou sem estar preocupado até o momento em que ousou levantar contra o Senhor suas mãos ímpias. Mas quando seguiu a impulsão dos demônios, que o incitaram a perseguir o povo dos justos, foi entregue às mãos de seus inimigos e sofreu o castigo de seus crimes. A vingança de Deus não se limitou a fazê-lo perecer em seu próprio palácio: apagou-se até a lembrança de seu nome.

[...] Após a abolição dos atos deste tirano, a Igreja não foi somente restabelecida em sua condição anterior, mas viu-se ainda, mais uma vez, mais brilhante e florescente [...]. (*De mort.*, III)

Domiciano, ao levantar-se contra os cristãos, é punido duplamente: a) vítima de um complô em seu próprio palácio, é assassinado pelos seus; e b) a lembrança de seu nome é apagada, como se nunca tivesse existido. Somado a isso, Domiciano é apresentado como tirano – *tyrannus* – e detentor de mãos ímpias – *impiae manus* –, além de perseguidor.

Após Domiciano, ocorre no texto um salto temporal para o século III, momento em que Décio²⁰ é o próximo imperador a receber o castigo divino.

Muitos anos mais tarde, com efeito, apareceu para tormento da Igreja, Décio, essa besta execrável: pois quem então, a não ser um velhaco, iria perseguir a fé dos justos?

E da mesma maneira como Ele foi imediatamente erguido tão alto, erguido ao cume do Império, logo voltou contra Deus seu ardor furioso, pelo que sua queda foi imediata.

Tendo começado uma expedição contra os Carpos, que então se apoderaram da Dácia e da Mésia, foi logo cercado pelos bárbaros e massacrado com grande parte de sua armada. Ele não teve

Clemente tenha sido condenado à morte, por Domiciano, em virtude de não considerar os cristãos uma ameaça política ao Império, o que apontava para uma provável conversão ao cristianismo. Finalmente, na época de Domiciano, dois elementos novos fazem-se presentes: a) os cristãos são considerados seguidores de uma religião transgressora e b) a perseguição aos cristãos não acontece apenas em Roma, mas em todo o Império Romano (Chevitarese, 2006:168-9).

²⁰ A perseguição de Décio foi explicada na introdução.

mesmo a honra de uma sepultura: abandonado nu após ter sido despojado, foi pasto de bestas e de aves de rapina, sorte bem digna de um inimigo de Deus. (*De mort.*, IV)

Décio é personificado como animal execrável – *execrabilis animal*. Sua penalidade, por ter colocado em prática a perseguição contra os cristãos, é ser derrotado e morto por bárbaros, não ter a honra de uma sepultura, ter o corpo destituído de todos os pertences de valor e ser feito alimento de bestas e de aves de rapina.

O próximo soberano a ter seu governo interrompido por Deus é Valeriano²¹, o qual sofre a maior de todas as humilhações, ser feito escravo pelo rei persa Sapor:

Pouco após, Valeriano, apoderado também de semelhante loucura, levantou contra Deus suas mãos ímpias e, num tempo bem curto, chegou para derramar abundantemente o sangue dos justos. Mas Deus o golpeou com um castigo de um gênero novo e singular, para mostrar para a posteridade, por meio desse exemplo, que os inimigos de Deus recebem sempre a punição que merecem por seus crimes.

Feito prisioneiro pelos persas, Valeriano não perdeu somente o poder do qual ele tinha abusado sem medida, mas também a liberdade que ele tinha raptado dos outros, e viveu na escravidão, ignominiosamente; porque o rei dos persas, Sapor, aquele ali mesmo quem o tinha capturado, obrigava o romano a levantar a coluna vertebral para lhe servir de degrau, cada vez que considerava a fantasia de montar a cavalo ou sobre seu carro [...]. Mas quando foi, no ambiente semelhante ao da desonra, acometido pelo fim de uma vida infamante, sua pele foi retirada e tingida em vermelho após a retirada das vísceras, para colocá-la (a pele) num templo de deuses bárbaros, em comemoração a uma vitória tão ruidosa.

[...]. Após castigos tão ruidosos infligidos por Deus aos sacrílegos, não é espantoso que alguém tenha ousado, na seqüência, eu não digo atacar, mas pensar mesmo em atacar a majestade do Deus único, guia e moderador do universo? (*De mort.*, V)

Valeriano é retratado como detentor de mãos ímpias – *impiae manus* –, por ter derramado o sangue dos justos, dos cristãos. O referido soberano perde o poder, a

²¹ A perseguição de Valeriano foi explicada na introdução.

liberdade e é feito escravo pelo rei persa Sapor. Por fim, morre, sendo sua pele retirada e tingida de vermelho para servir de adorno num templo de deuses bárbaros, um gesto de comemoração em razão do triunfo de Sapor sobre a maior autoridade política romana.

Após Valeriano, Deus volta-se contra Aureliano²², vítima de um complô tramado por seus palacianos, como se pode observar:

Aureliano, príncipe e louco natural, não ignorava o cativo de Valeriano, mas, esquecendo os crimes e o castigo deste último, provocou a cólera de Deus por suas crueldades. Para dizer a verdade, ele não teve mesmo o prazer de fazer executar completamente os projetos que ele tinha formado: a morte o surpreendeu subitamente em meio aos primeiros acessos de seu furor. Seus editos sanguinários ainda não haviam triunfado nas províncias mais distantes, quando já jazia todo sangrento sobre o sol de Caenofrúrio, lugarejo da Trácia, assassinado por seus familiares sobre a fé de falsas suspeitas.

Tantos exemplos tão terríveis deveriam reter os tiranos que reinaram em seguida: não somente eles não ficaram assustados, mas eles atacaram Deus com maior audácia e presunção. (*De mort.*, VI)

No excerto anterior, Aureliano é definido como príncipe e louco natural – *natura uesanus et praeceps* –, mesmo que não tenha tido tempo de colocar em prática uma perseguição contra os cristãos. A punição de Aureliano vem em forma de uma trama, organizada por seus palacianos, que culmina com seu assassinato. Em relação ao fato de

²² Aureliano governa o Império Romano do ano 270 ao ano 275. Sobre sua época de dominação, pouco é conhecido, mas se pode dizer que suas ações auxiliam na reestruturação do sistema defensivo do Império Romano, o qual se encontrava desorganizado desde o ano 235, quando do começo da denominada “Anarquia Militar”, “Crise do Terceiro Século” ou “Período dos Imperadores-Soldados”. Dentre as ações de Aureliano que auxiliam na reestruturação do sistema defensivo do Império Romano estão: a) combate aos Godos e aos Alamanos, os quais tinham cruzado o Danúbio; b) triunfo sobre os Alamanos e outras tribos germânicas; c) deposição de Zenóbia, rainha do reino de Palmira, que detinha possessões na Ásia Menor, na Síria e no Egito; d) após uma revolta dos habitantes de Palmira, os quais matam o governador e aniquilam a guarnição romana que toma conta da cidade, destruição completa da cidade de Palmira; e) luta contra Tétrico, retomando as províncias da Gália, da Britânia e da Espanha e f) a construção de uma nova linha de muros de fortificação em volta da cidade de Roma (Smith, 1870:436-7-8). Apesar de Smith ser um autor antigo, consideramos seus apontamentos a respeito das façanhas militares de Aureliano, que ajudaram na reestruturação do sistema defensivo do Império Romano, mais elaborados que de autores recentes.

Aureliano ser caracterizado como perseguidor, não há dados de que Aureliano tenha tomado quaisquer medidas contra os cristãos. Nem mesmo um edito, ou editos de perseguição, foram proclamados. Dessa forma, supomos que Lactâncio define Aureliano como soberano mau e perseguidor, de maneira a reforçar seu discurso de que Deus intervém no Império Romano mesmo antes da ação ímpia dos perseguidores ter sido desencadeada.

Nesse ponto, nota-se uma mudança no que diz respeito aos imperadores pagãos da Tetrarquia. Numa primeira etapa, nos capítulos sete, oito, nove, dezoito e trinta e oito, Lactâncio define suas imagens. Numa segunda etapa, nos capítulos trinta e três, trinta e oito, quarenta e dois, quarenta e três, quarenta e sete, quarenta e nove, cinquenta e cinquenta e um, em razão de suas imagens negativas e suas atitudes contra os cristãos, faz-se presente a atuação de Deus contra alguns dos imperadores da Tetrarquia e seus familiares.

Sendo assim, nesta primeira etapa, o próximo a integrar a galeria dos perseguidores em *De mortibus persecutorum* é Diocleciano, fundador da Tetrarquia:

Maquinador malévolo e celerado, Diocleciano teimou em tudo destruir, nem pôde impedir de pôr a mão sobre Deus. Pode-se dizer que sua cobiça, junto com seu medo, foi a perda do mundo [...]. Pelo que o terror estava por toda a parte, fragmentou ao infinito as províncias, e eis que vários governadores e múltiplos serviços públicos esmagaram cada país, quase cada cidade: estavam, por toda a parte, funcionários de finanças, magistrados e vigários dos prefeitos. Ora se via bem raramente esses homens da justiça ocupados de negócios civis: eles não eram zelosos que em condenar e proscrever [...].

[...]. A aquilo se acrescentou em Diocleciano uma paixão de construir nunca satisfeita, e esmagava as províncias para o fornecimento dos operários, dos artesãos, dos carros e de tudo aquilo que é necessário para as construções [...].

[...]. E, esses casarões terminaram ao preço da ruína das províncias, o imperador pronunciava: “Eis bem um mau trabalho: é necessário refazer tudo de outra maneira”. Seria necessário abater e

transformar esses edifícios, deixados talvez para tudo demolir uma vez mais. É ainda que, sem cessar, servia-se sua loucura, que era de fazer Nicomédia igual a Roma. (*De mort.*, VII)

Na passagem previamente selecionada, Diocleciano é definido como maquinador malévolo e celerado – *Diocletianus, qui scelerum inuentor et malorum machinator fuit* –, de cupidez edificante – *cupiditas aedificandi* – e sempre demente – *semper dementabat*. No que diz respeito ao seu governo, é caracterizado como de exploração econômica, opressão fiscal e desorganização administrativa. Como abordamos na introdução, as atitudes de Diocleciano tiveram como meta a reorganização do Império Romano. Dessa maneira, argumentamos que Lactâncio confere um sentido pejorativo ao reinado de Diocleciano como forma de enfatizar o referido soberano pagão enquanto malévolo e perseguidor.

A comparação entre Diocleciano e Maximiano²³ e a descrição deste, um dos imperadores da Tetrarquia, é o que se segue:

[...] Eles não diferiam que sobre um ponto: Diocleciano era mais cúvido, mas também mais timorato, ao passo que Maximiano, talvez menos ávido, era mais audacioso, não para fazer o bem, mas para fazer o mal. Dispondo da sede mesma do Império, a Itália, e tendo sob sua dominação as províncias mais opulentas, uma África, uma Espanha, Maximiano velava menos ciosamente sobre riquezas que se ofereciam a ele, em abundância [...].

Na verdade, a paixão que devorava esse príncipe pestífero não era somente de desencaminhar as jovens pessoas – coisa já odiosa e detestável – mas, mais ainda, lhe era necessário violar as filhas dos cidadãos de primeira condição. Para qualquer lugar que ele se dirigia, se trazia imediatamente – de acordo com sua discricção – virgens arrancadas dos braços de seus pais [...].

²³ Maximiano é imperador do ano 286 ao ano 305. Ele é feito soberano por Diocleciano, no ano 286, sendo responsável pela Itália e pela África, abdicando junto com Diocleciano em 305. Em relação à perseguição aos cristãos, ela se faz presente nos territórios controlados por Maximiano, mas não com a mesma intensidade que no Oriente. Por sua vez, no Oriente, nos locais dominados por Diocleciano, Galério e Maximino Daia, a perseguição aos cristãos é mais severa.

Eu não digo nada de Constâncio que, bem diferente de seus colegas, era digno de exercer sozinho o Império do mundo. (*De mort.*, VIII)

Maximiano é caracterizado como audacioso para praticar o mal, como homem pestífero – *homo pestiferus* –, corruptor de pessoas jovens – *corrumpendos mares* – e violador das filhas de cidadãos nobres – *uiolandas primorum filias*. Em contrapartida, o imperador Constâncio Cloro, é caracterizado como um homem digno – *dignus* –, capaz de exercer sozinho o governo do Império. Constâncio Cloro é o primeiro representante do bem a aparecer em *De mortibus persecutorum*, em razão de, na época de seu reinado, não ter aplicado o edito de perseguição contra os cristãos, com todo o rigor, em seus territórios.

O próximo soberano da Tetrarquia a ser retratado por Lactâncio é Maximiano Galério²⁴, genro de Diocleciano, como se nota abaixo:

Mas o outro Maximiano (Galério), do qual Diocleciano tinha feito seu genro, era pior, não somente que esses dois tiranos que nossa época aprendeu a conhecer, mas que todos os que nunca foram malvados. Havia nessa besta feroz, uma barbárie natural, uma selvageria estrangeira ao sangue romano. Nada de espantoso: sua mãe não era ela uma mulher do além do Danúbio, que tinha passado o rio para se refugiar na Nova Dácia quando das incursões dos Carpos em seu país? O físico de Galério respondia ao seu caráter: tamanho elevado, gordura enorme que fazia dele uma massa de carne horrivelmente inchada e inflada. Brevemente, o som da sua voz, seus gestos, seu aspecto, mergulhavam todo o mundo no receio e no terror. Seu sogro mesmo tinha dele um medo terrível. (*De mort.*, IX)

Maximiano Galério é tido como o mais malévolos de todos os tiranos, além de besta – *bestia* – detentora de uma barbárie natural – *naturalis barbarie*. Fisicamente,

²⁴ Galério ocupa o cargo de soberano do ano 293 – quando é feito César por Diocleciano – ao ano 311 – quando morre em virtude de uma moléstia desconhecida, provavelmente câncer –. Galério, controlando a Grécia e as províncias danubianas, é outro que aplica o edito de perseguição contra os cristãos em suas regiões de comando.

Galério apresenta traços disformes, tais como o tamanho elevado, gordura imensa e uma massa de carne horrivelmente inchada e inflada. Somado a tais características, o som da voz, os gestos e a aparência incutem medo nas pessoas.

Depois de Galério, Maxêncio²⁵ é a personagem seguinte a ser caracterizada por Lactânio:

[...] Com efeito, Maximiano tinha um filho, Maxêncio, genro de Galério, homem de espírito malfazejo e perverso, tão orgulhoso e tão teimoso que recusava obstinadamente a adoração a seu pai e a seu sogro, isto que o tinha feito tomar aversão por um e por outro. (*De mort.*, XVIII)

Maxêncio é caracterizado como sendo homem de mente perniciososa e malévola – *homo perniciosae ac malae mentis* –, orgulhoso e teimoso a tal ponto que não exprime respeito por seu pai ou seu padrasto.

O último imperador pagão da Tetrarquia descrito na obra é Maximino Daia²⁶:

[...]. A enormidade do crime ultrapassa o poder da língua. Seus eunucos, seus fornecedores estavam por toda a parte. Onde quer que se encontrasse uma beleza um pouco notável, era necessário tirar do pai, de um esposo. Mulheres nobres, virgens, de todas se arrancavam as vestimentas, examinava-se cuidadosamente cada local de suas pessoas, para que nenhuma parte não fosse indigna da cama do príncipe. Uma ou outra que recusava o príncipe, afogava-a, como se, sob o reinado desse devasso, o pudor tivesse sido um crime de lesa-majestade. Diversos esposos mesmo se mataram, não podendo

²⁵ Maxêncio sobe ao poder no ano 306, como usurpador, permanecendo até o ano 312, quando é derrotado por Constantino na batalha sobre a ponte Mílvia. Controlador dos territórios da Península Itálica e do Norte da África, em relação aos cristãos, não dá seqüência à política religiosa da Tetrarquia. Toma atitudes restritivas contra os cristãos devido à usurpação de Domício Alexandre (308-311), no Norte da África. Em seguida ao triunfo sobre Domício Alexandre, ordena a devolução das posses dos cristãos que tinham sido apreendidas pelo Estado. Mesmo assim, por ter perseguido, mesmo que não com tanta intensidade, figura na lista de perseguidores (Silva, 2006:252).

²⁶ Maximino Daia reina durante oito anos, de 305 até 313. Segundo Plumtre (1994:710), no que toca à perseguição aos cristãos, são perseguidos em províncias da Ásia, na Síria e no Egito. O mesmo autor, baseado em Eusébio de Cesaréia, indica que célebres cristãos são torturados e mortos, dentre os quais, Apiano, Agápio – lançado no anfiteatro de Cesaréia, para lutar com um urso –, Teodósia – afogada –, aqueles de Feno, na Palestina – são mandados para as minas –, Silvano, bispo de Emesa – lançado num covil de animais ferozes – e Pedro, bispo de Alexandria – decapitado.

suportar a dor de ver desonrar mulheres que adoravam por sua castidade e sua fidelidade. Sob o reinado desse monstro, não havia para o pudor qualquer salvaguarda, a menos que uma fealdade insígnia não viesse a desencorajar a lubricidade desse bárbaro. Foi ele, enfim, quem introduziu o costume de não mais permitir qualquer casamento sem sua autorização expressa, a fim de ser ele mesmo o primeiro a degustar as satisfações de cada hímen. Ele fazia esposar para seus escravos jovens meninas de nascimento livre que havia deflorado [...]. (*De mort.*, XXXVIII)

Segundo Lactâncio, Maximino Daia é detentor de um furor lúbrico, desrespeitador de mulheres nobres e virgens, assassino daquelas que recusam sua cama, devasso, monstro – *monstro* – e bárbaro – *barbarus*. Em razão de seus atos, pais sofrem, esposos se matam e casamentos deixam de ser realizados.

Neste momento, gostaríamos de retomar os imperadores perseguidores e as palavras e expressões utilizadas para defini-los. Os imperadores perseguidores são Nero, Domiciano, Décio, Valeriano, Aureliano, Diocleciano, Maximiano, Galério, Maxêncio e Maximino Daia. As palavras e expressões usadas para defini-los são: tirano execrável e besta malfazeja; tirano e detentor de mãos ímpias; animal execrável, louco natural; maquinador malévolo e celerado, cupidez edificante e sempre louco; homem pestífero, corruptor de pessoas jovens, violador de filhas de cidadãos nobres; besta e detentor de uma barbárie natural; mente perniciososa e malévola; desrespeitador de mulheres nobres, virgens, e monstro.

Agora, após as definições das imagens de Diocleciano, Maximiano, Galério, Maxêncio e Maximino Daia, segue a segunda etapa, aquela referente à ação de Deus contra alguns dos referidos soberanos e seus familiares. Na continuação, abordaremos a atuação de Deus contra Galério, Diocleciano e Maximino Daia.

De acordo com Lactâncio, em razão de Galério ser perseguidor de cristãos, Deus volta-se contra ele, atingindo-o com uma doença incurável. Conseqüentemente, a morte de Galério age em favor de Constantino, tendo em vista que elimina um soberano pagão

rival. No que tange ao verdadeiro motivo da morte de Galério, acredita-se que tenha morrido vítima de câncer. Sendo assim, a explicação de Lactâncio a respeito da morte de Galério, por causa de uma doença incurável, tem por objetivo reforçar, em tons dramáticos, o discurso de que Deus pune os soberanos perseguidores.

E agora, quando Galério estava no décimo oitavo ano de seu reinado, Deus golpeou-o com uma praga incurável. Uma úlcera maligna formou-se secretamente em suas partes íntimas, espalhando-se por etapas. Os médicos se esforçaram em erradicá-la, e cicatrizaram o local afetado. Mas a ferida, após ter sido cicatrizada, rompeu novamente, [...]. Entretanto, o sangue foi detido, apesar da dificuldade. Os médicos tiveram de empreender suas operações mais uma vez, e, finalmente, cicatrizaram a ferida. [...]. A úlcera começou a ficar insensível aos remédios aplicados, e uma gangrena tomou todas as regiões vizinhas. A gangrena disseminou-se amplamente, quanto mais se cortava a carne pútrida, e cada coisa empregada como recurso de cura apenas serviu para agravar a doença [...].

Já se aproximando de sua crise fatal, a gangrena havia ocupado as regiões mais baixas de seu corpo, suas entranhas saíram, e todo seu traseiro apodreceu. Os médicos infelizes, posto que sem esperança de superar a doença, não cessaram de aplicar fomentações e administrar medicamentos. As extravagâncias foram repelidas, a doença atacou seus intestinos, e vermes foram gerados em seu corpo. O fedor era tão podre que penetrou não apenas o palácio, mas mesmo toda a cidade [...].

Em razão de uma complicação proveniente de desarranjos, as diferentes partes de seu corpo tinham perdido seu formato natural: a parte superior estava seca, descarnada e pálida, e sua pele de aparência medonha tinha se aprofundado entre seus ossos, enquanto a parte inferior do corpo, dilatada como bexigas, não retinha aparência de articulações [...], Galério foi obrigado a reconhecer Deus, e gritou nos intervalos da dor devastadora que reedificaria a Igreja que tinha demolido [...]. (*De mort.*, XXXIII)

Na visão de Lactâncio, o imperador Galério recebe um atroz castigo de Deus, no caso, uma doença incurável. Em razão de tal moléstia, uma úlcera irrompe em suas partes íntimas. Médicos são convocados, mas sempre após as cicatrizações, hemorragias brotam, sendo Galério vítima de sofrimento ininterrupto. Na seqüência, vem à tona uma gangrena, espalhando-se por diversas porções do corpo. Com relação ao fato de que

vermes foram gerados no corpo e o fedor era tão intenso que ultrapassou os limites do palácio, tendo atingido a cidade, além da perda do formato natural, tanto da parte superior quanto da parte inferior do corpo, argumentamos que são exageros simbólicos, como forma de enfatizar a severidade do castigo aplicado a Galério. Por fim, o referido soberano pagão, consciente da ira do Deus cristão, decide promulgar um edito de tolerância. No caso, faz-se referência ao edito do ano 313, o qual põe fim à perseguição aos cristãos nos últimos locais em que eram perseguidos. Dessa maneira, Lactâncio argumenta que Galério publicou o referido edito em razão de seu sofrimento ininterrupto. Após todas as considerações anteriores, não podemos esquecer de dois elementos: a) Galério foi perseguidor de cristãos e b) tentou obstar a carreira de Constantino. Assim, Deus, ao eliminar Galério, elimina não apenas um perseguidor, mas um concorrente de Constantino ao poder imperial.

Logo após Galério, Deus castiga outro perseguidor, o imperador Diocleciano. Este também é vítima de uma doença desconhecida, que provoca perturbações psicológicas. Sobre a morte de Diocleciano, sabemos que ocorreu em razão de uma doença, possivelmente no ano 313. Acredita-se que a moléstia tenha sido fruto de sua idade já avançada. Lactâncio relata que a moléstia de Diocleciano é um castigo de Deus, narrando que sua morte é um grande sofrimento e retomando o discurso de que Deus não deixa de cumprir seus julgamentos contra os perseguidores e de auxiliar seu enviado, o imperador Constantino.

Por conseguinte, Diocleciano viveu para ver uma desgraça que nenhum imperador anterior havia jamais visto, e, sob duplo peso de uma aflição de espírito e de doenças corporais, resolveu morrer. Lançando-se de um lado para o outro, com sua alma agitada pelo desgosto, não podia comer ou descansar. Ele lamentou, gemeu, chorou freqüentemente e se jogou em várias posturas, agora sobre seu lugar de descanso, agora sobre o solo.

Ainda esse imperador, durante vinte anos, o favorito da fortuna, reduzido por Deus a uma existência obscura, coberto por insultos que lhe fizeram a vida um terror, se deixou morrer de fome e tristeza (*De mort.*, XLII.).

A morte de Diocleciano dá-se em virtude de dois fatores: a) aflição de espírito e b) moléstias corporais. Como conseqüência da aflição, é vítima de agitação, não conseguindo alimentar-se ou descansar. Agindo como um louco, lança-se sobre diversos locais, não conseguindo manter-se parado. Finalmente, reduzido por Deus a uma existência obscura – com base em tal trecho, sua renúncia parece ser considerada por Lactâncio como fruto de uma intervenção anterior de Deus contra o poder de Diocleciano – e coberto por insultos, morre de fome e tristeza.

Agora, no ano 313, na luta entre Licínio e Maximino Daia, em virtude da disputa da porção Oriental do Império Romano, Deus impede o triunfo militar e político de Maximino Daia:

[...]. Os licinianos avançam e penetram nas linhas inimigas, onde os soldados, aterrorizados, não podem nem desembainhar suas espadas, nem lançar suas flechas. Maximino percorre o campo de batalha e se esforça em abalar os soldados de Licínio, ora por suas orações, ora por seus presentes. Nenhuma parte o escuta. Um ataque é lançado contra ele, e se refugia entre os seus. Seu exército se deixa ser abatido sem retorquir: um tão grande número de legiões, tal massa de soldados era ceifada por um punhado de homens. [...]. Marchando como vítimas consagradas à morte, e não como guerreiros que vão para o combate, é assim que o Deus Supremo os entregou aos seus inimigos, que não tiveram mais que os degolar. Já o sol estava coberto de uma massa de cadáveres. Maximino viu que o combate tomou uma outra aparência que aquela que esperava. Ele abandonou a púrpura, tomou uma vestimenta de escravo, fugiu e atravessou o estreito [...]. (*De mort.*, XLVII)

Segundo Lactâncio, Deus atua contra Maximino Daia de diversas maneiras: a) no momento da peleja, seus soldados são tomados pelo pânico, não sendo capazes de

desembainhar suas espadas ou lançar suas flechas; b) seus soldados são mortos sem qualquer resistência; c) um número considerável de combatentes é ceifado por poucos soldados de Licínio e d) os combatentes de Maximino Daia são posicionados para que sejam degolados. Dessa maneira, à parte os excessos narrados por Lactâncio, há a punição dos combatentes do último soberano perseguidor. Finalmente, em razão do abatimento de seus combatentes, Maximino Daia veste-se de escravo e foge do local de combate.

Depois do abatimento dos soldados de Maximino Daia, este, o último imperador pagão perseguidor, da Tetrarquia, é o próximo a ser eliminado, como se nota abaixo:

Ora, Licínio perseguiu o tirano com seu exército, aquele ali (Maximino Daia), em fuga, bateu em retirada e ganhou os desfiladeiros do monte Tauro. Ele se esforçou em barrar a rota construindo abrigos e torres. Maximino Daia foi desalojado pelos vencedores, que destruíram todos os obstáculos, e procurou, enfim, refugiar-se em Tarso. Doravante, vendo-se bloqueado do lado da terra e do lado do mar, não esperando encontrar qualquer asilo, em sua ansiedade e terror, buscou a morte como único remédio daqueles males que Deus tinha acumulado sobre sua cabeça. De início, encheu-se de comida e fartou-se de vinho, como fazem aqueles que acreditam fazer uma boa alimentação pela última vez. Foi nesse estado que ele absorveu o veneno. Entretanto, o efeito do veneno, rejeitado por seu estômago cheio, não pôde se realizar imediatamente, produziu uma dolorosa doença, parecendo uma pestilência, sendo sua vida prolongada somente para que seus sofrimentos pudessem ser mais severos. Então, o veneno começou a devastar, a consumir tudo dentro dele, de maneira que foi direcionado para a perturbação com uma intolerável dor. Durante um impulso de loucura, que durou quatro dias, ele apanhou punhados de terra, vorazmente devorava-a. Tendo suportado vários e torturantes momentos, investiu sua testa contra a parede, seus olhos saltaram das órbitas. Agora, após ter perdido a vista, teve uma visão: Deus lhe apareceu no meio de seus servidores vestidos de branco, em ato de lhe julgar [...]. É assim que, empurrado por gemidos, como um homem queimado vivo, ele rendeu sua alma culpada nos sofrimentos de uma morte horrível. (*De mort.*, XLIX)

O sofrimento de Maximino Daia é organizado em fases: a) após ter se empanturrado de bebida e comida, sorve veneno, mas o efeito do veneno não se faz imediatamente; b) uma dolorosa doença vem à tona; c) o veneno queima as entranhas; d) em razão da dor, devora punhados de terra; e) após bater a testa contra a parede, perde a visão e f) finalmente, perece. Quando perto da morte, Deus surge, julgando-o e estabelecendo a sentença, no caso, a execução. Aqui se encerra a punição de Deus contra os imperadores pagãos. Na seqüência, alguns de seus familiares também recebem a punição de Deus.

A partir do capítulo cinqüenta, Deus exprime Sua Providência, Seu julgamento e Sua ira contra alguns dos familiares dos soberanos perseguidores. Os familiares punidos por Deus são, em ordem; Candidiano (filho adotivo de Valéria), Severiano (filho de Severo), a ex-mulher de Maximino Daia e seus dois filhos pequenos.

Desta maneira, Deus triunfou sobre todos aqueles que perseguiram Seu nome, nem descendência e nem ramificação deles restou. Com efeito, Licínio, tão logo foi estabelecido na autoridade soberana, ordenou que Valéria fosse executada. Daia, sempre irritado com ela, nunca ousou matá-la, nem mesmo após sua derrota e fuga, quando soube que seu fim se aproximava. Licínio também ordenou que Candidiano deveria ser executado. Candidiano era o filho de Galério com uma concubina, e Valéria, não tendo crianças, o havia adotado. [...] O jovem, apresentando-se em Nicomédia, queria ser tratado com consideração, quando não suspeitou qualquer mal, foi morto. Prestando atenção nessa catástrofe, Valéria fugiu imediatamente. O imperador Severo deixou um filho, Severiano, que, já adulto, acompanhou Daia em sua fuga do campo de batalha. Licínio fez- condena-lo à morte, sob o pretexto de que, acerca da morte de Daia, Severiano tinha pretensões de assumir a púrpura imperial [...].

Licínio também condenou à morte Máximo, o filho de Daia, um menino de oito anos, e uma filha de Daia, que estava com sete anos e ficou noiva de Candidiano. Anteriormente, a mãe das crianças foi lançada no Oronte, no mesmo rio em que havia ordenado o afogamento de mulheres virgens. Assim, todos os ímpios, por um justo decreto de Deus, sofreram os males que tinham infligido (*De mort.*, L)

Licínio é o indivíduo utilizado por Deus para exterminar alguns familiares dos ex-imperadores. Os indivíduos abatidos são, pela ordem: Candidiano, após sua apresentação na cidade de Nicomédia; Severiano, que poderia vir a deter o cargo de imperador; a ex-mulher de Maximino Daia e seus dois filhos, um menino de oito anos e uma menina de sete anos. Todos os familiares pagãos são definidos como ímpios – *impii* – e, pelo justo julgamento de Deus, são condenados à morte.

Os últimos a serem executados são Valéria e sua mãe. Ambas, apesar da fuga e da tentativa de escapar impunes à sentença estabelecida por Deus, finalmente são abatidas:

Valéria, também, que por quinze meses havia vagado sob uma pobre vestimenta de província em província, por fim, foi descoberta em Tessalônica e capturada, juntamente com sua mãe, Prisca, sofrendo a punição capital. As duas damas foram conduzidas para a execução, um abandono da grandeza que estimulou a piedade da multidão de espectadores os quais a estranha visão havia aglomerado no mesmo lugar. Elas foram degoladas, e seus corpos lançados ao mar. Então a conduta casta de Valéria e sua alta posição social, assim como a posição social de sua mãe, provaram-se fatais. (*De mort.*, LI)

Valéria e sua mãe, após quinze meses de fuga, são encontradas disfarçadas de pobres, na cidade de Tessalônica. Após serem sentenciadas, são degoladas, sendo os corpos atirados ao mar. Sendo assim, aqui se fecha a seqüência de punições e mortes, seja de alguns dos imperadores pagãos perseguidores, seja de alguns de seus familiares.

Após a análise da aplicação da Providência, do juízo e da ira de Deus no Império Romano e a destruição dos usurpadores do poder imperial e seus familiares, trataremos da história triunfalista cristã, da apresentação de Constantino na obra como um salvador, mesmo antes de sua ascensão ao poder, de sua vitória sobre Maxêncio na batalha da ponte Mílvia e quando da publicação das diretrizes favoráveis aos cristãos, que acabou com as perseguições na porção Ocidental do Império.

3.2 – A concepção triunfalista de História

A história triunfalista começa no capítulo dezessete, quando da apresentação de Constantino como um herói salvador,²⁷ antes de vir a ser proclamado soberano. Neste tópico, é importante observar que Constantino é descrito somente de maneira positiva. Outro fator que deve ser levado em consideração é o fato de que as palavras e expressões positivas presentes na obra auxiliam na construção de uma identidade para os próprios cristãos ao converterem Constantino num herói providencial.

²⁷ Girardet (1987), primeiramente, aborda um evento ocorrido na época da quarta República Francesa, especificamente no ano de 1951, quando o Senhor Pinay é oficializado presidente do Conselho, pela Assembléia Nacional. De um indivíduo comum, vem a ser um herói salvador, um representante dos anseios de grande parte dos franceses. Alguns fatores contribuem para a condição de herói salvador reconhecida no Senhor Pinay: a) local de nascimento, uma província “média”; b) o meio social de procedência também é médio, o pai é pequeno industrial e a mãe, de origem camponesa; c) foi um soldado da Primeira Guerra Mundial, tendo obtido medalha militar; d) galga as posições da vida pública lentamente, desde conselheiro municipal até deputado. Depois de dez anos de dúvidas e provações, além da vontade de estabilidade por parte dos franceses, a figura do Senhor Pinay se faz presente como a de alguém que pode proporcionar estabilidade ao país. Em segundo lugar, Girardet, citando o poema *Tête d’Or*, composto por Claudel, no ano de 1890, informa que o poema trata do herói salvador, de um indivíduo que representa os anseios da coletividade. O relato de Claudel é organizado em três partes: a) a convocação; b) o poder e o triunfo e c) a aflição. O adolescente vagabundo Simon Agnel, captando os anseios do povo, cansado do sistema vigente, torna-se o general *Tête d’Or*, após matar o velho imperador, chefe do poder em voga, conquistando um número cada vez maior de territórios, até que é vencido e morto. É aos insatisfeitos de todos os graus que *Tête d’Or* volta seu discurso. Tanto o Senhor Pinay quanto o *Tête d’Or* são homens providenciais, atuantes na realidade em que se encontram, guias e salvadores. Entretanto, são heróis distintos. O Senhor Pinay é um herói da normalidade, segundo os padrões do sistema, não combatendo os adversários por meio da força. O *Tête d’Or* é herói da exceção, combatendo os adversários por meio da força. Em relação ao herói salvador de nossa dissertação, o imperador Constantino, este detém uma trajetória triunfante: a) filho de Constâncio Cloro, provavelmente de origem nobre, soberano não perseguidor de cristãos, se não cristão, um simpatizante do cristianismo; b) filho de Helena, segundo os escassos vestígios, mulher de procedência humilde; c) instruído nas cortes de dois soberanos pagãos, Diocleciano e Galério; d) vencedor de diversas tribos bárbaras; e) proclamado chefe de exército pelos soldados do pai; f) não perseguidor de cristãos; g) vitorioso perante os soberanos pagãos perseguidores e h) primeiro soberano cristão, ou simpatizante do cristianismo, criador de leis favoráveis aos cristãos. Constantino surge num instante de conturbação em diversos campos, especificamente político, militar e religioso. Após seus triunfos político, militar e religioso, estabelece um período de paz e ordem, do ano 312 até o ano 337. Em razão de ser filho de um homem possivelmente nobre e de uma mãe de origem humilde, de ter sido educado em ambientes eruditos, de ter derrotado diversas tribos bárbaras, de ter sido feito chefe de exército pelos soldados, de não ter perseguido os cristãos, de ter se sagrado vencedor sobre soberanos pagãos e de ter sido o primeiro soberano, senão cristão, simpatizante do cristianismo, a promulgar leis em favor dos cristãos, Lactâncio constrói a imagem de Constantino como um herói salvador.

Constâncio também tinha um filho, Constantino, um homem jovem de muito grande valia, e bem merecedor do alto posto de César. A ilustre beleza de sua figura, sua estrita atenção a todos os deveres militares, sua virtuosa conduta e singular afabilidade fizeram-no estimado pelas tropas, e fizeram-no a escolha de cada indivíduo. (*De mort.*, XVIII.).

Constantino, o filho do imperador Constâncio Cloro, é um homem jovem, de muito grande valia, digno da posição de César, de figura bela, atencioso em relação aos deveres militares, de comportamento virtuoso, de singular afabilidade e prezado pelos soldados. Constantino é o segundo imperador representante do bem a aparecer em *De mortibus persecutorum*, o primeiro e único a ser definido com inúmeras qualidades por Lactâncio. Assim o é em virtude de, na época de seu reinado (306-337), como explicado no tópico “A nova ordem imperial”, ter tomado muitas atitudes favoráveis aos cristãos, vindo a ser o ponto de virada em favor dos cristãos no Império Romano. Constantino é descrito de maneira especial por Lactâncio, como um salvador, como o soberano ideal para o Império. A partir daí, contando com a proteção de Deus, sairá ileso de algumas tramas de seus adversários políticos, além de obter a mais importante vitória militar, na concepção de Lactâncio, que é aquela sobre Maxêncio, na batalha da Ponte Mílvia, em 312.

O segundo momento da história triunfalista é quando Constantino vem a ser proclamado soberano, em seguida à morte de Constâncio Cloro. Em razão da morte iminente do pai, no ano 306, na região da Bretanha, Constantino é chamado para encontrá-lo. Sabedor de que Constantino poderia vir a assumir o exército do pai, Galério, que mantinha Constantino em sua corte, põe em prática maquinações que deixam Constantino em perigo de morte. No entanto, Deus posiciona-se em favor de Constantino, livrando-o das maquinações. Em relação aos estratagemas de Galério, gostaríamos de destacar que, provavelmente, são invenções de Lactâncio objetivando a

reforçar a imagem de Galério enquanto maquinador e perseguidor e a imagem de Constantino enquanto protegido por Deus.

Constâncio, tendo ficado excessivamente doente, escreveu para Galério e requisitou que seu filho Constantino pudesse ser enviado para que ele o visse [...]. Pelo contrário, Galério tramou repetidas armadilhas pela vida daquele jovem homem (Constantino), não ousou usar de violência aberta, temendo que poderia despertar guerras civis contra si, e incorrer naquilo que mais temia, o ódio e o ressentimento do exército. Sob pretexto de exercício e recreação, Galério fez Constantino combater com bestas selvagens. Entretanto, esse plano foi frustrado, pelo que o poder de Deus protegeu Constantino, e no momento de perigo resgatou-o das mãos de Galério. Por fim, Galério, quando ele não pôde mais evitar cumprir a requisição de Constâncio, numa noite deu a Constantino uma autorização para partir, e ordenou-lhe sair na próxima manhã, com os despachos imperiais. Galério também tramou encontrar algum pretexto para deter Constantino, para adiante ordenar a Severo detê-lo no caminho. Constantino percebeu sua proposta e, após o jantar, quando o imperador (Galério) foi descansar, afastou-se depressa, levou à força das principais estalagens todos os cavalos mantidos pelas despesas públicas [...], Constantino, viajando com inacreditável rapidez, alcançou seu pai, que já estava quase a expirar [...].

Constantino Augusto, tendo assumido o governo, teve como primeira responsabilidade restaurar aos cristãos o exercício de sua adoração a Deus, começando sua administração para restaurar a sagrada religião. (*De mort.*, XXIV)

Na percepção de Lactâncio, Deus atua em benefício de Constantino de diversas maneiras: a) poupando-o de ser morto por bestas selvagens; b) possibilitando-lhe fugir da corte de Galério e c) propiciando o encontro com Constâncio Cloro e a obtenção do cargo de imperador. Segundo Lactâncio, duas armadilhas foram planejadas por Galério: a) a luta de Constantino com bestas selvagens e b) o adiamento da partida de Constantino para o outro dia, visando a sua interceptação por Severo. No entanto, todas as duas armadilhas não se concretizaram, em razão da intervenção de Deus.

A terceira etapa da história triunfalista é quando Constantino vence Maxêncio, no ano 312, na batalha da ponte Mílvia, tornando-se único senhor do Ocidente. No referido ano, num instante decisivo pela disputa do poder no Ocidente, dois imperadores disputam o controle de tal porção do Império Romano: Constantino e Maxêncio. Ambos se enfrentam, pela última vez, em 28 de outubro de 312. Constantino, contando com a ajuda de Deus, em diversas ocasiões, antes e durante a luta, triunfa sobre Maxêncio, como se observa:

E agora, uma guerra civil rompeu entre Constantino e Maxêncio. [...]. Em forças, Maxêncio excedia seu adversário, pelo que não tinha somente o exército do pai, o qual recebeu de Severo, mas também o seu próprio, o qual ele havia recentemente reunido além da Mauritânia e da Itália. [...]. Neste meio tempo, Constantino, com inabalável coragem e uma mente preparada para cada evento, liderou todas suas forças para a vizinhança de Roma, acampando-as no lado oposto ao da Ponte Mílvia [...]. Constantino foi instruído num sonho a fazer o sinal celeste delineado sobre os escudos de seus soldados e prosseguir para a batalha. Constantino fez como lhe foi comandado, marcou sobre os escudos dos soldados a letra X, com uma linha perpendicular desenhada de lado a lado da letra X, voltando-se até o topo, sendo a escrita de Cristo. Tendo esse sinal (XP), suas tropas levantaram as armas. Os inimigos avançaram, mas sem seu imperador, cruzaram a ponte. Os exércitos se encontraram, lutaram com o máximo emprego de suas forças [...].

[...], uma rebelião rompeu em Roma, Maxêncio foi insultado como alguém que havia abandonado toda preocupação com a segurança da comunidade. Subitamente, enquanto exibia os jogos circenses a respeito do aniversário de seu reinado, o povo gritou com uma voz: Constantino não pode ser vencido! Desanimado com isso, Maxêncio saiu da assembléia, tendo convocado alguns senadores, ordenou que os livros sibílicos fossem pesquisados. Neles, foi encontrado que: No mesmo dia, o inimigo dos romanos deveria perecer. Baseado nessa resposta e na esperança da vitória, foi para o campo de batalha.

A ponte foi avariada em sua retaguarda. Um sinal de que a batalha tornou-se mais violenta. A mão de Deus prevaleceu, as forças de Maxêncio foram dispersadas. Ele seguiu em direção à ponte

quebrada, a multidão pressionando-o, foi impulsionado de cabeça para baixo, dentro do rio Tibre. Essa guerra atroz está, enfim, terminada [...]. (*De mort.*, XLIV)

Deus intercede várias vezes em favor de Constantino, antes e durante a batalha da Ponte Mílvia. Dentre as intervenções estão: a) prudência no dia anterior ao combate; b) aviso, num sonho, de que deveria apor um sinal nos escudos dos soldados para que obtivesse a vitória; c) dispersão dos soldados de Maxêncio no local da batalha; d) queda de Maxêncio no rio Tibre, com sua morte por afogamento, e e) Constantino vem a ser soberano único no Ocidente. Conseqüentemente, os cristãos não vivenciam mais perseguições nessa porção do Império Romano. Finalmente, para Lactâncio, o triunfo de Constantino sobre Maxêncio é encarado como o ponto de virada em favor dos cristãos no Império Romano.

O quarto e último momento da história triunfalista é o pseudo-edito de Milão divulgado pelos imperadores Constantino e Licínio, especificamente Constantino, no ano 313. Destacamos Constantino pelo fato de seu nome vir antes do nome de Licínio e por ser o soberano favorito de Deus, de acordo com Lactâncio. O texto do pseudo-edito, conservado por Lactâncio, estabelece diversas medidas favoráveis aos cristãos:

[...] Eu, Constantino Augusto, assim como eu, Licínio Augusto, felizmente reunidos em Milão, [...], nós acreditamos dever normatizar, em primeiro lugar, entre outras disposições de natureza a assegurar, segundo nós, o bem da maioria, aqueles sobre os quais repousa o respeito pela divindade, por assim dizer, dar aos cristãos como a todos, a liberdade e a possibilidade de seguir a religião de sua escolha, a fim de que tudo isso que há de divino na estada celeste possa ser benevolente e propício a nós e a todos aqueles que se encontram sob nossa autoridade. [...]. Convém então que Sua Excelência saiba que nós decidimos, [...], abolir as estipulações que nos pareciam infelizes e estrangeiras a nossa indulgência, e permitiremos, daqui por diante, a todos aqueles a determinação de observarem a religião dos cristãos, de fazê-lo livremente e completamente, sem serem inquietados ou molestados.

Nós cremos dever portar ao conhecimento de Sua Solicitudude essas decisões em todo seu entendimento, para que saibas bem que nós atribuimos aos ditos cristãos a plena e inteira permissão de praticarem sua religião.

[...] Além disso [...]: os locais onde os cristãos tinham anteriormente o hábito de se reunirem, e ao assunto do qual as cartas previamente endereçadas aos teus escritórios continham instruções particulares (os bens confiscados dos cristãos), devem ser-lhes devolvido sem necessidade de pagamento e sem qualquer exigência de indenização [...].

[...] Assim, da ruína da Igreja até sua restauração, passaram-se cerca de dez anos e quatro meses (*De mort.*, XLVIII)

Quando Constantino e Licínio se encontram em Milão, fixam algumas diretrizes a serem aplicadas no campo religioso e político. As diretrizes são: a) liberdade de culto aos cristãos, o que acontece pela primeira vez no Império Romano; b) restituição de antigos locais de culto; c) ressarcimento dos bens outrora confiscados pelo Estado e d) o final oficial da perseguição aos cristãos no Ocidente. Assim, conclui-se a atuação de Deus em benefício de Seu representante no Império Romano e a história triunfalista cristã.

Por fim, gostaríamos de retomar e fazer uma ponderação acerca das palavras e das expressões utilizadas para definir o principal artífice da história triunfalista cristã, o imperador Constantino. As palavras e expressões usadas para defini-lo são: jovem de muito grande valia, digno do alto posto de César, possuidor de bela figura, estrita atenção a todos os deveres militares, virtuosa conduta, singular afabilidade e estimado pelas tropas, sendo o modelo de imperador ideal para o Império Romano e para os cristãos.

CONCLUSÃO

A época definida pela historiografia como Baixo Império Romano tem início no ano 284, com a ascensão do imperador Diocleciano, após um período de quase cinquenta anos de perturbações – final do Alto Império –, conhecido por Anarquia Militar. É nesse momento, entre o final do Alto e o começo do Baixo Império, que vive Lactâncio. Dessa maneira, objetivando indicar os acontecimentos testemunhados por esse autor, primeiramente retomaremos algumas características do final do Alto Império Romano e, na seqüência, retomaremos algumas características do começo do Baixo Império Romano – os governos de Diocleciano e Constantino (até 320). Do desfecho do Alto Império, salientamos, na esfera política, o papel preponderante do exército no estabelecimento de soberanos, as querelas civis e a dificuldade de os soberanos estabelecerem herdeiros no poder. No aspecto militar, os bárbaros deslocam-se para perto do *Limes*, invadindo o território romano, tanto no Ocidente quanto no Oriente. Na perspectiva econômica, amplificam-se as despesas com as tropas, com o aumento da residência do imperador e do governo, o número de escravos vem a ser menor, as cidades contam com menos habitantes e os nobres fogem da cobrança de tributos e da conjuntura das invasões. No âmbito religioso, duas decisões são dignas de realce: os editos de perseguição aos cristãos publicados pelos imperadores Décio (249-251) e Valeriano (253-260). No que está relacionado a Décio, é a primeira vez que o Estado romano oficializa a perseguição aos cristãos. A perseguição aos cristãos é breve e irregular entre as divisões administrativas do Império, já que resulta da posição dos governadores e das comunidades locais. No que se relaciona a Valeriano, é a segunda vez que o Estado romano oficializa a perseguição aos cristãos. No entanto, a duração da

perseguição é maior que a primeira, cerca de três anos, além de que a perseguição é mais severa.

Do início do Baixo Império, realçamos, do governo de Diocleciano, na esfera política, a edificação da Tetrarquia. Os indivíduos, chefes militares que se tornam soberanos, a serem chamados a compor a Tetrarquia são, pela ordem, Maximiano (286), Constâncio Cloro (292) e Galério (293). A Tetrarquia traz estabilidade política, facilitando e aperfeiçoando o controle das diversas regiões do Império. No campo administrativo, ocorre a multiplicação do conjunto de províncias, de governadores e repartições públicas. No contexto militar, há o aumento dos efetivos militares como maneira de garantir a segurança interna e externa. No quesito economia, os impostos sobem, resultando na debilidade do comércio, da fabricação artesanal e do giro monetário. No aspecto religioso, quatro editos são publicados, entre os anos 303 e 304, dando lugar às perseguições mais violentas e demoradas vivenciadas pelos cristãos no Império Romano.

Quanto ao reinado de Constantino, em razão de, no tópico denominado “A nova ordem imperial”, termos tratado de sua trajetória política e das atitudes religiosas favoráveis aos cristãos, abordaremos brevemente suas ações nos campos administrativo, militar e econômico. Assim, enfatizamos, quanto à administração, a reformulação do sistema administrativo, novas responsabilidades exigidas dos prefeitos do pretório e a destituição de Roma como núcleo de decisões do Império. Na perspectiva militar, encontra-se a formação de batalhões de soldados, cujo objetivo é responder rapidamente às tentativas de invasão em qualquer parte do território, a reorganização da autoridade militar e o aumento da quantidade de bárbaros entre os soldados. Economicamente, cobram-se novos tributos sobre riquezas e grupos sociais anteriormente não taxados.

Nesse contexto, Lactâncio é uma importante testemunha de todos os eventos descritos e relacionados ao final do Alto e começo do Baixo Império.

Após a exposição dos acontecimentos testemunhados por Lactâncio, entre o final do Alto e o início do Baixo Império, argumentamos que suas obras são valiosas fontes de informações a respeito do referido recorte temporal, sendo duas dessas obras, *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, exploradas na presente dissertação. No que se refere ao nosso estudo, destacamos que *De ira Dei* é o espaço em que Lactâncio constrói suas idéias acerca da Providência, do julgamento e da ira de Deus. O autor cristão constrói tais idéias à medida que debate sobre a Providência, o julgamento e a ira de Deus com diversos filósofos gregos, sendo os principais Epicuro de Samos, Protágoras de Samos e Zenão de Cício.

Em relação a Epicuro de Samos, Lactâncio estabelece somente discordância. A primeira discordância encontra-se na idéia de que Deus está afastado de Sua Criação, não se importando com os assuntos humanos. Dessa maneira, Deus não é Providência. Lactâncio argumenta que Deus não apenas se importa como também interfere nos rumos dos assuntos humanos. A segunda discordância está na concepção de que Deus não expressa quaisquer afeições em razão de Sua suprema perfeição. Por sua vez, Lactâncio aponta que Deus é tanto bondade quanto ira, um ser detentor de afeições humanas. No tocante a Protágoras de Samos, Lactâncio não concorda com a concepção de que Deus e Sua Providência não podem ser compreendidos. Segundo o autor, o conhecimento de Deus e de Sua Providência é possível, bastando a análise de Suas obras – os planetas, os animais, dentre outras –, e a compreensão da ordem e da harmonia com que o mundo e o universo são regidos. No que concerne a Zenão de Cício, Lactâncio estabelece conformidade, no campo da Providência, e dissonância, quanto a não expressão da ira. A concordância encontra-se na idéia de que Deus é ação

responsável pela estruturação e pela manutenção da boa disposição do universo e do mundo. Por sua vez, a discordância está na concepção de que Deus expressa bondade, mas não expressa ira.

Com respeito à obra *De mortibus persecutorum*, assinalamos que é o local em que a Providência, o julgamento e a ira de Deus são empregados, no sentido de produzir uma história triunfalista cristã. A Providência – interferência nos assuntos humanos –, o julgamento – observação e sentença sobre as atitudes das pessoas – e a ira – castigo – de Deus são aplicados nos imperadores pagãos perseguidores e a seus familiares. A história triunfalista cristã diz respeito ao soberano Constantino, desde o momento em que surge como um salvador, sendo descrito enquanto soberano ideal para assumir a direção do Império Romano, até sua vitória sobre Maxêncio, cessando as perseguições aos cristãos no Ocidente e estabelecendo medidas favoráveis à Igreja, como liberdade de culto e devolução de locais de encontro e bens que tinham sido confiscados pelo Estado.

No que toca ao campo teórico de nossa dissertação, trabalhamos com os conceitos de história, memória e identidade. De acordo com Le Goff (1990), diversos autores cristãos do Baixo Império foram influenciados pelo Antigo Testamento – principalmente o Gênesis e o Êxodo – na edificação de uma História, no sentido de trajetória. No Antigo Testamento, do Gênesis ao Êxodo, faz-se presente a Providência, o julgamento e a ira de Javé, que intercede em favor de Seu povo, os israelenses, desde Noé, o qual escapa ileso do Dilúvio, até Moisés, líder da libertação dos israelenses do Egito. Incluímos Lactâncio – no caso, inspirado no Gênesis, no Êxodo, em Números, no Deuteronômio e no livro de Josué – na lista de autores cristãos relatada por Le Goff e trabalhamos, nos capítulos dois e três, a idéia de que Lactâncio estrutura suas concepções acerca da Providência, do julgamento e da ira de Deus em *De ira Dei*, e que relata a trajetória política e religiosa dos cristãos, empregando a Providência, o

juízo e a ira de Deus em favor dos cristãos, além de constituir uma história triunfalista, em *De mortibus persecutorum*. Esclarecemos que a História, na acepção de percurso de um povo, do passado para o presente, auxilia na construção da memória coletiva desse mesmo povo.

No tocante à memória, nosso referencial também foi Le Goff. Segundo este, os israelenses têm conhecimento de quem foram no passado e de quem são no presente, enquanto grupo, apoiados em sua trajetória política e religiosa no Antigo Testamento – em sua memória. Alguns autores cristãos edificaram uma memória cristã tendo por parâmetro o Antigo Testamento e a memória judaica. Assim, dentre esses, acrescentamos Lactâncio, o qual, com base no Antigo Testamento, estabelece um relato que possibilita a fabricação de uma memória para os cristãos no século IV, de forma que esses cristãos têm noção de quem foram antes do século IV e de quem são no referido século. Cumpre notar que, ao tratarmos da fabricação da memória, estamos tratando também da problemática das identidades, uma vez que estas se valem dos elementos fornecidos pela memória.

A respeito da identidade, nossa base teórica foi Silva (2000), segundo o qual a identidade é a estruturação de quem se é. Três são os pontos que merecem destaque: a) a identidade enquanto positividade, sendo aquilo que nos define enquanto indivíduos; b) a diferença enquanto o inverso, sendo a definição dada a outro indivíduo e c) a dependência de uma para a outra. Trazendo a teoria para o âmbito das obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum*, Lactâncio produz uma identidade cristã positiva, sendo os cristãos identificados apenas a elementos positivos. Já o pagão é a diferença, a alteridade que se define por meio de elementos negativos. O cristão só tem consciência de sua identidade por ter consciência da diferença que o pagão representa. Ao mesmo

tempo, a diferença representada pelo pagão só faz sentido quando confrontada com a identidade do cristão.

Finalmente, constatamos que, até o presente momento, a historiografia não analisou as obras *De ira Dei* e *De mortibus persecutorum* em conjunto. Com relação ao estudo de cada uma das obras, a historiografia consultada desconsidera *De ira Dei* enquanto local onde são edificadas as idéias de Lactâncio referentes à Providência, ao julgamento e à ira de Deus. Em contrapartida, *De mortibus persecutorum* é mais estudada e conhecida pela historiografia em razão dos relatos dos governos de Diocleciano e Constantino. Mesmo assim, a maioria dos historiadores não dá atenção à referida obra como um espaço no qual a Providência, o julgamento e a ira de Deus são empregados, tanto na destruição dos usurpadores do poder imperial quanto na extinção de seus familiares e na edificação de uma história triunfalista cristã. Sendo assim, esperamos que a presente dissertação tenha contribuído para o avanço da historiografia referente e ao alcance da obra de Lactâncio, um autor diretamente comprometido com a construção da ordem imperial cristã após a ascensão de Constantino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Documentação primária impressa

ARNOBIO DE SICCA. *Contre les gentils*. Traduction de Henri Le Bonniec. Paris: Belles Lettres, 1982.

DIOGENES LAERCIO. *Vidas, opiniones y sentencias de los filósofos más ilustres*. Traducción de José Ortiz Y Sans. Madrid: Luis Navarro, 1887.

LACTANCE. *De la colère de Dieu*. Introduction, texte critique et traduction de

LACTANCE. *De la mort des persécuteurs*. Introduction, texte critique et traduction de Jean Moreau. Paris: Éditions du Clerf, 1954.

SAINT JÉRÔME. *Lettres choisies*. Texte latin soigneusement revu, traduction nouvelle et introduction par Jean Paul Charpentier. Paris: Garnier Frères, 1900.

SAN JERÓNIMO. *Cartas*. Introducción, versión y notas por Daniel Ruiz Bueno. Madrid: Editorial Católica, 1962.

SCHAFF, P. *Fathers of the third and fourth centuries: Lactantius, Venantius, Asterius, Victorinus, Dionysius, apostolic teaching and constitutions, homily, and liturgies*. Grand Rapids, MI: Christian Classics Ethereal Library, 1886.

SCHAFF, P. *Theodoret, Jerome, Gennadius, & Rufinus: historical writings*. New York: Christian Literature Publishing Co., 1892.

SCHAFF, P (Editor) & FREMANTLE, W. H. (Translator). *Jerome: the principal works of St. Jerome*. New York: Christian Literature Publishing Co., 1892.

2. Bibliografia instrumental

- ABBAGNANO, N. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- BROADIE, S. The sophists and Socrates. In: SEDLEY, D. N. (Org.). *Greek and Roman philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 73-98.
- BROWN, P. *Les cultes de saints: son essor et sa fonction dans la chrétienté latine*. Paris: Du Cerf, 1984.
- BRUN, J. *O epicurismo*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- BRUN, J. *Épicure: Les épicuriens*. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- BRUN, J. *El estoicismo*. Buenos Aires: Eudeba, 1962.
- BUNGE, M. A. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CANTO-SPERBER, M. (Org.). *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.
- CAPPELLETTI, A. J. *Los estoicos antiguos*. Madrid: Gredos, 1996.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- COSTA, I. T. M. & GONDAR, J. (Org.). *Memória e espaço*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- CRESSON, A. *Epicure, sa vie, son oeuvre, avec un exposé de sa philosophie*. Paris: Presses universitaires de France, 1947.
- DUMONT, J. P. *Elementos de história da filosofia antiga*. Brasília: UnB, 2004.
- DUROZOI, G & ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Papyrus, 1996.
- DUVERNOY, J. F. *Epicurismo e sua tradição antiga*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

- FERM, V. (Org.). *A history of philosophical systems*. New York: The Philosophical, 1950.
- FESTUGIÈRE, A. J. (Org.). *Épicure et ses dieux*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- FRANÇA, L. *Noções de história da philosophia*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1929.
- GALVÃO, R. *Vocabulário etymológico, orthographico e prosódico das palavras portuguesas derivadas da língua grega*. Rio de Janeiro: Alves, 1909.
- GASSENDI, P. *Vie et moeurs d'Épicure*. Paris: Alive, 2001.
- ILDEFONSE, F. *Les stoïciens*. Paris: Les Belles Lettres, 2000.
- JEANROY, A. *Histoire de la littérature latine*. Paris: Mellottee, 1894.
- LACEY, A. R. *A dictionary of philosophy*. Boston: Routledge & K. Paul, 1976.
- LACOSTE, J. Y. (Org.). *Dictionnaire critique de théologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.
- LALANDE, A. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1990.
- LEGRAND, G. *Dicionário de filosofia*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- LEMOS, M. T. T. B. & MORAES, N. A. (Org.). *Memória, identidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.
- MIRANDA, O. P. *Ensaio sobre a identidade e a invenção do indivíduo*. São Paulo: Plêiade, 2001.
- MONDOLFO, R. *O pensamento antigo: história da filosofia greco-romana*. São Paulo: Mestre Jou, 1964.
- MORA, J. F. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Loyola, 2000.

- OATES, W. J. *The stoic and epicurean philosophers*. New York: Random House, 1940.
- OEMING, M. Juízo. In: BAUER, J. B. (Org.). *Dicionário bíblico-teológico*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 218-221.
- PEREIRA, M. H. R. *estudos de história da cultura clássica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- PESCH, R. Providência. In: BAUER, J. B. (Org.). *Dicionário bíblico-teológico*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 352-353.
- ROBIN, R. *História e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- SANTOS, T. M. *Manual de filosofia*. São Paulo: Editora Nacional, 1964.
- SARUP, M. *Identity, culture and the postmodern world*. Georgia: University of Georgia Press, 1996.
- SCHONEN, S. *La mémoire, connaissance active du passé*. Paris: Mouton, 1974.
- SHARPLES, R. W. *Stoics, epicureans and sceptics: an introduction to hellenistic philosophy*. New York: Routledge, 1989.
- SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- STÖGER, A. & BAUER, J. B. A ira de Deus. In: BAUER, J. B. (Org.). *Dicionário bíblico-teológico*. São Paulo: Loyola, 2000, p. 196-198.
- VELHO, G. (Org.). *Desvio e divergência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- WACE & PIERCY. *A dictionary of Christian biography*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1994.
- WENLEY, R. M. *El estoicismo y su influencia*. Buenos Aires: Nova, 1948.
- WOODRUFF, P. Rhetoric and relativism: Protagoras and Gorgias. IN: LONG, A. A. (Org.). *Early Greek philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 290-310.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: um introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, T. T. da. (Org.). *Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 07-73.

3. Bibliografia sobre Lactância e Constantino

ADAMS, J. N. A medical theory and the text of Lactantius, *Mort. Persec.* 33.7 and Pelagonius 34.7. *Classical Quarterly*, New York, v. 38, p.522-527, 1988.

ALAND, K. The relation between Church and State in early times: a reinterpretation. *Journal of Theological Studies*, Oxford, v. 19, p. 115-127, 1968.

ALBAN, B. The Conscious Role of Lactantius. *Classical World*, New York, v. 37, p. 79-81, 1943-1944.

ALLARD, P. Lactance et le De mortibus persecutorum. *Revue des questions historiques*, Paris, v. 74, p. 543-52, 1903.

ANASTOS, M. V. The edict of Milan (313). A defense of its traditional authorship and designation. *Revue des Études Byzantines*, Paris, v. 25, p. 13-41, 1967.

ANFUSO, S. Lattanzio autore del De mortibus persecutorum. *Didaskaleion*, Torino, v. 3, p. 31-88, 1925.

BARNES, T. D. *Constantine and Eusebius*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981.

BARNES, T. D. Lactantius and Constantine. *Journal of Roman Studies*, London, v. 63, p. 29-46, 1973.

BAYNES, N. H. Lactantius: De Mortibus Persecutorum. *Journal of Roman Studies*, London, v. 18, p. 226-228, 1928.

- BURCKHARDT, J. *Del paganismo al cristianismo: la época de Constantino el grande*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1945.
- CARLSON, M. L. Pagan Examples of Fortitude in the Latin Christian Apologists. *Classical Philology*, Chicago, v. 43, nº 2, p. 93-104, 1948.
- CASEY, Rev. Stephen, S. J. Lactantius' Reaction to Pagan Philosophy. *Classica et Mediævalia*, Aarhus, v. 32, p. 203-219, 1980.
- CORASSIN, M. L. Constantino e o império cristão. *Revista de História*, São Paulo, v. 52, nº. 104, p. 741-766, 1975.
- CURRAN, J. Constantine and the ancient cults of Rome: the legal evidence. *Greece & Rome*, New York, v. 43, nº. 1, p. 68-80, 1996.
- DAVIES, P. S. The origin and purpose of the persecution of A.D. 303. *Journal of Theological Studies*, Oxford, v. 40, nº 1, p. 66-94, 1989.
- DE REGIBUS, Luca. La fedeltà storica di Lattanzio nel De Mortibus Persecutorum. *Atti della Accademia Ligure di Scienze e Lettere*, Genoa, v. 5, p. 221-230, 1948.
- DOORIES, H. *Constantine the great*. New York: Harper & Row, 1972.
- DE SALVO, L. A proposito della datazione del De mortibus persecutorum di Lattanzio. *Rivista di Storia della Chiesa in Italia*, Roma, v. 31, p. 482-484, 1977.
- DIGESER, E. P. Lactantius, Porphyry, and the Debate over Religious Toleration. *Journal of Roman Studies*, London, v. 88, p. 129-146, 1998.
- DOIGNON, J. Nos bons hommes de foi: Cyprien, Lactance, Victorin, Optat, Hilaire. *Latomus*, Bruxelles, v. 22, p. 795-805, 1963.
- DÖRRIE, H. *Constantine the Great*. New York: Harper & Row, 1972.
- DUVAL, Y. M. Sur la biographie et les manuscrits d'Arnope de Sicca. *Latomus*, Bruxelles, v. 45, p. 69-99, 1986.

FFOULKES, E. S. Lactantius. In: WACE & PIERCY. *A dictionary of Christian biography*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, p. 638-40, 1994.

GAREAU, E. Bene et vere loqui: Lactance et la conception cicéronienne de l'orateur idéal. *Revue des Études Latines*, Paris, v. 55, p. 192-202, 1977.

GAUDEMET, J. Costantino e Lattanzio. *Labeo*, Naples, v. 26, 401-405, 1980.

KOCH, H. Zu Arnobius und Lactantius. *Philologus*, Berlin, v. 80, p. 467-472, 1925.

LABRIOLLE, P. *Histoire de la littérature latine chrétienne*. Paris: Les Belles Lettres, 1924.

LOI, V. Lactância. IN: BERARDINO, A. (Org.). *Dicionário patristico e de antigüidades cristãs*. São Paulo: Vozes, 2002, p. 805-806.

OLIVEIRA, M. A. M. *O Império Romano e o reino dos céus: a construção da imagem sagrada do imperador em De laudibus Constantini*, de Eusébio de Cesaréia (séc. IV d.C.). Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005, 160 f.

PERRIN, M. La révolution constantinienne vue à travers l'oeuvre de Lactance. *Les cahiers de Fontenay*, v. 63-4, p. 81-94, 1991.

SILVA, G. V. O nascimento de uma cidade: Constantinopla e sua herança pagã e cristã. In: SILVA, G. V. (Org.). *Religião e pensamento político no Mundo Antigo: entre a tradição clássica e a cristã*. Vitória: PPGHis, 2005, p. 59-74.

MONCEAUX, P. Études critiques sur Lactance. *Revue de Philologie*, Paris, v. 29, p. 104-39, 1905.

MOREAU, J. Sur la vision de Constantin (312). *Revue des Études Anciennes*, Bordeaux, v. 55, p. 307-333, 1953.

OGILVIE, R. M. Four Notes on Lactantius. *Journal of Theological Studies*, Oxford, v. 26, p. 410-412, 1975.

PALANQUE, J. R. *Constantino*. Rio de Janeiro: Atlantica, 1945.

PERRIN, M. Lactance et les mouvements philosophiques et religieuses de son temps. *Kentron*, Caen, v. 9, p. 149-168, 1993.

PICHON, R. Sur un passage du *De mortibus persecutorum*. *Revue de Philologie*, Paris, v. 28, p. 60, 1904.

PIZZANI, U. Precetto evangelico dell'amore e divini iuris societas in un passo del *De ira Dei* di Lattanzio. *Augustinianum*, Roma, v. 17, p. 145-151, 1977.

POHLSANDER, H. A. *The emperor Constantine*. London; New York: Routledge, 1996.

ROSSI, S. Il concetto di storia e la prassi storiografica di Lattanzio e del *De mortibus persecutorum*. *Giornale Italiano di Filologia*, Roma, v. 14, p. 193-213, 1961.

ROUGÉ, J. À propos des mendiants au quatrième siècle. *Cahiers d'Histoire*, Lyon, v. 20, 339-346, 1975.

ROUGÉ, J. Remarques sur le premier folio du manuscrit du *De mortibus persecutorum*. *Revue des Études Augustiniennes*, Paris, v. 30, p. 30-35, 1984.

STEVENSON, J. The Life and Literary Activity of Lactantius. *Studia Patristica*, Berlin, v. 1, p. 661-677, 1957.

SWIFT, L. J. Arnobius and Lactantius: two views of the pagan poets. *Transactions of the American Philological Association*, Baltimore, v. 96, p. 439-448, 1965.

VERMANDER, J. M. & MONAT, P. La polémique des apologistes latins contre les dieux du paganisme. *Recherches Augustiniennes*, Paris, v. 17, 3-128, 1982.

ZECCHINI, G. *Ricerca di storiografia latina tardoantica*. Roma: L'Erma, 1993.

WILKEN, R. L. In Defense of Constantine. *First Things*, New York, v. 112, p. 36-40, 2001.

WOODS, D. Where Did Constantine Die? *Journal of Theological Studies*, Oxford, v. 48, n° 2, p. 531-535, 1997.

4. Obras de História de Roma

CAMERON, A. *The later Roman Empire*. London: HarperCollins, 1993.

GONÇALVES, A. T. M. Os severos e a anarquia militar. In: SILVA, G. V. da & MENDES, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006, p. 175-191.

GRANT, M. *The collapse and recovery of the Roman Empire*. London; New York: Routledge, 1999.

HOUTIN, A. *Courte histoire du christianisme*. Paris: Rieder, 1930.

JONES, A. H. *The later Roman Empire*. Baltimore: Johns Hopkins University, 1986.

LEPELLEY, C. *L'Empire Romain et le christianisme*. Paris: Flammarion, 1969.

L'ORANGE. *Art forms and civic life in the late Roman Empire*. New Jersey: Princeton University Press, 1972.

MAYEUR, J. M. *Histoire du christianisme: des origines à nos jours*. Paris: Desclee, 1995.

MENDES, N. M. *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro: Faperj: DP & A Editora, 2002.

MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

MORAIS DA SILVA, E. C. *Império Romano e cristianismo: a idéia de Império na obra A cidade de Deus, de Agostinho de Hipona*. In: Silva, G. V. (Org.). *Religião e pensamento político no Mundo Antigo: entre a tradição clássica e a cristã*. Vitória: PPGHis, 2005, p. 75-91.

NATHAN, G. S. *The family in late antiquity: the rise of Christianity and the endurance of the tradition*. New York: Routledge, 2000.

PÉNOUKOU, J. E. *Églises d'Afrique*. Paris: Karthala, 1984.

SESTON, W. *Dioclétien et la tétrarchie*. Paris: E. de Boccard, 1946.

SILVA, G. V. A relação Estado/Igreja no Império Romano (séculos III e IV). In: Silva, G. V. & Mendes, N. M. (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, Edufes, 2006, p. 241-266.

SILVA, G. V. *Identidade, festa e poder no Baixo Império Romano: a propósito da "Oração à assembléia dos santos", de Constantino*. 2005, mimeo.

SILVA, G. V. O nascimento de uma cidade: Constantinopla e sua herança pagã e cristã. In: SILVA, G. V. (Org.). *Religião e pensamento político no Mundo Antigo: entre a tradição clássica e a cristã*. Vitória: PPGHis, 2005, p. 59-74.

SILVA, G. V. & MENDES, N. M (Org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad; Vitória, ES: Edufes, 2006.

SIMON, M. & BENOIT, A. *Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: Pioneira, 1987.

SORDI, M. *The christians and the Roman Empire*. Norman: University of Oklahoma, 1994.

WILLIAMS, S. *Diocletian and the roman recovery*. New York: Routledge, 1997.

WILSON, B. *Cristianismo*. Lisboa: Edições 70, 2000.

5. Bibliografia eletrônica

http://revue-klesis.org/index.php?option=com_content&task=view&id=26&Itemid=37

(Acesso em 28 de novembro de 2006.)

<http://leportique.revues.org/document180.html>. (Acesso em: 28 de novembro de 2006)